

20

ISSN 1983-1684

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

CAPA

Mateus Orio

(Imagem retirada da internet).

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
MOVIMENTO DOS CONSELHOS OPERÁRIOS NA ALEMANHA: 1917 - 1921	
<i>H. Canne Meijer</i>	9
"AS BARRICADAS DEVEM SER REMOVIDAS": O FASCISMO DE MOSCOU NA ESPANHA	
<i>Paul Mattick</i>	33
OS MOVIMENTOS JUVENIS E O MAIO DE 1968 NA FRANÇA	
<i>André de Melo Santos</i>	41
A EXPERIÊNCIA DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO CHILE	
<i>Edmilson Marques</i>	54
A REVOLUÇÃO POLONESA DE 1980	
<i>Nildo Viana</i>	74
A COMUNA DE OAXACA	
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	97

EDITORIAL

A Revista Enfrentamento já está há uma década em atividade. Neste período, já publicou vários textos discutindo as experiências revolucionárias. Aqui é bom fazer uma ressalva quanto a este ponto. Quando se fala em experiências revolucionárias, comumente vem à luz da consciência o que ocorreu na extinta União Soviética, as práticas autoritárias que se verificavam no Leste Europeu (Polônia, ex Iugoslávia etc.) ou os regimes periclitantes ainda existentes em Cuba e China. Afirmamos que todas estas experiências não são efetivamente aplicação da “doutrina” de Marx (como afirmam incautos e também os mal-intencionados). Tais sociedades não são, nem nunca foram, qualquer coisa que se aproxime de comunismo, socialismo, autogestão social, em que pese todos estes termos tenham sido utilizados para as qualificarem. Também, à exceção da Rússia, cujo processo revolucionário em sua primeira fase (1917 a 1921) criou as condições para efetivamente se estabelecer uma nova sociedade, os processos que instituíram estas sociedades são passíveis de inúmeras críticas. Consistem, muito mais em golpes de estado, do que propriamente revoluções.

Se o que ocorreu na União Soviética, em Cuba, na China, Leste Europeu, Laos, Camboja etc. etc. etc. não foi uma revolução que instituiu o comunismo, o socialismo, a autogestão, o que ocorreu efetivamente em tais sociedades? A terminologia mais adequada para qualificá-las é capitalismo de estado. Diz-se capitalismo estatal em oposição a capitalismo privado. Todos estes regimes eram capitalistas por que ainda mantiveram intactas as relações de exploração capitalistas, ou seja, a extração de mais-valor da classe operária. A diferença consiste nas formas de exercer a exploração e também na forma de apropriação, convertendo-se o estado na principal instituição, via burguesia de estado, que planeja e executa a exploração, bem como se apropria do mais-valor extraído da classe operária.

Deste modo, quando falamos aqui em experiências revolucionárias, não estamos nos referindo a tais sociedades, nem aos processos que as geraram. As experiências revolucionárias, que ensaiaram práticas de autogestão, não se confundem com estas que acabamos de citar. Todas, exatamente todas as experiências autogestionárias foram derrotadas. Desde a Comuna de Paris de 1871, passando pelas revoluções russa de 1905 e 1917, pela revolução alemã de 1918, Guerra Civil Espanhola de

1936 a 1939, Maio de 1968 na França, Chile no começo da década de 1970, a Revolução dos Cravos em Portugal em 1975, até experiências mais recentes como o Movimento Piqueteiro na Argentina em 2001, a Comuna de Oaxaca em 2006 no México (estas duas últimas muito mais limitadas que as anteriores) etc., bem como as experiências revolucionárias dentro e contra o capitalismo de estado: Kronstadt na Rússia em 1921, a Makhnovitchina na Ucrânia da mesma época, na Hungria em 1956 e 1968, Polônia em 1980 etc. bem o demonstram que as práticas autogestionárias, ou seja, revolucionárias, se efetivam onde se materializam as relações capitalistas, sejam as derivadas do capitalismo privado ou as do capitalismo estatal.

Estudar as experiências passadas e históricas de luta revolucionária é um exercício que o militante, o intelectual engajado, o trabalhador deve fazer. Devemos estudar tais experiências não para as glorificar, para colocá-las em pedestal e adorá-las à moda dos crentes dogmáticos. O estudo destas experiências deve ter em pauta sempre as lutas e as demandas do tempo presente. Onde tais experiências fracassaram? Por que sucumbiram? Por que não estabeleceram uma autogestão social generalizada? A pesquisa e a divulgação das lutas derrotadas do passado deve nos ensinar a lutar no presente. Eis porque recorrentemente em vários números desta Revista, trouxemos artigos dedicados a várias destas experiências.

Por que tais práticas de ascensão da luta proletária não conseguiram se generalizar e estabelecer um novo modo de produção? Certamente a contrarrevolução burguesa tem importante papel nisto. Os massacres promovidos pela burguesia ao longo da história são dos mais cruéis. Um exemplo clássico foi a semana sangrenta que sucedeu à Comuna de Paris em 1871, na qual mais vinte mil operários (homens, mulheres, crianças, idosos), militantes não-operários etc. foram massacrados em fuzilamentos em praça pública.

Outra forma histórica de contrarrevolução verificada ao longo destas experiências é a executada pela burocracia. A contrarrevolução burocrática encontra na revolução Russa sua forma mais clássica. A classe operária e a classe camponesa na Rússia, embora tenham conseguido em 1917 estabelecer formas organizativas as mais radicais (os soviets) não foram capazes de impedir a ação da burocracia partidária (o Partido Comunista Russo, o Partido Socialdemocrata Russo e outros) e outras frações de classe da

burocracia (sindical, burocracia empresarial, mas sobretudo a burocracia estatal). Quando a vanguarda Bolchevique toma o poder de estado, vai paulatinamente burocratizando, enfraquecendo e eliminando as organizações dos trabalhadores russos. Embora fizessem todo um discurso “marxista”, afirmando que esta era a “ideologia” do estado soviético, a verdade é que se estabeleceu ali uma profunda burocratização de toda a sociedade, passando o estado a ser o grande capitalista. Aboliu-se a propriedade privada dos meios de produção, mas não se alterou em nada as relações de produção capitalistas. A União Soviética não era uma união de sovietes, estes foram eliminados ao longo da história, ficando muito mais na memória do que na prática cotidiana dos trabalhadores desta sociedade.

Uma outra forma de contrarrevolução verificável ao longo da história destas experiências é aquela que se dá mediante a mudança de regime político. Esta geralmente ocorreu dentro do capitalismo privado. O que acabou com a revolução dos Cravos, por exemplo, não foi nenhum massacre burguês contra os operários insurgentes. Pelo contrário, as comissões de fábrica e demais organizações existentes não foram capazes de conduzir aquela luta para algo além do próprio modo de produção capitalista. A crítica dura que fizeram à ditadura de Salazar os conduziu somente à constituição de uma democracia burguesa. Foram enredados pelo parlamentarismo e toda a luta construiu somente novos candidatos, fortalecendo o estado capitalista ao invés de o destruí-lo. No caso chileno, pelo contrário, a experiência de radicalização da classe operária, setores do campesinato, da juventude estudantil etc. conduziu ao estabelecimento de uma nova ditadura, a ditadura Pinochet. O que isto nos demonstra é que, se a classe operária se coloca em luta, ela deve ir até o final. Parar na metade do caminho, mudando somente o regime político (de ditadura para democracia ou de democracia para ditadura) o máximo que ela consegue é fortalecer o capitalismo e o estado capitalista.

Tendo em vista, portanto, a necessidade deste tipo de reflexão, é que a Revista *Enfrentamento* vem ao longo de uma década de existência procurando realizar este tipo de trabalho. Vários foram os textos nos quais fizemos isto: *A Revolução Húngara de 1956*, de Tomas Feixa, publicado no número 2, de 2007; *A Revolução Russa*, de Maurice Brinton, publicada no número 3, de 2007; *Estado e Revolução Cubana: estatização dos meios de produção e exploração dos trabalhadores (1959-1962)*, de Rafael Saddi, publicado número 5,

de 2008; *O início de um ciclo ascendente de lutas e o movimento dos desempregados*, de Roi Ferreira, publicado no número 9, de 2010; *O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN*, de Diego Marques Pereira dos Anjos, publicado no número 10, de 2011; *As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil*, de Lucas Maia, publicado no número 15, 2014; *A Guerra Civil na França de 1871*, de André de Melo Santos, publicado no número 17, de 2015; no número 18 de 2015, publicamos vários textos discutindo experiências revolucionárias: *As Jornadas de Março*, Herman Gorter; *A Comuna de Paris de 1871*, Edmilson Marques; *Maio de 1968*, Marcus Vinícius da Conceição; *A Revolução Húngara de 1956: alguns apontamentos necessários*, Marcus Vinícius da Conceição; no mês de julho de 2013, ainda no calor das manifestações que assolaram as cidades brasileiras neste ano, publicamos um número especial sobre as Jornadas de Junho de 2013, com textos de João Gabriel da Fonseca Mateus, Lucas Maia, Nildo Viana e Edmilson Marques.

Este breve excuro demonstra nossa preocupação em analisar, de um ponto de vista autogestionário, ou seja, revolucionário, as várias experiências históricas de luta da classe operária e demais classes e setores radicalizados da sociedade. A nossa máxima é de que a ignorância não é benéfica para ninguém e nunca trouxe qualquer vantagem para as classes desprivilegiadas. Consideramos, por isto, que as tendências existentes hoje no Brasil dentro dos setores mais radicalizados, sobretudo a juventude, em negligenciar a produção intelectual é um dos equívocos mais desastrosos. Não que tal conhecimento traga qualquer garantia de vitória. Sua apreensão, contudo, pode evitar muitos erros.

É pensando nisto que trazemos à tona este número da Revista *Enfrentamento* dedicado unicamente a analisar algumas experiências históricas de luta do proletariado. Traduzimos para o português os textos de Henk Canne Meijer, *O movimento dos conselhos operários na Alemanha – 1917 – 1921* e o de Paul Mattick, *As barricadas devem ser removidas: o fascismo de Moscou na Espanha*. Este número conta ainda com as contribuições de André de Melo Santos (*Os movimentos juvenis e o Maio de 1968 na França*); de Nildo Viana (*A revolução polonesa de 1980*); de Diego Marques Pereira dos Anjos (*A Comuna de Oaxaca*); e de Edmilson Marques (*A experiência revolucionária no Chile*).

À leitura!!!

MOVIMENTO DOS CONSELHOS OPERÁRIOS NA ALEMANHA: 1917 - 1921¹

H. Canne Meijer²

A revolução explode

Em novembro de 1918, a frente alemã foi derrubada. Os soldados desertaram aos milhares. Toda a máquina de guerra cambaleava. Não obstante, em Kiel, os oficiais da frota decidiram livrar uma última batalha para salvar sua honra. Então os marinheiros se negaram a servir. Este não era seu primeiro levante, mas as tentativas anteriores tinham sido reprimidas pelas balas e as boas palavras. Esta vez já não havia obstáculos imediatos; a bandeira vermelha foi alçada sobre um barco de guerra, depois sobre os outros. Os marinheiros elegeram delegados que formaram um Conselho. A partir desse momento, os marinheiros estavam obrigados a fazer todo o possível para generalizar o movimento. Não queriam morrer no combate contra o inimigo, mas continuavam isolados; as tropas chamadas leais interviriam e de novo haveria combate, repressão. Por este motivo, os marinheiros desembarcaram e chegaram a Hamburgo. Dali, de trem ou por qualquer outro meio de transporte, dispersaram-se pela Alemanha.

Precursos dos Conselhos

Contudo, durante a guerra, na Alemanha, organismos parecidos haviam surgido nas fábricas. Eram formados, no transcurso das greves, por responsáveis eleitos, chamados homens de confiança. Encarregados pelo sindicato de pequenas funções no local de trabalho, deveriam assegurar um laço de união entre a base e as centrais, transmitir às mesmas as reivindicações dos operários. Durante a guerra, estas reivindicações eram numerosas (as principais se apoiavam na intensificação do trabalho e no aumento dos preços). Mas os sindicatos alemães – como os de outros países – haviam constituído uma

¹ Traduzido da versão espanhola, a partir do site http://www.lahaine.org/pensamiento/movimiento_alemania.htm por Diego Marques dos Anjos, Rubens Vinícius da Silva e Lucas Maia.

² Autor e militante da tendência conhecida como Comunismo de Conselhos. Esta tendência tem entre seus mais conhecidos representantes Anton Pannekoek, Paul Mattick, Karl Kosrch entre outros. Canne Meijer é um de seus representantes com menos obras traduzidas para o português. Daí nosso esforço em trazer este texto ao leitor brasileiro.

frente única com o governo, a fim de lhes garantir a paz social em troca de pequenas vantagens para os operários, além da participação dos dirigentes sindicais em diversos organismos oficiais. Por isso, os homens de confiança eram chamados pelos operários de *puerta falsa*³. Os “cabeçudos” eram, cedo ou tarde, enviados ao exército, nas unidades especiais. Era, pois, difícil opor-se publicamente aos sindicatos.

Os homens de confiança deixaram de informar às centrais sindicais (não valia à pena), mas como a situação e, por conseguinte, as reivindicações operárias, continuavam como antes, eles passaram a se reunir clandestinamente. Em 1917, uma onda de greves *selvagens*⁴ invade o país. Estes movimentos espontâneos não eram dirigidos por uma organização estável e permanente; se seu desenvolvimento ocorria com certa sincronização, era devido ao fato de terem sido antecédidos por discussões e acordos em diversas fábricas, o que dava lugar aos contatos preliminares às ações pelos homens de confiança das próprias fábricas.

Nestes movimentos, provocados por uma situação intolerável, na ausência de toda organização a qual se pudesse ter qualquer confiança, por mais limitada que fosse, as distintas concepções dos operários (socialdemocrata, religiosa, liberal, anarquista, etc.) deveriam desaparecer diante das necessidades imediatas; as massas trabalhadoras estavam obrigadas a decidir por elas mesmas, sob a base da fábrica. No outono de 1918, estes movimentos, até então esporádicos e mais ou menos desconexos entre si, tomaram uma forma precisa e generalizada. Ao lado das administrações clássicas (polícia, abastecimento, organização do trabalho, etc.), inclusive - em parte - no lugar delas, os Conselhos Operários tomaram o poder nos centros industriais importantes: Berlim, Hamburgo, Bremen, no Ruhr e no centro da Alemanha, na Saxônia. Mas os resultados foram escassos. Por quê?

³ Trata-se de uma expressão que passa a ideia de enganação/dissimulação. Não existe um termo equivalente em português. (N.T.)

⁴ O termo “greve selvagem” é utilizado para designar as greves que são levadas a cabo independentemente dos sindicatos. São convocadas, organizadas e conduzidas apesar, muitas vezes contra, as instituições sindicais. (N.T.)

Uma vitória fácil

Esta carência de resultados provém da mesma facilidade com que se formaram os Conselhos Operários. O aparato do estado tinha perdido toda autoridade; se esta era derrubada, por um lado e por outro, não era como consequência de uma luta encarniçada e voluntária dos trabalhadores. Seu movimento encontrava o vazio e se estendia sem dificuldades, sem que fosse necessário combater e refletir sobre tal combate; o único objetivo do qual se falava era o do conjunto da população: a paz.

Existia uma diferença essencial para com a revolução russa. Na Rússia, a primeira onda revolucionária, a Revolução de Fevereiro, varreu o regime czarista; mas a guerra continuava. O movimento dos trabalhadores unidos encontrava assim uma razão de acentuar sua pressão, de mostrar-se audaz e decidido. Mas na Alemanha, a principal aspiração da população, a paz, foi imediatamente satisfeita; o poder imperial dava lugar à república. Como seria esta república?

Antes da guerra, não havia sobre este ponto nenhuma divergência entre os trabalhadores. A política operária, tanto na teoria quanto na prática, era feita pelo Partido Socialdemocrata e pelos sindicatos, adotada e aprovada pela maioria dos trabalhadores organizados. Para os membros do movimento socialista, formado no transcurso da luta pela democracia parlamentar e pelas reformas sociais, pensando unicamente nesta luta, o Estado democrático burguês devia ser um dia a alavanca do socialismo. Bastava conseguir uma maioria no Parlamento e os ministros socialistas nacionalizariam, passo a passo, a vida econômica e social; assim se chegaria ao socialismo.

Também existia uma corrente revolucionária, sendo Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo os representantes mais conhecidos. Contudo, esta corrente nunca desenvolveu concepções claramente opostas ao socialismo de Estado; como era apenas uma oposição no seio do velho partido, para a base dos trabalhadores esta corrente não se distinguia do conjunto.

Concepções Novas

Porém, surgiram novas concepções durante os grandes movimentos de massas de 1918-1921. Estas não foram criadas por uma pretendida vanguarda, mas pelas próprias

massas. Na prática, a atividade independente dos operários e soldados havia recebido sua forma orgânica: os Conselhos, novos órgãos que atuavam num sentido de classe. E, uma vez que existe um vínculo estreito entre as formas assumidas pela luta de classes e as concepções do futuro, as velhas concepções começam a cambalear. Agora, os trabalhadores dirigiam suas lutas fora dos aparatos dos partidos e sindicatos. Mesmo assim, tomava corpo a ideia de que as massas deveriam exercer uma influência direta sobre a vida social, por meio dos Conselhos. Então haveria “ditadura do proletariado”, uma ditadura que não seria exercida por um partido, mas que seria a expressão da unidade de toda a população trabalhadora, por fim realizada. *Certamente, esta organização da sociedade não seria democrática no sentido burguês do termo, posto que a parte da população que não participasse na nova organização da vida social não teria voz nem nas discussões nem nas decisões.*

Dizíamos que as velhas concepções começavam a cambalear, a enfraquecer. Mas logo ficou evidente que as tradições parlamentares e sindicais estavam muito enraizadas nas massas para ser extirpadas num curto prazo. A burguesia, o Partido Socialdemocrata e os sindicatos recorreram a estas tradições, para combater as novas concepções. O partido, em particular, se regozijava aparentemente desta nova forma com a qual as massas se impunham na vida social. Inclusive, exigira que esta forma de poder direto fosse aprovada e codificada por uma lei. Mas se estes lhes demonstrava assim sua simpatia, o velho movimento operário, todo ele, reprovava os Conselhos, pelo fato de não respeitarem a democracia. Ao mesmo tempo, desculpava-os parcialmente, por causa de uma falta de experiência devido ao seu nascimento espontâneo. Na realidade, as velhas organizações pensavam que os Conselhos não lhes deixavam num lugar grande o suficiente, e viam neles organismos rivais. Ao defender a democracia operária, os velhos partidos e os sindicatos reivindicavam, de fato, que todas as correntes do movimento operário estivessem representadas dentro dos Conselhos em proporção com a respectiva importância numérica.

A armadilha

A maior parte dos trabalhadores era incapaz de rebater este argumento: correspondia muito bem aos seus velhos costumes. Os Conselhos operários reuniram, pois, representantes do Partido Socialdemocrata, dos sindicatos, dos socialdemocratas de esquerda, das cooperativas de consumidores, etc., assim como os delegados das fábricas. É evidente que tais Conselhos não eram os órgãos das equipes de trabalhadores reunidos pela atividade na fábrica, mas formações saídas do velho movimento operário, trabalhando na restauração do capitalismo sobre a base do capitalismo de Estado democrático.

Isso significava reduzir a pó os esforços operários. Com efeito, os delegados dos Conselhos já não recebiam as instruções da massa, mas estas eram provenientes de suas diferentes organizações. Exortavam os trabalhadores para que respeitassem e fizessem reinar “a ordem”, proclamando que “na desordem não há socialismo”. *Nestas condições, os Conselhos rapidamente perderam todo o seu valor ante os operários. As instituições burguesas voltaram a funcionar, sem se preocupar com a opinião dos Conselhos. Esse era precisamente o objetivo do velho movimento operário.*

O velho movimento operário podia estar orgulhoso de sua vitória. A lei votada pelo Parlamento fixava em detalhes os direitos e deveres dos Conselhos. Suas tarefas consistiriam em vigiar a aplicação das leis sociais. Dito de outra forma, os Conselhos se transformavam em mais uma mola do Estado, contribuindo para seu bom funcionamento, ao invés de destruí-lo. Cristalizadas nas massas, as tradições se revelavam mais poderosas que os resultados da ação espontânea.

Apesar desta “revolução abortada”, não se pode dizer que a vitória dos elementos conservadores foi simples e fácil. A nova orientação dos espíritos foi, apesar de tudo, importante para que centenas de milhares de operários lutassem encarniçadamente para que os Conselhos mantivessem seu caráter de novas unidades de classe. Foram necessários cinco anos de incessantes conflitos para que o movimento dos Conselhos fosse definitivamente vencido pela frente única da burguesia, do velho movimento operário e dos guardas brancos (formados pelos falcões prussianos e os estudantes reacionários).

Correntes políticas

Em linhas gerais, é possível distinguir quatro correntes políticas do lado dos operários:

a) Os socialdemocratas: Queriam nacionalizar gradualmente as grandes indústrias, utilizando a via parlamentar. Igualmente, tendiam a reservar aos sindicatos o papel de intermediários exclusivos entre os trabalhadores e o capital do Estado;

b) Os comunistas: Mais ou menos inspirados no exemplo russo, preconizavam uma expropriação direta dos capitalistas pelas massas⁵. Segundo eles, os operários revolucionários tinham o dever de “conquistar” os sindicatos e “torna-los revolucionários”;

c) Os anarcossindicalistas: Opunham-se à tomada do poder político e toda forma de Estado. Segundo eles, os sindicatos representavam a fórmula do futuro; era preciso lutar para que estes tomassem uma extensão grande o suficiente para que pudessem gerir toda a vida econômica. Um dos mais conhecidos teóricos desta corrente, Rudolf Rocker, escrevia em 1920 que os sindicatos não deviam ser considerados como um produto transitório do capitalismo, mas como germes de uma futura organização socialista da sociedade. Em 1919, parecia que a hora deste movimento havia chegado. Os sindicatos anarquistas cresceram depois da queda do Império alemão. Em 1920, tinham por volta de duzentos mil membros;

d) Não obstante, neste ano (1920) os efetivos dos sindicatos foram reduzidos. Uma fração bastante considerável de seus partidários dirigiam-se agora para outra forma de organização, melhor adaptada às condições da luta: a organização revolucionária da fábrica. Cada fábrica tinha, ou devia ter, sua própria organização, a qual atuava independentemente das outras e que, inclusive, em

⁵ O autor faz referências constantes ao termo “massas” ao longo de todo o texto. Não sabemos se este é um problema derivado da tradução espanhola ou se efetivamente Canne-Meijer utiliza tal termo no original em alemão. Consideramos, contudo, independentemente de qual seja a explicação para o uso desta terminologia, que ela é carregada de problemas. Não é efetivamente um termo que expresse a perspectiva marxista. O conceito de classes sociais é muito mais adequado. No caso, ele se refere à classe operária, termo muito mais acertado do que “massas”.

princípio, não estava conectada com elas. Cada fábrica parecia uma espécie de “república independente”, fechada em si mesma.

Sem dúvida, estes organismos de fábrica eram uma realização das massas; embora seja necessário pontuar que apareciam no contexto de uma revolução, que em que pese não estivesse vencida, também não estava ainda derrotada. Logo ficou evidente que os operários não podiam, no momento, conquistar e organizar o poder econômico e político por meio dos Conselhos; seria necessário primeiro manter uma luta sem piedade contra as forças que se opunham aos Conselhos. Os operários revolucionários começaram então a reunir suas próprias forças em todas as fábricas, a fim de manter sua influência sobre a vida social. Mediante sua propaganda, esforçavam-se em despertar a consciência dos operários, convidando-os a sair dos sindicatos e aderir à organização revolucionária de fábrica; os operários, em sua totalidade, poderiam então dirigir eles mesmos suas próprias lutas e conquistar o poder econômico e político sobre toda a sociedade.

Aparentemente, a classe operária dava desta forma um passo atrás no terreno de sua organização. Enquanto que anteriormente o poder dos operários estava concentrado em algumas potentes organizações centralizadas, agora se decompunha em centenas de pequenos grupos, os quais reuniam algumas centenas ou milhares de membros, segundo a importância da fábrica. Na realidade, esta era a única forma que permitia a instauração de um poder operário direto; por isso, ainda que relativamente pequenas, estas novas organizações aterrorizavam a burguesia, a socialdemocracia e os sindicatos.

Desenvolvimento das organizações de fábrica

Se estas organizações estiveram isoladas entre si, não foi por uma questão de princípios: seu aparecimento se efetuou de forma espontânea e separada, no transcurso das greves selvagens (entre os mineiros do Ruhr em 1919, por exemplo). Surgiu uma tendência com o objetivo de unificar a todos estes organismos e opor uma frente coerente à burguesia e seus apoiadores. A iniciativa partiu dos grandes portos, Hamburgo e Bremen; em Abril de 1920 aconteceu a primeira conferência de unificação em Hanôver; nesta conferência, participaram delegações provenientes das principais regiões industrializadas da Alemanha. A polícia interveio e dispersou a conferência. Porém, chegou tarde demais, a

organização geral unificada já tinha sido criada e já eram claros os seus mais importantes princípios de ação. Esta organização adotou o nome de União Geral dos Trabalhadores da Alemanha: AAUD (*Allgemeine Arbeiter Union Deutschlands*). A AAUD tinha como princípios essenciais a luta contra os sindicatos e os conselhos de empresa legalizados, bem como oposição ao parlamentarismo. Cada uma das organizações membro da AAUD tinha direito ao máximo de independência e liberdade para escolher a sua tática.

Na Alemanha desta época, os sindicatos contavam com um número de membros superior ao que possuíam antes e depois do desenvolvimento das organizações de fábrica. Em 1920, os sindicatos de filiação socialista agrupavam quase 8 milhões de trabalhadores reunidos em 52 associações sindicais; os sindicatos cristãos tinham mais de 1 milhão de membros e os sindicatos “de casa”, os sindicatos amarelos, reuniam cerca de trezentos mil trabalhadores. Também existiam organizações anarcossindicalistas (FAUD) e outras que, tempos depois, se uniram à ISR (Internacional Sindical Vermelha).

Em sua criação, a AAUD reuniu somente 80 mil trabalhadores (abril de 1920); mas sua expansão foi rápida e já no final do ano seu número alcançou a quantidade de 300 mil trabalhadores. Algumas das organizações que a compunham afirmavam, obviamente, uma igual simpatia pela FAUD, ou mesmo, pela ISR. Mas a partir de dezembro de 1920, uma série de divergências políticas provocaram uma grande cisão no interior da AAUD, assim, numerosas associações aderentes saíram dela para formar uma nova organização, chamada unitária: AAUD-E (União Geral dos Trabalhadores da Alemanha – Organização Unitária). Depois desta ruptura, a AAUD ainda declarava contar com mais de 200 mil membros no momento de seu IV Congresso (junho de 1921). Na realidade, esses números não eram mais tão exatos, isto porque no mês de março de 1921, o fracasso da insurreição da Alemanha Central havia decapitado e desmantelado literalmente a AAUD. Ainda frágil, a organização não pode resistir de maneira eficaz a uma enorme onda de repressão policial e política.

O Partido Comunista Alemão (KPD)

Antes de examinar as diversas cisões no movimento das organizações de fábrica, é necessário falar do Partido Comunista. Durante a guerra, o Partido Socialdemocrata (SPD)

se manteve ao lado – ou melhor, atrás – das classes dirigentes e fez todo possível para lhes assegurar “a paz social”, com exceção de uma pequena fração de militantes e de funcionários do partido, entre os quais os mais conhecidos eram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Estes últimos faziam propaganda contra a guerra e criticavam violentamente as posições do Partido Socialdemocrata, entretanto, não estavam completamente isolados. Além de seu grupo, a “Liga Spartacus”, havia, entre outros, os grupos “Radicais de Esquerda” de Hamburgo, “Política Operária” de Bremen e os “Internacionalistas” de Dresden e de Frankfurt. Depois de novembro de 1918 e da queda do Império, esses grupos, formados na “esquerda” da social democracia, pronunciaram-se pela luta “na rua” destinada a forjar uma nova organização política e que se orientasse sobre os passos da Revolução Russa. Finalmente, foi celebrado em Berlin o Congresso de unificação e, desde o primeiro dia, foi fundado o Partido Comunista (30 de dezembro de 1918). Rapidamente este partido, o KPD, se converteu em um centro de reunião para muitos operários revolucionários que exigiam “todo o poder para os Conselhos Operários”.

É necessário destacar que os fundadores do KPD constituíram, de certo modo, por direito de nascimento, os quadros do novo partido; e eles mesmos introduziram o espírito da velha social democracia. Os operários que agora entravam no KPD e se preocupam com as práticas das novas formas de luta, nem sempre ousavam confrontar os seus dirigentes por respeito à disciplina e se curvavam frequentemente às concepções ultrapassadas.

O conceito “organizações de fábrica” contém, com efeito, algumas noções muito diferentes. Pode designar, como pensavam os fundadores do KPD, uma simples forma de organização e, portanto, passível de ser submetida a instruções que são decididas fora da organização: esta era a velha concepção. Mas também pode conter um conjunto totalmente diferente de atitudes e mentalidades. Neste novo sentido, a noção de organizações de fábrica implica numa mudança total nas ideias admitidas até então, a propósito de:

- a) a unidade da classe operária;
- b) a tática de luta;
- c) as relações entre as massas e a sua direção;
- d) a ditadura do proletariado;

- e) as relações entre Estado e sociedade;
- f) o comunismo como sistema econômico e político.

Estes problemas eram projetados na prática das novas lutas e por isso era necessário tentar resolvê-los sob pena de desaparecimento das novas forças. *Por consequência, a necessidade da renovação de ideias se impunha rapidamente*, mas os quadros do partido – ainda que tiveram a coragem de sair dos seus antigos postos – não pensavam mais do que reconstituir o novo partido copiando o modelo do antigo e evitando os pontos de conflitos entre os dois modelos. Por outro lado, não é necessário afirmar que as novas ideias sofriam da falta de elaboração e clareza, não se apresentavam como um conjunto harmonioso, caído do céu ou elaborado por um cérebro superdotado. Mas prosaicamente, provinha em partes do velho fundo ideológico e o novo se misturava com o velho. Em suma, os jovens militantes do KPD não se opunham de forma massiva e resoluto contra a sua direção e eram frágeis e divididos em muitas questões.

O parlamentarismo

O KPD, desde a sua formação, esteve dividido sobre o conjunto de problemas gerados pela nova noção de “organizações de fábrica”. O governo provisório, dirigido pelo socialdemocrata Ebert, havia anunciado as eleições para a Assembleia Constituinte. Devia o jovem partido participar nessas eleições, ainda que fosse somente para denunciá-las? Esta questão provocou discussões muito vivas no Congresso (1919). Uma grande maioria de operários exigiam o rechaço a toda participação nas eleições. Pelo contrário, a direção do partido (entre eles, Rosa Luxemburgo e Liebknecht) se pronunciavam por uma campanha eleitoral. A direção perdeu nas votações, a maioria do partido se declarou antiparlamentar. Segundo essa maioria, a Assembleia Constituinte não tinha outro objetivo que o de consolidar o poder da burguesia, dando-lhe uma base “legal”. Ao contrário, os elementos proletários do KPD insistiam, sobretudo, em “ativar” os Conselhos Operários existentes e os colocar em ação. Queriam valorizar a diferença entre democracia parlamentar e democracia operária, difundindo a palavra de ordem “todo poder aos Conselhos Operários”.

A direção do KPD não via neste antiparlamentarismo uma renovação, se não uma regressão às concepções sindicalistas e anarquistas, como as que se manifestaram nas origens do capitalismo industrial. Na realidade, não tinham nada em comum com o “sindicalismo revolucionário” e o “anarquismo”. Inclusive representava, em muitos aspectos, a negação dessas ideias. Enquanto que o antiparlamentarismo dos anarquistas se apoiava no rechaço do poder político, e em particular, da ditadura do proletariado, a nova corrente o considerava como uma condição necessária para a tomada do poder político⁶. Tratava-se, pois, de um antiparlamentarismo “marxista”.

Os Sindicatos

Sobre a questão das atividades sindicais, a direção do KPD tinha, naturalmente, uma forma de ver diferente da corrente das “organizações de fábrica”. Esta divergência deu lugar a inúmeras discussões pouco depois do Congresso (e também do assassinato de Karl e Rosa).

Os propagandistas dos Conselhos difundiam a palavra de ordem: “Sair dos sindicatos, aderir às organizações de fábrica, formar Conselhos Operários”! Mas a direção do KPD declarava: “Fiquem nos sindicatos”! Esta não pensava em “conquistar” as centrais sindicais, mas acreditava ser possível “conquistar” a direção de algumas filiais locais. Se este projeto tomasse corpo, poderiam ser reunidas as organizações locais em uma nova central, que seria revolucionária. Nesta questão, a direção do KPD obteve mais uma derrota. A maior parte de suas seções se negaram a aplicar estas instruções. Mas a direção decidiu manter suas posições, ainda que fosse às custas de excluir a maioria de seus membros; neste assunto fui apoiada pelo partido russo e seu chefe, Lênin, que escreveu nesta ocasião (1920) o nefasto folheto: *O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*.

Esta operação se realizou no Congresso de Heidelberg (outubro de 1919), onde diversas maquinações feitas pela direção conseguiram excluir de forma “democrática”

⁶ Aqui cabe uma rápida explicação acerca do termo “poder político”. Marx empregou este termo em alguns momentos de sua obra, como por exemplo, no *Manifesto Comunista*, na *Guerra Civil na França* etc. Para Marx, poder político não é sinônimo de estado (deformação que os bolcheviques e alguns anarquistas fizeram do pensamento deste autor). Para ele, poder político significa associação política de classe para reprimir os elementos de outra classe. Assim, o estado é o poder político da classe capitalista. Os Conselhos Operários se constituem, nesta perspectiva, como o poder político da classe operária. (N.T.)

mais da metade do partido. A partir deste momento, o KPD levava a cabo sua política parlamentar e sindical (com resultados bem mais lamentáveis). A exclusão dos revolucionários lhe permitiu unir-se, um pouco mais tarde, em outubro de 1920, com uma parte dos socialistas de esquerda, podendo, assim, quadruplicar em tamanho, embora somente por três anos. Ao mesmo tempo, o KPD perdia os seus elementos mais combativos e se submetia incondicionalmente à vontade de Moscou.

O Partido Operário Comunista (KAPD)

Algum tempo depois, os excluídos formaram um novo partido: o KAPD⁷. Este partido mantinha estreitos contatos com a AAUD. Nos movimentos de massa que ocorreram no transcurso dos anos seguintes, o KAPD foi uma força considerável. Era temida tanto a sua vontade e a sua prática de ações diretas e violentas, bem como sua crítica dos partidos e sindicatos, sua denúncia da exploração capitalista sob todas as suas formas, começando pela exploração da fábrica. Sua imprensa e diversas publicações estavam entre as melhores que a literatura marxista oferecia nesta época de decadência do movimento operário marxista, e isso apesar de que o KAPD arrastava-se em velhas tradições.

O KAPD e as divergências no seio da AAUD

Deixando agora os partidos de lado, retomamos a discussão sobre os movimentos das “organizações de fábrica”. Este jovem movimento demonstrava que mudanças muito importantes tinham ocorrido na consciência do mundo operário. Mas essas transformações tiveram consequências muito diferentes; distintas correntes de

⁷ Em seu manifesto inaugural, escrito por Otho Rühle, o KAPD afirmava que não era “um partido no sentido tradicional do termo”. Ou seja, embora mantivesse o uso da palavra partido para qualificar-se, era, na verdade, uma organização de novo tipo (daí sua rejeição ao sindicalismo e ao parlamentarismo). Para uma discussão acerca da trajetória das organizações políticas durante a revolução alemã, indicamos os seguintes trabalhos: MAIA, Lucas. **Comunismo de Conselhos e Autogestão Social**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015; AUTHIER, Denis. **A Esquerda Alemã – 1918-1921**. Porto: Afrontamento, 1972; VIANA, Nildo. **Notas sobre História e Significado do Comunismo de Conselhos**. Revista *Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015. (N.T.)

pensamento se revelavam muito diferentes na AAUD. O acordo era geral sobre os seguintes pontos:

- a) a nova organização deveria esforçar-se para crescer;
- b) sua estrutura devia ser concebida de forma que evitasse a constituição de uma nova corja de dirigentes;
- c) esta organização devia estabelecer a ditadura do proletariado quando reunisse milhares de membros.

Dois pontos provocavam antagonismos insuperáveis:

- a) necessidade, ou não, de um partido político fora da AAUD;
- b) gestão da vida econômica e social.

No princípio, a AAUD mantinha relações vagas com KPD; por isso essas divergências não tinham complicações práticas. As coisas mudaram com a fundação do KAPD. A AAUD começou a cooperar estreitamente com o KAPD, e isso contra a vontade de um grande número de seus membros, sobretudo em Saxe, Frankfurt, Hamburgo, etc. (não se pode esquecer que a Alemanha estava extremamente descentralizada, e isso repercutia sobre a vida das organizações operárias). Os adversários do KAPD denunciaram a formação em seu interior de uma “corjas de dirigentes”, e em dezembro de 1920 formaram a AAUD-E, que rechaçava todo o isolamento de uma parte do proletariado dentro de uma organização “especializada”, um partido político.

A plataforma comum

Quais eram os argumentos das três correntes presentes nesse momento? Existia uma convergência de pontos de vista na análise do mundo moderno. Em linhas gerais, todos reconheciam que a sociedade havia mudado: no século XIX, o proletariado somente formava uma minoria restrita dentro da sociedade, não podia lutar só e devia buscar apoio em outras classes; daí provinha a estratégia democrática de Marx. Porém, esses tempos haviam mudado para sempre, ao menos nos países desenvolvidos do ocidente. Agora o proletariado constituía a maioria da população, enquanto que todas as camadas da burguesia se unificavam por trás do grande capital, já unificado. A partir de agora a

revolução era uma tarefa exclusiva do proletariado. E esta tarefa era inevitável, pois o capitalismo havia entrado em sua crise mortal (não esqueçamos que essa análise data dos anos de 1920 a 1930).

Se a sociedade havia mudado, ao menos no ocidente, então a concepção de comunismo também devia mudar. Além disso, revelava-se que as velhas ideias, aplicadas pelas velhas organizações, representavam todo o contrário de uma emancipação social. Era o que ressaltava, em 1924, Otto Ruhle, um dos principais teóricos da AAUD-E:

A nacionalização dos meios de produção, que continua sendo programa da socialdemocracia, e também dos comunistas⁸, não constitui a socialização. Através da nacionalização dos meios de produção se pode chegar a um capitalismo de Estado fortemente centralizado, que provavelmente terá alguma superioridade sobre o capitalismo privado, mas continuará sendo um capitalismo (RHULE).

O comunismo viria como resultado da ação dos operários, de sua luta ativa e sobretudo “por eles mesmos”. Para isto, primeiramente, deviam criar novas organizações. Mas como seriam essas organizações? Neste ponto, as opiniões divergiam e esses antagonismos conduziam a rupturas, e estas foram muitas. Ainda que a classe operária deixasse progressivamente de exercer uma atividade revolucionária e seus organismos oficiais somente executassem ações tão espetaculares quanto ridículas, aqueles que queriam atuar não faziam mais que expressar, e isso defendendo-se fisicamente como podiam, a decomposição geral do movimento operário. Não obstante, não é inútil lembrar suas divergências.

A dupla organização

O KAPD rejeitava a ideia do partido de massa, no estilo leninista que prevaleceu depois da Revolução Russa, e que mantinha a ideia que um partido revolucionário era necessariamente o partido de uma elite, pequeno, mas baseado na qualidade e não na quantidade. O partido, reunindo os elementos mais educados do proletariado, devia atuar como um fermento dentro das massas, isto é, difundir propaganda, manter discussões políticas, etc. A estratégia adotada era da luta de classe contra classe, baseada na luta nas

⁸ Referências aos Partidos Socialdemocrata e Comunista, bem como aos partidários e defensores das teses destas organizações. (N.T.)

fábricas e no levante armado – inclusive, às vezes, como precedente à ação terrorista (como ações com bomba, assalto de banco, de caixas postais, fundos de fábrica, etc. Frequentes no começo da década de 1920). A luta nas fábricas, dirigidas pelos comitês de ação, teriam por objetivo criar a atmosfera e a consciência de classe necessárias para as ações de massa e levar as massas de trabalhadores, cada vez maiores, a mobilizarem-se para as lutas decisivas.

Herman Gorter, um dos principais teóricos dessa corrente, assim justificava a necessidade de um pequeno partido comunista:

A maior parte dos proletários estavam na ignorância. Tem noções de economia e de política muito frágeis, não conhecem quase nada dos acontecimentos nacionais e internacionais, das relações que existem entre estes e da influência que exercem sobre a revolução. Não podem ascender ao saber da causa da sua situação de classe. Por isso não podem atuar no momento conveniente. Muito frequentemente estão equivocados (GORTER).

Desta forma, o partido selecionado teria uma missão educadora, desempenharia o papel de catalisador no plano das ideias. Mas a tarefa de reagrupar progressivamente as massas, de organizá-las, seria para a AAUD, apoiada por uma rede de organização de fábrica, e cujo objetivo essencial seria o de combater e arruinar a influência dos sindicatos, pela propaganda, e, sobretudo mediante ações selvagens, como “um grupo que mostra em sua luta o que deve fazer a massa” (H. Gorter, resposta a Lenin, 1920)⁹. Finalmente, no transcurso da luta revolucionária, as organizações de fábrica se transformariam em conselhos operários, englobando a todos os trabalhadores e submetendo-lhes diretamente a sua vontade, a seu controle. Em suma, a “ditadura do proletariado” seria uma AAUD estendida por todo o conjunto de fábricas alemãs.

Os argumentos da AAUD

Oposta aos partidos políticos, separados que eram das organizações de fábrica, a AAUD queria edificar uma grande organização unitária que teria como tarefa dirigir a luta prática e direta das massas e também, mais tarde, assumir a gestão da sociedade sobre a base dos Conselhos Operários. Desta forma, a nova organização teria objetivos

⁹ A maior parte do texto de Herman Gorter: **Carta Aberta ao Camarada Lênin**, resposta ao panfleto de Lênin já aludido **O Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo**, está presente na coletânea: TRAGTEMBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (N.T.)

econômicos e políticos simultaneamente. Por um lado, esta concepção diferia do “velho sindicalismo revolucionário” que se afirmava hostil à constituição de um poder político especificamente operário e à ditadura do proletariado. Por outro, a AAUD, mesmo que admitindo que o proletariado seja ainda débil, dividido e ignorante e que uma aprendizagem contínua seja necessária, não concordava com um partido de elite ao estilo do KAPD. As organizações de fábrica bastavam para cumprir este papel de educação, já que a liberdade de expressão e de discussão estava assegurada em tais organizações.

É característico que a AAUD-E dirigisse ao KAPD uma crítica ao que se pode chamar o “espírito do KAPD”: segundo a AAUD-E, o KAPD é uma partido centralizado, dotado de dirigentes profissionais e de escritores assalariados, que não se distinguem do partido comunista oficial a não ser por sua negação ao parlamentarismo; sendo a “dupla organização” a aplicação de uma política de “duplo presépio” em proveito dos dirigentes. A maior parte das tendências da AAUD-E rechaçam a ideia de dirigentes remunerados: “nem carnês, nem estatutos, nem nada deste gênero”, diziam. Alguns chegaram inclusive a fundar organizações antiorganizações...

Em linhas gerais, a AAUD-E sustentava que, se o proletariado é demasiado débil ou demasiado cego para tomar decisões no transcurso de suas lutas, não é uma decisão tomada por um partido o que poderá remediar tal situação. Ninguém pode atuar no lugar do proletariado e este deve, por si mesmo, superar seus próprios defeitos. E se não for assim, pagará muito caro por sua derrota. A dupla organização é uma concepção caduca, um vestígio da tradição: partido político e sindicato.

Esta separação entre as três correntes: KAPD, AAUD e AAUD-E teve consequências na prática. Assim, quando a insurreição na Alemanha Central, em 1921, que foi desencadeada e dirigida em grande parte pelos elementos armados do KAPD (então ainda reconhecidos como simpatizantes da III Internacional), a AAUD-E negou-se a participar desta luta destinada, segundo ela, a camuflar as dificuldades russas e a repressão à *Crosntadt*.

Apesar da contínua fragmentação, que precipitava polêmicas muito vivas e muito frequentemente encobertas por questões pessoais e apesar do exagero provocado por uma decepção e desespero profundos, “o espírito KAPD”, quer dizer, a insistência na ação

direta e violenta, a denuncia apaixonada do capitalismo e de suas “autoridades” operárias de toda cor política e sindical, exerceu uma durante muito tempo uma influência sensível nas massas. Há que se acrescentar que todas estas tendências dispunham de uma imprensa importante, geralmente alimentada economicamente por meios ilegais. Eram frequentemente apreendidos pela repressão devido seu comportamento subversivo. Seus membros eram, contudo, extremamente ativos nas ruas, nas reuniões públicas etc.

A decepção

Acreditava-se que o repentino crescimento das organizações de fábrica em 1919 e 1920 continuaria mais ou menos com a mesma tendência no curso das lutas futuras. Acreditava-se que as organizações de fábrica se converteriam em um grande movimento de massas, reagrupando “milhões e milhões de comunistas conscientes”, o que neutralizaria o poder dos sindicatos. Partindo desta justa hipótese, que o proletariado só pode lutar e vencer como classe organizada, pensava-se que os trabalhadores elaborariam no transcurso do caminho uma nova e sempre crescente organização permanente. No crescimento da AAUD e da AAUD-E podia-se medir o desenvolvimento da combatividade e da consciência de classe.

Depois de um período de acelerada expansão econômica (1923-1929), abriu-se um novo período que devia desembocar, em 1933, na tomada do poder, legal, pelo Partido NAZISTA. Não obstante, a AAUD, o KAPD e a AAUD-E se limitavam de mais a mais sobre si mesmas. Ao final, não ficaram mais que algumas centenas de membros como vestígio das grandes organizações de fábrica do passado, o que significava a existência de pequenos núcleos, aqui e ali, sobre um total de vinte milhões de operários. As organizações de fábrica já não eram organizações “gerais” de trabalhadores, mas sim núcleos de Comunistas Conselhistas conscientes. A partir deste momento, a AAUD e a AAUD-E assumiam a forma de pequenos partidos políticos¹⁰, ainda que sua imprensa pretendesse e afirmasse o contrário.

¹⁰ Consideramos aqui o uso do termo “partido político” para designar estas organizações bastante equivocado. Não é por que se tornaram pequenas organizações de revolucionários, que se tornaram partidos políticos. Os partidos são organizações burocráticas que visam conquistar o poder de estado, seja pela via

As funções

Pode-se dizer que é o pequeno número de seus membros o que transformou as organizações de fábrica em partido político? Não, isto foi causado por uma mudança de função. Ainda que as organizações de fábrica nunca tivessem proclamado a tarefa de dirigir as greves, negociar com os patrões, formular reivindicações (isto era assunto dos grevistas), a AAUD e a AAUDE eram organizações de luta prática. Limitavam-se a atividades de propaganda e de apoio. Uma vez deflagrada a greve, ocupavam-se em grande medida com o processo de organização desta. Organizavam as assembleias da greve, sendo, frequentemente, os oradores seus membros. Porém, a tarefa de levar as negociações com os patrões recaía sobre o comitê de greve no qual os membros das organizações de fábrica não representavam a seu grupo como tal, mas sim os grevistas que os havia eleito e perante os quais eram responsáveis.

O partido político (KAPD) tinha outra função. Sua tarefa consistia sobretudo em fazer propaganda e análise política e econômica. Nas eleições fazia propaganda antiparlamentar para denunciar a política burguesa dos outros partidos, fazendo uma chamada a formar comitês de ação nas fábricas, nos mercados, entre os desempregados etc. cujo objetivo era incitar as massas, que “buscam instintivamente novos horizontes”, para liberar-se das velhas organizações.

Mudança de função

Porém, de fato, depois do triunfo da sangrenta repressão de 1921 e com a onda de prosperidade que não tardou manifestar-se, estas funções se fizeram puramente teóricas. A partir de então, a atividade destas organizações foi reduzida à propaganda pura e à análise, quer dizer, a uma atividade de grupo político. Desalentados pela ausência de perspectivas revolucionárias, a maior parte dos membros saíram das organizações. A redução dos efetivos teve também como consequência que a fábrica constituísse a base

parlamentar, seja pela via eleitoral. São instituições da sociedade capitalista. O que restou do KAPD, AAUD e AAUD-E não pode ser qualificado como sendo uma instituição partidária, pois: a) nem eram burocráticas; b) nem visavam conquistar o poder estatal. É muito mais correto qualificá-las pelo que elas são, ou seja, organizações de militantes revolucionários e não instituições partidárias. (N.T.)

da organização. Reuniam-se a partir do bairro, em cervejarias, onde às vezes se cantava, à Alemanha, em coro, lentamente, os velhos cantos operários de esperança e cólera.

Já não havia grandes diferenças entre o KAPD, a AAUD e a AAUD-E. Os membros da AAUD e do KAPD se encontravam participando das mesmas reuniões nominalmente diferentes e os da AAUD-E eram membros de um grupo político, ainda que usassem para se qualificar, outro nome. Anton Pannekoek, o marxista holandês que foi um dos inspiradores teóricos de todos eles (sobretudo do KAPD), escrevia em 1927 a respeito disto:

A AAUD, tal como o KAPD, constitui essencialmente uma organização que tem como fim imediato a revolução. Em outros tempos, ninguém ousou formar uma organização similar em período de decadência da revolução. Porém, esta sobreviveu aos anos revolucionários. Os trabalhadores que ontem a fundaram e que combateram sob sua bandeira não querem deixar que se perca esta experiência de luta e a conservam como um esteio para o futuro.

Em consequência, havia três partidos políticos da mesma cor. Isto queria dizer, na verdade, que sobraram apenas dois. Com o aumento dos perigos, quando se confirmava a inqualificável covardia das velhas e supostas potentes organizações operárias, quando os nazistas começavam triunfalmente o caminho que os conduziria ao destino que hoje conhecemos muito bem, a AAUD, em dezembro de 1931, já separada do KAPD, fundiu-se com a AAUD-E. Somente alguns elementos se mantiveram no KAPD e alguns outros da AAUD-E marcharam às fileiras anarquistas. Porém, a maior parte dos sobreviventes das organizações de fábrica se agruparam na nova organização, a KAUD (Kommunistische Arbeiter Union – União Operária Comunista), expressando assim a ideia de que esta última não constituía uma organização “geral” (como era o caso da AAUD, por exemplo) que reunia todos os trabalhadores animados por uma vontade revolucionária, mas sim os trabalhadores comunistas conscientes.

A classe organizada

A KAUD expressava, portanto, uma mudança nas concepções da organização. Esta mudança tinha um sentido. Há que lembrar o significado que tinha então a noção de “classe organizada”. A AAUD e a AAUD-E acreditaram no princípio que seriam elas as que organizariam a classe operária, que milhões de operários adeririam á sua organização. Na realidade, era uma ideia muito próxima à dos sindicalistas revolucionários do passado que

esperavam ver todos os trabalhadores aderindo aos seus sindicatos: então, a classe operária seria finalmente uma classe organizada.

Agora, a KAUD incitava os operários a organizarem-se por si mesmos em seus comitês de ação e a criar contatos entre estes comitês. Dito de outra forma, a luta de classe “organizada” já não dependia de uma organização construída previamente à luta. Nesta nova concepção, a “classe organizada” era a classe operária lutando sob sua própria direção.

Esta mudança de concepção tinha consequências em relação a muitas questões: a ditadura do proletariado, por exemplo. Com efeito, posto que a “luta organizada” não era algo exclusivo de organizações especializadas em sua direção, estas não podiam ser consideradas como órgãos da ditadura do proletariado. Ao mesmo tempo, desaparecia o problema que havia causado múltiplos conflitos: quem, entre o KAPD e a AAUD, deveria exercer ou organizar o poder? A ditadura do proletariado já não seria patrimônio de organizações especializadas, mas sim que se encontraria nas mãos da classe em luta, assumindo todos os aspectos, todas as funções da luta. A tarefa da nova organização, a KAUD, reduziria-se, pois, a uma propaganda comunista, clarificando os objetivos, incitando a classe operária contra os capitalistas e às velhas organizações. Em primeiro lugar por meio da greve selvagem e em seguida, demonstrando-lhes os pontos fortes e as debilidades desta forma de luta. Esta atividade não era menos indispensável. A maior parte dos membros da KAUD continuava defendendo que “sem uma organização revolucionária capaz de combater duramente não podia haver situação revolucionária, como o haviam demonstrado a revolução russa de 1917 e, em sentido contrário, a revolução alemã de 1918” (Rättekorrespondenz, n. 2, XI/1932).

A sociedade comunista e as organizações de fábrica

Esta evolução nas ideias devia acompanhar-se, necessariamente, de uma revisão das noções sobre a sociedade comunistas admitidas até então. De uma forma geral, a ideologia que dominava em todos os meios políticos e nas massas estava baseada na criação de um capitalismo de Estado. Evidentemente, havia uma multiplicidade de pequenas diferenças, porém, em geral, toda esta ideologia, com suas variações, pode

resumir-se em alguns princípios bem simples: o Estado, através das nacionalizações da economia, das reformas sociais etc. representa a alavanca a partir da qual pode-se realizar o socialismo, enquanto as ações parlamentar e sindical representam os meios essenciais de luta. Logo, os trabalhadores não lutam como uma classe independente dirigindo-se a si própria, objetivando atingir seus próprios fins, mas sim que deve confiar “a gestão e a direção da luta de classes” aos chefes parlamentares e sindicais. Segundo essa ideologia, pode-se deduzir sem esforço que partidos e sindicatos servirão de elementos de base ao Estado operário e assumirão em comum a gestão da sociedade comunista do futuro.

No transcurso da primeira fase, aquela que se seguiu ao fracasso dos intentos revolucionários na Alemanha, esta tradição impregnava fortemente as concepções da AAUD, do KAPD e da AAUD-E. As três manifestavam-se partidárias de uma organização que agrupasse “milhões e milhões” de membros, a fim de exercer a ditadura política e econômica do proletariado. Assim, em 1922, a AAUD declarava que estava em condições de assumir, tomando como base seus efetivos, a “gestão de 6% das fábricas” alemãs.

Porém, estas concepções se enfraqueciam. Como vimos, centenas de organizações de fábrica, reunidas e coordenadas pela AAUD e pela AAUD-E, reclamavam o máximo de independência quanto às decisões a tomar e se esmeravam em evitar a formação de uma “nova camada de dirigentes”. Seria possível conservar esta independência no seio da vida social comunista? A vida econômica está altamente especializada e todas as empresas são estreitamente interdependentes. Como se poderia administrar a vida econômica se a produção e a distribuição das riquezas sociais não fossem organizadas por aparatos centralizados? Não é indispensável o Estado como regulador da produção e organizador da distribuição?

Havia aqui uma contradição entre as velhas concepções da sociedade comunista e a nova forma de luta que agora se preconizava. Temia-se a centralização econômica e suas consequências, claramente demonstrada pelos fatos. Porém, ignorava-se como isto poderia ser remediado. A discussão centrava-se na necessidade e no maior ou menor grau de “federalismo” ou de “centralismo”. A AAUD-E inclinava-se mais para o federalismo. O KAPD-AAUD tendia mais para o “centralismo”. Em 1923, Karl Schroeder (18884-1950), teórico do KAPD, proclamava que “quanto mais centralizada esteja a sociedade comunista, melhor será”.

De fato, ainda que permanecesse sobre a base das velhas concepções da “classe organizada”, esta contradição era insolúvel. Por um lado, aproximavam-se, mais ou menos, das velhas concepções do sindicalismo revolucionário, a “tomada” das fábricas pelos sindicatos. Por outro, como os bolcheviques, pensava-se que um aparato centralizador, o Estado, devia regular o processo de produção e repartir “a renda nacional” entre os operários.

No entanto, uma discussão sobre a sociedade comunista, partindo do dilema “federalismo ou centralismo”, é absolutamente estéril. Estes problemas são questões de organização, problemas técnicos, enquanto que a sociedade comunista é, antes de tudo, um problema econômico¹¹. Ao capitalismo, deve-lhe suceder outro sistema econômico no qual os meios de produção, os produtos, a força de trabalho já não mais tenham a forma de “valor”, fazendo com que a exploração da população trabalhadora em benefício das classes privilegiadas desapareça. A discussão sobre “federalismo ou centralismo” não tem sentido se antes não se definiu qual será a base econômica desse “federalismo” ou “centralismo”. Com efeito, as formas de organização de uma economia dada não são arbitrárias, mas derivam dos mesmos princípios desta economia. Assim, o princípio do lucro e do mais-valor, de sua apropriação privada ou coletiva se encontra-se na base de todas as formas adotadas pela economia capitalista. Por isto é insuficiente apresentar a economia comunista como um sistema negativo: nem dinheiro, nem mercado, nem propriedade privada, nem estatal. É necessário esclarecer seu caráter de sistema positivo e mostrar quais serão as leis econômicas que sucederão as leis do capitalismo. Uma vez feito isto, é provável que a alternativa entre “federalismo” ou “centralismo” se mostre como um falso problema.

O fim do movimento na Alemanha

Antes de examinar mais longamente esta questão, não é inútil recordar o destino, na prática, da corrente saída das organizações revolucionárias de fábrica. A AAUD começou a desligar-se do KAPD em finais de 1929. Sua imprensa preconizava então uma “tática

¹¹ Seria mais correto dizer modo de produção, ao invés de econômico. O termo econômico remete à ciência econômica, que tem uma visão bem mais estreita. O uso do termo modo de produção remete a processos mais amplos, bem como melhor conceitualmente formulados dentro da teoria marxista. (N.T.)

suave”: o apoio das lutas operárias que unicamente tinham como fim reivindicações salariais e melhora nas condições de trabalho. Mais rígido, o KAPD via nesta tática o começo de um deslize para a colaboração de classes, “a política do *chalaneo*”¹². Um pouco mais tarde, alguns kapistas chegaram inclusive a preconizar o terrorismo individual como meio para levar às massas a consciência de classe. Marinus van der Lubbe, que, atuando só, incendiou o Reichstag, estava em contato com esta corrente. Incendiando o edifício que ocupava o Parlamento, queria, mediante este gesto simbólico, incitar os operários a sair de sua letargia política...

Nem uma, nem outra táticas tiveram resultados. A Alemanha sofria então uma crise econômica profunda, o número de desempregados crescia largamente: não havia greves selvagens, ainda que seja certo que ninguém se preocupava com as consignas sindicais. Além do que, os sindicatos colaboravam estreitamente com os patrões e com o Estado. A imprensa dos Comunistas de Conselhos era frequentemente apreendida. Além do mais, suas chamadas para a formação de comitês autônomos de ação não tinham eco algum. Ironia da história: a única greve selvagem desta época, a dos transportes berlinenses (1932) foi sustentada pelos “bonzos” stalinistas e hitleristas contra os “bonzos” socialistas dos sindicatos.

Depois da ascensão de Hitler ao poder, os militantes das diversas tendências foram perseguidos e presos em campos de concentração, onde muitos desapareceram. Em 1945, alguns sobreviventes foram executados por ordem da GPU (Polícia Secreta da União Soviética), quando o exército russo entrou em Saxe. Ainda, por exemplo, em 1952, em Berlim Oeste, um antigo chefe da AAUD, Alfred Weiland, foi raptado em plena rua e transferido ao Leste para ser condenado a um longo período de prisão.

Atualmente, não há nenhum rastro na Alemanha das diversas correntes do Comunismo. A liquidação dos homens ocasionou que também o fosse as próprias ideias que eles defendiam. A expansão e prosperidade orientavam os espíritos para outras direções. E, com já se sabe, somente nos últimos anos, estas concepções próprias da ação

¹² Chalaneo. Termo sem correspondência no português. Deriva de *chalán* (em sentido restrito, negociador de cavalos). Em sentido amplo, portanto, *chalaneo* designa o trato, a lida com negociações mercantis.

de massa extraparlamentar e extrassindical têm sido novamente recuperadas, sem que se possa, ainda, falar em “filiação” ideológica direta.

"AS BARRICADAS DEVEM SER REMOVIDAS": O FASCISMO DE MOSCOU NA ESPANHA¹

Paul Mattick

Em 17 de março de 1937, a CNT-FAI² de Barcelona emitiu a seguinte ordem:

As barricadas devem ser removidas! A crise passou. Agora, é necessário restabelecer a calma. Mas, têm circulado rumores pela cidade que contradizem nossos informes da urgência de uma volta à normalidade, tal qual esta que estamos emitindo. As barricadas estão contribuindo para que tal confusão permaneça. Já não necessitamos de barricadas, agora que a luta está acabando. As barricadas não tem mais lugar agora, e sua continuação pode dar a impressão de que desejamos retornar ao anterior estado de coisas – e isto não é verdade. Camaradas, cooperemos com o total restabelecimento da vida civil normal. Tudo o que a impede de voltar à normalidade, deve desaparecer.

E então, a vida normal recomeçou, ou seja, o terror dos fascistas de Moscou. O assassinato e prisão dos operários revolucionários, o desarmamento das forças revolucionárias, o silenciamento de seus jornais, emissoras de rádio e a eliminação de todos os postos alcançados anteriormente. A contrarrevolução triunfa na Catalunha, onde, como asseguravam os líderes anarquistas e do POUM³, se avançava para o Socialismo. As forças contrarrevolucionárias da Frente Popular⁴ foram bem acolhidas por líderes anarquistas. As vítimas exaltavam seus carrascos.

Lemos em um boletim da CNT-FAI

Quando houve uma tentativa de encontrar uma solução e restabelecer a ordem em Barcelona, a CNT e a FAI foram as primeiras a oferecer sua colaboração, foram as primeiras a pedir um cessar fogo e buscar a pacificação de Barcelona. Quando o Governo Central assumiu a ordem pública, a CNT estava entre as primeiras organizações que colocou à disposição da ordem pública todas as forças sob seu controle. Quando o Governo Central decidiu enviar forças armadas a Barcelona, com o objetivo de controlar as forças políticas que não obedeciam às autoridades públicas, a CNT foi uma vez mais a única a ordenar a todos os distritos para facilitar

¹ Tradução de Lucas Maia. Revisão de Rubens Vinícius da Silva. Traduzido e revisado a partir da versão espanhola feita pelo Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques – CICA. O texto de Paul Mattick foi publicado originalmente em agosto de 1937 na *Revista Internacional Council Correspondence*. (N.T.)

² Confederação Nacional do Trabalho – CNT; Federação Anarquista Ibérica – FAI. Organizações anarcosindicalistas da Espanha que tiveram grande importância nos acontecimentos da Guerra Civil Espanhola. (N.T.)

³ Partido Operário de Unificação Marxista - POUM. Partido bolchevista, de orientação trotskysta, fundado em 1935. Teve grande significado nos rumos da Guerra Civil Espanhola e na composição da Frente Popular. (N.T.)

⁴ A Frente Popular constituía-se de organizações de várias orientações políticas (bolchevistas, socialdemocratas, liberais e da qual anarquistas também fizeram parte) que combateu o governo franquista. Tratava-se, portanto, de uma Frente de caráter reformista, cujo principal inimigo era o governo de Franco e não o capitalismo. (N.T.)

a passagem daquelas forças, para que pudessem chegar a Barcelona e restabelecer a ordem.

Sim, a CNT fez todo o possível para ajudar a contrarrevolução do Governo de Valencia em Barcelona. Os operários presos podem agradecer aos seus líderes anarquistas pelo seu encarceramento, que conduz aos pelotões de fuzilamento dos fascistas de Moscou. Os operários mortos são separados em meio às barricadas; são silenciados para que seus líderes possam continuar falando. Que excitação por parte dos neobolcheviques! “Moscou assassinou trabalhadores revolucionários”, gritaram. “Pela primeira vez em sua história, a Terceira Internacional está disparando a partir do outro lado das barricadas. Antes, havia traído somente a causa, porém, agora está abertamente combatendo contra o comunismo”. E que esperavam da Rússia capitalista de estado e de sua Legião Estrangeira de falastrões raivosos? Ajuda para os trabalhadores espanhóis? O capitalismo, em todas as suas formas, tem somente uma resposta para os trabalhadores que se opõem à exploração: a morte. Uma frente unida entre socialistas e “comunistas” de partido é uma frente unida com o capitalismo, que só pode ser uma frente unida pelo capitalismo. É inútil reclamar de Moscou. Não tem sentido criticar os socialistas: ambos devem ser combatidos até o fim⁵.

Porém, agora, os trabalhadores revolucionários da Espanha devem reconhecer também que os líderes anarquistas, que também os “apparatchiks”⁶ da CNT-FAI se opõem aos interesses dos trabalhadores, pertencem ao campo inimigo. Unidos ao capitalismo, tinham que servir ao capitalismo; e onde as palavras não valem mais nada, a traição se converteu na ordem do dia. Amanhã, podem ser eles que dispararão contra os

⁵ Uma nota aqui ajuda a esclarecer os termos utilizado por Paul Mattick. Utiliza as expressões neobolcheviques, “comunistas” de partido e socialistas como sendo inimigos da revolução e dos trabalhadores insurgentes. Esta postura do autor está relacionada com as tendências políticas que combatiam entre si. Estes termos expressam a ala reformista, embora em seus discursos, diziam o contrário. A Terceira Internacional, chefiada pelo Partido Comunista Russo, dava a linha política de quase todos os partidos bolcheviques no período. Assim, Mattick, ao identificar tais grupos políticos, está na verdade salientando aqueles que combatem contra o capitalismo (que efetivamente lutam pela autogestão social) e aqueles que somente querem combater um tipo de capitalismo (a ditadura franquista), visando reforma-lo, para estabelecer em seu lugar uma democracia liberal capitalista um capitalismo estatal aos moldes da União Soviética. (N.T.)

⁶ Termo coloquial russo para se referir aos funcionários do Partido Comunista Russo. (N.T.)

trabalhadores rebeldes, tal como dispararam hoje os carrascos “comunistas” do quartel “Karl Marx. A contrarrevolução se estende de Franco a Santillán⁷.

Uma vez mais, os trabalhadores revolucionários denunciam a covardia de seus líderes e buscam novos e melhores líderes para uma organização melhorada. Os “Amigos de Durruti” rompem com os líderes corruptos da CNT-FAI, afim de restaurar o anarquismo original, para salvaguardar o ideal e manter a tradição revolucionária. Aprendeu algo, porém, não o suficiente. Os operários do POUM estão profundamente decepcionados com Gorkin⁸, Nin⁹ e companhia. Esses leninistas não foram suficientemente leninistas e os membros do partido buscam melhores Lênins. Aprenderam, porém muito pouco. A tradição do passado pesa como uma laje sobre seu colo. Uma mudança de homens e uma revitalização da organização não são o bastante. Uma revolução comunista não é feita pelos líderes e organizações; mas sim, pelos próprios trabalhadores, a classe. Uma vez mais, os trabalhadores esperam as mudanças na Frente Popular, para que possam levar o movimento a dar uma guinada revolucionária. Largo Caballero¹⁰, descartado por Moscou, pode agora dar as costas aos membros da UGT, os quais aprenderam e viram a luz. Moscou, decepcionada por não encontrar ajuda apropriada das nações democráticas, pode tornar-se outra vez radical. Tudo isto não tem nenhum sentido! As forças da “Frente Popular”, Largo Caballero e Moscou são incapazes, mesmo que quisessem, de derrotar o capitalismo na Espanha. As forças capitalistas não podem ter uma política socialista. A Frente Popular não é um mal menor para os trabalhadores, é, na verdade, outra forma da ditadura capitalista que se soma ao fascismo. Por conseguinte, a luta deve ser contra o capitalismo em sua totalidade, logo, contra todas as forças políticas que o representam.

A atitude atual da CNT não é nova. Há poucos meses o presidente catalão, Companys, disse que a CNT: “não tem a intenção de prejudicar o regime democrático na

⁷ Diego Abad de Santillán, militante anarquista que, embora tenha feito críticas, manteve-se entre dezembro de 1936 e abril de 1937 como membro do governo catalão, no cargo de conselheiro de economia da província. (N.T.)

⁸ Julián Gorkin, jornalista e dirigente do POUM. (N.T.)

⁹ Andreu Nin, fundador e dirigente do POUM. (N.T.)

¹⁰ Francisco Largo Caballero foi fundador do partido socialista e secretário geral da UGT (União Geral dos Trabalhadores, central sindical que era correia de transmissão do bolchevismo stalinista durante a Guerra Civil) de 1918 a 1938. (N.T.)

Espanha, mas sim, manter a legalidade e a ordem”. Como as outras organizações antifascistas espanholas, a CNT, não obstante sua fraseologia radical, limitou sua luta à guerra contra Franco. O programa de coletivização, em parte realizado pelas necessidades da guerra, não prejudica os princípios capitalistas ou o capitalismo enquanto tal. No que diz respeito ao objetivo final declarado pela CNT, lembra, em certa medida, uma forma modificada de capitalismo de estado, na qual a burocracia sindical e seus filósofos amigos anarquistas teriam o poder. Porém, até mesmo esse objetivo, seria para um futuro distante. Não se deu nenhum passo real nesta direção, pois um passo real, inclusive para um sistema de capitalismo de estado, significaria o fim da Frente Popular, significaria as barricadas na Catalunha e uma guerra civil no seio da guerra civil.

Os anarquistas explicam a contradição entre sua “teoria” e sua “prática” à maneira dos farsantes: “a teoria é uma coisa e a prática outra. E a segunda nunca é tão harmônica como a primeira”. A CNT se deu conta de que não tinha um plano real de reconstrução da sociedade. Deu-se conta, também, de que não tinha as massas espanholas atrás dela, mas somente uma parte dos trabalhadores, em uma parte do país. Deu-se conta de sua debilidade nacional e internacional e suas frases radicais destinavam-se muito mais a ocultar a total debilidade do movimento nas condições criadas pela guerra civil.

Há muitas explicações possíveis para esta posição adotada pelos anarquistas. Porém, não há nenhuma para seu programa de falsificação, que obscureceu o movimento operário e favoreceu os fascistas de Moscou. Tentando fazer acreditar que o socialismo estava funcionando na Catalunha e que ele era possível sem romper com o Governo da Frente Popular, demonstravam até que ponto o fortalecimento da Frente Popular era capaz de cumprir suas promessas aos trabalhadores anarquistas espanhóis. O anarquismo na Espanha aceitava uma forma de fascismo, disfarçado como movimento democrático, para ajudar a esmagar o fascismo franquista. Não é certo, como os anarquistas atualmente tentam fazer seus seguidores acreditar, que não havia outra alternativa e que, por isso, qualquer crítica à CNT é injustificada. Os anarquistas, que tentaram, depois de 19 de julho de 1936, estabelecer o poder dos trabalhadores na Catalunha, também poderiam ter tentado esmagar as forças do Governo em Barcelona em maio de 1937. Poderiam ter marchado tanto contra os fascistas franquistas, como contra os fascistas de Moscou. Muito provavelmente teriam sido derrotados: possivelmente Franco teria vencido e destroçaria

os anarquistas, assim como seus adversários da “Frente Popular”. Contudo, pode ser que uma aberta intervenção dos capitalistas houvesse se produzido. Porém, teria também outra possibilidade, ainda que menos provável: os operários franceses poderiam ter ido além da mera declaração de greve. Sua intervenção poderia ter levado a uma guerra na qual todas as potências se vissem envolvidas. A luta tomaria, de uma vez por todas, uma clara oposição entre Capitalismo e Comunismo. Qualquer direção que tivesse tomado os acontecimentos, uma coisa é certa: as caóticas condições do mundo capitalista se tornariam ainda mais caóticas. E sem catástrofes, nenhuma revolução é possível. Qualquer ataque real contra o sistema capitalista¹¹ aceleraria uma reação, porém a reação se produzirá de qualquer forma, mesmo que com algum atraso. Este atraso custará mais vidas operárias que qualquer outro intento prematuro para acabar definitivamente com o sistema de exploração. Porém, um ataque real contra o capitalismo poderia criar as condições mais favoráveis para a ação internacional por parte da classe operária. De outro modo, poderia ter levado a uma situação na qual todas as contradições capitalistas se agudizassem e, desse modo, acelerar o desenvolvimento histórico que conduz à destruição do modo de produção capitalista. No princípio está a ação. Porém, a CNT nos diz que se sentiu demasiado responsável pela vida dos trabalhadores. Quis evitar um banho de sangue desnecessário. Que cinismo! Mais de um milhão de pessoas foram mortas na guerra civil. Se, de todo modo, há de se morrer, que pelo menos seja por uma causa que valha a pena.

A luta contra o capitalismo, essa luta que a CNT queria evitar, é inevitável. A revolução operária deve ser radical desde o começo, ou se perderá. Era necessária a total expropriação das classes proprietárias, a eliminação de todo poder que não fosse o dos trabalhadores armados, e a luta contra os elementos opositores. Ao não fazer isto, as Jornadas de Maio em Barcelona e a eliminação dos elementos revolucionários na Espanha eram inevitáveis. A CNT não se colocou nunca a questão da revolução do ponto de vista da classe operária. Sua principal preocupação sempre foi a organização. Intervinha em favor

¹¹ Paul Mattick utiliza o termo “sistema” de modo inapropriado e em desacordo com a teoria marxista do capitalismo. É mais correto falar em modo de produção capitalista, pois tal terminologia faz parte do léxico do marxismo e expressa de modo mais adequado o fenômeno que se está a analisar. O uso da expressão “sistema” remete a ideologias burguesas (funcionalismo, estruturalismo etc.). Aqui mantivemos os termos utilizados por ele, mas ressaltando com esta nota os problemas a isto pertinentes. (N.T.)

dos trabalhadores e com a ajuda dos trabalhadores. Porém, não estava interessada na iniciativa autônoma e na ação dos trabalhadores independentes de interesses organizativos. O que contava não era a revolução, mas sim a CNT. E a partir do ponto de vista dos interesses da CNT, os anarquistas tinham que distinguir entre fascismo e capitalismo, entre guerra e paz. Partindo deste ponto de vista, viu-se obrigada a participar em políticas nacional-capitalistas e teve que pedir aos trabalhadores que colaborassem com um inimigo com o fim de esmagar o outro, a fim de mais tarde esmagar o primeiro.

As palavras radicais dos anarquistas não eram pronunciadas para que fossem seguidas; simplesmente serviam como um instrumento para controlar a classe operária por meio do aparato da CNT: “sem a CNT”, escreviam orgulhosos, “a Espanha antifascista seria ingovernável”. Queriam participar do governo, logo, da dominação dos trabalhadores. Só pediam sua parte no espólio, uma vez que reconheceram que não podiam obtê-lo inteiramente para eles próprios. Tal como os bolcheviques, identificaram suas próprias necessidades organizativas com as necessidades e interesses da classe trabalhadora. O que decidiam era o correto, não havia necessidade de que os trabalhadores pensassem e decidissem por si mesmos, pois, defendiam, isto só contribuiria para perturbar a luta e criar confusão. Os trabalhadores simplesmente tinham que seguir seus salvadores. Não houve nenhum intento concreto de organizar e consolidar o poder real da classe operária. A CNT discursava como anarcossindicalista e operava concretamente como bolchevique, ou seja, como capitalista. Com o fim de dirigir, ou de participar da direção, tinha de se opor a qualquer iniciativa autônoma dos trabalhadores e assim teve que apoiar a legalidade, a ordem e o Governo.

Porém, outras organizações estavam presentes no conflito e não há identidade entre elas. Cada uma luta contra as outras pela supremacia e para obter o domínio exclusivo sobre os trabalhadores. A cota de poder que cada uma possa conseguir não acaba com a luta entre elas. Às vezes, todas as organizações se veem obrigadas a colaborar, mas isto é só uma maneira de postergar o ajuste de contas final. Um grupo deve ter o controle. Quanto mais os anarquistas iam de “êxito em êxito”, mais sua posição se afundava e se debilitava. A afirmação da CNT de que não queria impor-se às demais organizações, nem combatê-las, era na realidade uma desculpa para não ser atacada pelas outras, era o reconhecimento de sua debilidade. Ao estar comprometida na política

capitalista junto com seus aliados da Frente Popular, deixou às grandes massas a possibilidade de escolher seus representantes entre os elementos burgueses. O que mais oferecia, era o que maiores possibilidades tinha de vencer.

O fascismo de Moscou se tornou moda na Catalunha. As massas viram no apoio de Moscou a força necessária para livrar-se definitivamente de Franco e da guerra. Moscou e seu governo da Frente Popular significavam o apoio do capitalismo internacional. Moscou se tornou mais influente, pois as grandes massas da Espanha ainda estavam a favor de manter a sociedade de exploração. E as massas firmaram-se nesta atitude por que os anarquistas não fizeram nada para esclarecer a situação, quer dizer, mostrar que a ajuda de Moscou não significava mais que lutar por um capitalismo que agradava algumas potências capitalistas, ainda que contrariasse outras.

Os anarquistas se converteram em propagandistas da versão do fascismo de Moscou, em servidores dos interesses destes capitalistas que se opõem aos planos atuais de Franco na Espanha. A revolução converteu-se no terreno de jogo dos rivais imperialistas. As massas tinham que morrer sem saber por quem e para quê. A situação deixou de ser um assunto dos trabalhadores. E agora, também, deixou de ser um assunto da CNT. A guerra pode finalizar a qualquer momento mediante um acordo entre as potências imperialistas. Pode acabar com a vitória ou a derrota de Franco. Este pode abandonar a Itália e Alemanha e aliar-se com a França e Inglaterra, ou então aqueles países podem perder o interesse em apoiar Franco. A situação na Espanha pode ser decisivamente modificada pela guerra que se incuba no Extremo Oriente. Existem várias outras possibilidades que se somam a esta mais provável: a vitória do fascismo de Franco. Mas, aconteça o que acontecer, a menos que os trabalhadores não levantem novas barricadas também contra os “Legalistas”; a menos que não ataquem realmente o capitalismo (qualquer que seja o resultado da luta na Espanha) não terá um real significado para a classe operária, que continuará explorada e oprimida. Uma mudança na situação militar na Espanha poderia forçar uma vez mais o fascismo de Moscou a colocar o traje revolucionário. Porém, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores espanhóis, e igualmente dos trabalhadores de todo o mundo, não existe diferença entre o fascismo de Franco e o de Moscou, por muitas que sejam as diferenças entre Franco e Moscou. As barricadas, se forem erguidas outra vez, não devem ser removidas. A palavra de ordem revolucionária na Espanha é: “Abaixo aos fascistas e

aos Legalistas!”. Por inútil que possa resultar o intento de lutar pelo comunismo, dada a situação mundial atual, segue sendo o único caminho para os trabalhadores. “Mais vale seguir um caminho verdadeiro, ainda que aparentemente inútil, do que gastar as energias em falsos caminhos. Ao menos, preservaremos nosso compromisso com a verdade e com a razão a todo custo, ainda que seja ao custo de sua inutilidade”.

OS MOVIMENTOS JUVENIS E O MAIO DE 1968 NA FRANÇA

André de Melo Santos¹

Atualmente as grandes ondas de protesto que ocorrem no Brasil possuem, em sua composição, uma grande maioria de jovens e estudantes. Estes estudantes buscam melhorias relacionadas as questões estudantis, como passe-livre, mais verbas para o ensino público, etc. Também essas manifestações extrapolam a questão estudantil e avançam para problemas da sociedade e avançam para uma contestação do modo de vida na sociedade capitalista.

Os movimentos juvenis nos anos de 1960 iniciaram no meio estudantil, questionando o autoritarismo no meio acadêmico e entre outras questões (GROPPO, 2006). Revoltas ocorreram em todos os países capitalistas, Alemanha, Itália, Bélgica, Inglaterra, e Estados Unidos da América com um sintoma de insatisfação em relação ao conservadorismo das Universidades e a falta de emprego, demonstrando que a crise extrapolava a questão estudantil. A crise do regime de acumulação² se juntava a questões como a oposição a guerra do Vietnã e questão dos direitos civis nos EUA, refletiam na Europa onde uma juventude revoltava-se contra a forma de socialização na sociedade capitalista. Destes vários movimentos, dois merecem a nosso ver um destaque: o maio de 1968 na França e, a contracultura, que surgiu nos EUA e se espalhou por todo o mundo.

Juventude e Universidade

Ao se pensar na juventude no contexto do regime extensivo-intensivo é inevitável falar que foi ativo em movimentos contestatórios da sociedade capitalista. Diferentemente da juventude nazista, que era uma marionete do partido, nos anos 1960 a juventude teve um papel ativo, questionando o papel do estudante, da Universidade na sociedade capitalista. Segundo A Internacional Situacionista (2002):

A miséria do estudante está aquém da miséria da sociedade do espetáculo, da nova miséria do novo proletariado. Numa época em que uma parcela crescente

¹ Graduado em História pela UFG. Especialista em Ciência Política pela UEG. Mestre e doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG.

² Por regime de acumulação entendemos um determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Segundo Viana (2009) um regime de acumulação é caracterizado por uma determinada forma de organização do trabalho, uma forma estatal e uma forma de exploração internacional.

da juventude está se liberando, cada vez mais depressa, fazer parte do mercado, o estudante se mantém, em todos os níveis, numa “menoridade prolongada”, irresponsável e dócil 32.

Dentro das universidades, encamparam projetos que criticavam a moral burguesa, os tabus e os preconceitos desta sociedade. Por fim, a juventude foi o principal grupo social do movimento que abalou as estruturas da sociedade, o maio de 68.

Diante deste fato algumas questões nos são colocadas: que mudança ocorreu na sociedade que proporcionou à juventude este papel ativo nos movimentos sociais, algo que não ocorrera anteriormente? Como a juventude iniciou manifestações que contagiaram as sociedades em crise dos países centrais, um papel que na sociedade capitalista é destinada historicamente a classe operária.

Estas questões remetem ao fato de que entre as várias garantias sociais que o Estado Integracionista continha em seu discurso, estava a garantia do ensino público gratuito, o que proporcionou o acesso à universidade de jovens oriundos da classe operária. Isso proporcionou uma possibilidade de estes terem mais acesso à universidade, num momento que estas segundo Groppo (2006) enfrentavam uma crise de identidade, pois essa se tinha estabelecido:

Com a pretensão de ser o locus autônomo de produção do saber universal atinge a célebre formulação de Karl Jaspers, que afirmou em 1946 que a universidade é o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria. Os seus membros congregam-se nela com o único objetivo de procurar, incondicionalmente, a verdade e apenas por amor a verdade. Decorre dessa formulação que a investigação é o objetivo principal da universidade, esta deve ser o centro de cultura (e não só da ciência) e também deve ensinar a verdade buscada. (GROPPO, 2006, p.14)

Decorre que esta visão de universidade é extremamente elitista, afinal desde que foram criadas as universidades se destinavam a formação de indivíduos oriundos das classes mais privilegiadas, um local de produção de alta cultura e obediência às regras, entraria em crise com o processo de massificação ocorrido após a Segunda Guerra Mundial (GROPPO, 2006).

A massificação colocava a universidade a serviço de formar força de trabalho qualificada para o trabalho industrial, algo que difere do objetivo descrito acima, condicionando-a à necessidade do capital. Diante dessa nova realidade, ou seja, do aumento do número de estudantes vindos da classe trabalhadora, existe uma

hierarquização das oportunidades. Aos jovens da classe trabalhadora é dificultado o acesso a cursos que tem uma possibilidade melhor de renumeração e conseqüentemente de ascensão social.

Junto com isso vem o fato da universidade tradicional ser organizada de forma burocrática e pouco democrática. Um dos questionamentos que os jovens faziam dentro da universidade era o fato de não participarem das decisões que lhes diziam respeito. Em Berkeley e na França este foi o estopim dos movimentos estudantis. Segundo Groppo:

Toda reforma só poderia realizar-se em escala nacional e de cima para baixo, cujo único resultado garantido era o reforço do centralismo, uniformidade e burocratismo do sistema. A única alternativa, a única que poderia garantir uma verdadeira reforma, foi a que efetivamente se deu na França: a pressão de um movimento estudantil de caráter radical, o maio de 1968. (2006, p.45)

Porém estes movimentos que iniciaram na universidade tiveram um impacto maior na sociedade, pois neste período vivia-se (Groppo, 2005) um clima geral de mal-estar, segundo estes causados pelo contexto geral da guerra fria.

O clima de mal-estar não pode ser explicado apenas pela questão da guerra fria. Embora a guerra fria tenha causado ameaças, como no caso da crise dos mísseis que quase levou o mundo a uma guerra nuclear (HOSBAWM, 1998). Ou as próprias guerras de procuração, como foram denominadas as ações de ambos os lados com o objetivo de aumentar sua zona de influência. Como no caso da guerra do Vietnã que gerou protestos dentro dos EUA e fora contra a intervenção da potência no país asiático. O que ocorre, segundo Viana (2009), é que a força dos EUA é baseada no seu aparato militar e este, para se manter, precisa estar constantemente em ação. Basta ver quantos conflitos os EUA se envolveram direta ou indiretamente para constatar esta tese.

Acreditamos que o mal-estar era devido à crise do regime de acumulação intensivo-extensivo, crise provocada pela queda da taxa de lucro médio e que impõe reformas a sociedade capitalista para a sua manutenção. Também é um momento de crise que abre espaço para questionamentos de toda ordem.

Nos EUA a crise do regime de acumulação soma-se os questionamentos em relação aos direito civis, ligados diretamente à questão racial, que suscitava revolta da população negra e a participação do país na Guerra do Vietnã. Estes eventos fizeram com que as revoltas eclodissem por todo o país. Já na Europa, a crise do regime de acumulação soma-

se a também protestos contra a Guerra, mas devido à tradição de movimentos de esquerda existente no continente, ao contrário dos EUA, os movimentos tiveram a adesão da classe operária e uma transformação social era algo em pauta.

Neste contexto vemos que a crise que gerava o mal-estar, recusa do trabalho alienado e da vida adulta em geral, foram se avolumando junto com as mudanças sociais provocadas pela crise do regime de acumulação. Não podemos esquecer o papel que a Internacional Situacionista teve influenciando os estudantes na França (IS, 2002) um panfleto intitulado “A Miséria do Movimento Estudantil” de 1967, teve repercussões na França e até nos EUA, onde estudantes distribuíram este panfleto em Berkeley e suas críticas extrapolaram o meio acadêmico.

Segundo o panfleto, pode-se dizer, sem grandes riscos de errar, que o estudante na França é depois do policial e do padre, o ser mais universalmente desprezado (IS, p.30). A crítica dos situacionistas se volta contra a sociedade do espetáculo, como eles denominam o capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial. Uma sociedade consumista e alienada, onde se fazia necessária uma crítica das ciências sociais, da economia política, crítica dos partidos e sindicatos, da vida cotidiana e retomava a discussão de Marx sobre a autogestão. Segundo a Internacional Situacionista:

A instalação da reificação no espetáculo, sob o capitalismo moderno, impõe um papel a cada um dentro da passividade generalizada. O estudante não poder fugir a essa regra. Ele desempenha um papel provisório, que o prepara para o papel definitivo que irá assumir, como elemento positivo e conservador, dentro do funcionamento do sistema mercantil. (2002, p.32)

Assim como Lapassade (1974), a Internacional Situacionista identifica que a crise é o reflexo na universidade de uma sociedade alienada em que a forma mercadoria toma conta das relações sociais em geral; o homem se torna um meio e não um fim. E quem deveria fazer a crítica dessa realidade, estava incorporado ao sistema, tal como os partidos e os sindicatos.

Quanto à universidade, sua crise devia a seu ensino mecânico que tinha como objetivo formar indivíduos que seriam pequenos funcionários que, munidos de um conhecimento técnico, estariam aptos a serem engrenagens do sistema. Segundo a Internacional Situacionista:

A famosa crise da universidade, mero detalhe da crise mais geral do capitalismo moderno, permanece objeto do um diálogo de surdos entre especialistas. Ela

traduz simplesmente as dificuldades de um ajuste tardio desse setor especial da produção a uma transformação global do aparelho produtivo. Os resíduos da velha ideologia da universidade liberal burguesa se banalizaram no momento em que a sua base social desaparece. A universidade conseguiu julgar-se uma potência autônoma na época do capitalismo de livre troca e de seu Estado liberal, que lhe concedia uma certa liberdade marginal. Na realidade, ela dependia essencialmente das necessidades desse tipo de sociedade: fornecer cultura geral apropriada à maioria privilegiada que nela estudava antes de se integrar às fileiras da classe dirigente, da qual havia se ausentado por apenas um breve momento. (2002, p.35)

Ocorre que na universidade também reflete o momento em que os países centrais passavam, crise do regime de acumulação e, em decorrência desta crise, tem a ascensão dos movimentos sociais. No caso da universidade, a sua expansão tinha aberto possibilidades aos jovens da classe operária ter acesso ao ensino superior. Contudo, isso não era mais garantia de ascensão social, muito menos garantia de uma perspectiva de vida melhor do que seus pais tiveram. A crise da universidade foi marcada por diversos movimentos que eclodiram nos anos de 1960 que tiveram no maio de 1968 na França o momento de maior contestação.

Maio de 1968 na França

Nos anos 1960 eclodiram movimentos contestatórios em vários países, da Europa Ocidental, passando pelos Estados Unidos da América e chegando à América Latina. Desta forma, vamos analisar o movimento que teve o maior destaque, o maio de 1968 na França. Não desprezando a importância e a radicalidade de movimentos que ocorreram em outros países, o maio de 1968 nas palavras de Groppo (2001) serve como uma síntese do que ela denomina onda mundial de revoltas. Segundo Solidarity:

Este foi sem dúvida o maior levantamento revolucionário na Europa Ocidental desde a Comuna de Paris. Centenas de milhares de estudantes travaram batalhas intensas com a polícia. Nove milhões de trabalhadores entraram em greve. A bandeira vermelha da revolta tremulou sobre fábricas ocupadas, universidades, canteiros de obras, estaleiros, escolas primárias e secundárias, entradas de minas, estações ferroviárias, lojas de departamento... Praticamente todos os setores da sociedade francesa se envolveram de alguma forma. (2008, p.73)

Então este movimento, além da participação de jovens e estudantes, também teve a participação da classe operária, embora os sindicatos e partidos de esquerda fossem inicialmente contra as manifestações (SOLIDITARY, 2008). Quando os estudantes marcharam rumo às fábricas, como no caso da Renault na França, tornou-se inevitável o

encontro dos trabalhadores e estudantes, restando aos sindicatos tentarem controlar os trabalhadores através de panfletos, muitas vezes mentirosos, com o intuito de criar uma cisão entre os estudantes e os operários.

Inserido no conjunto das revoltas estudantis que ocorreram no período, o maio de 68 na França teve como antecedente o fato da população universitária aumentar consideravelmente, passando de 207 mil estudantes em 1956 para 505 mil em 1967 (GOPPO, 2001), com isso a crise da universidade que mantinha uma estrutura autoritária e com a crise do regime de acumulação intensivo-extensivo que se configura neste período (VIANA, 2009) se colocavam os elementos que combinados tiveram como resultado o movimento.

Um grupo, denominado depois *de 22 de março*, seria considerado o estopim da revolta (GROPPO, 2001). Surgido em Nanterre, na periferia de Paris, era um grupo que congregava originalmente anarquistas e outras correntes de esquerda que se denominavam independentes, como uma figura que se destacou no movimento como uma das figuras mais proeminentes dos protestos, Daniel Cohn-Bendit.

O movimento faz alusão à data em que estudantes do grupo de Cohn-Bendit que pregavam cartazes e foram presos pela polícia. Diante disso estudantes, ocuparam a reitoria e entraram em contato com a UNEEF (União dos Estudantes Franceses) essa revolta se espalhou por todo o país. Coloca-se a questão de que mesmo inserida na onda mundial de revoltas, o que tinha de específico na França que fez o movimento atingir tamanha proporção? Segundo Groppo, no caso da França:

A ascensão do General de Gaulle em 1958, da qual o poder executivo pareceu sair exageradamente fortalecido em torno de um regime personalista; a traumática solução das questões coloniais francesas, com o fim da Guerra da Argélia e uma passiva posição em relação ao início da Guerra do Vietnã; o avanço de outro bastião do poder político e social na França, o Partido Comunista Francês (PCF), que preparava junto às demais forças da esquerda tradicional a conquista do poder nas eleições de 1972. Maio de 68 vinha dar cabo de uma situação política que parecia estagnada: um imenso vazio entre os extremos do gaullismo e o poderoso PCF, duas máquinas políticas burocráticas nas quais, como dariam a entender os jovens em 1968, pareciam girar em falso as propostas da verdadeira renovação social. (2001, p.519)

Assim, identificamos no período de crise a dificuldade de uma direita que está no poder em controlar a crise que está acima de qualquer Estado Nacional, uma crise do

capitalismo que tem efeitos na sociedade como um todo e abre espaço para reivindicações de grupos marginalizados e, da própria classe operária.

Diante deste quadro em que setores conservadores se encontram no poder e a crise se apresenta, é razoável pensar que deste fato os partidos de esquerda se apresentem como uma alternativa de gestão do Estado. Porém, os partidos de esquerda em suas várias correntes (Trotskistas, Stalinistas, etc.) podem ser sintetizados em duas correntes principais: os bolchevistas e os socialdemocratas.

Os partidos bolcheviques, que pesem suas várias denominações, em essencial defendem, segundo Tragtenberg (2007, 2008), que a revolução é tarefa que deve ser executada pela vanguarda, esta poderá conduzir o proletariado para o comunismo. Isso foi o que ocorreu na Revolução Russa. Se a revolução de fevereiro foi espontânea, realizada pelos soviets, então a de outubro foi burocrática, quando Lênin e seus partidários tomam o poder do Estado e implantam um modelo de capitalismo estatal.

A consolidação da revolução na Rússia, fez com que o Partido Comunista Russo exportasse esse modelo através do Comintern (HOBBSAWN, 1998b), que tinha como propósito a difusão do comunismo e a união dos partidos comunistas de vários países. Consequentemente, temos uma unificação do discurso e das práticas de todos os partidos comunistas espalhados por diversos países.

As mudanças pelas quais a Rússia revolucionária passou durante sua existência refletiu na forma de atuação dos partidos no mundo; desta forma, durante o governo de Stalin, seu modelo foi seguido. Mas quando este falece, começou-se a excomungar o stalinismo alegando que este tornara a Rússia uma ditadura. É neste momento que temos a ascensão de grupos que dentro do leninismo que fazem a crítica ao stalinismo, embora segundo Viana (2007) estes não apresentam diferenças essenciais e, no fundo defendem a mesma ideologia.

Outro fator a ser mencionado é o papel do sindicato, no caso a CGT, Central Geral dos Trabalhadores. Pannekoek (2007) coloca que os sindicatos, na sociedade capitalista, se transformaram em grandes máquinas burocráticas que tem por objetivo controlar a classe trabalhadora e assim garantir a manutenção desta. Se no século XIX os sindicatos surgiram como representantes dos trabalhadores diante dos capitalistas, com o processo

de burocratização estes se tornaram órgãos do capital, entre os trabalhadores e os patrões, logo susceptíveis de serem corrompidos para atender aos interesses dos segundos.

No século XX, o Estado passou a regular a ação sindical, permitindo apenas aos legalizados participarem das negociações com os patrões. Desta forma, os sindicatos contribuem para a manutenção do sistema. Fato evidente no caso do maio de 1968, segundo Alain Bihl (2012), comprometidos com o compromisso fordista, os sindicatos buscavam a manutenção de um modelo que se encontrava em crise e que anunciava a passagem para um novo regime de acumulação, o Integral, que se baseia na intensificação da exploração dos trabalhadores tanto nos países do bloco imperialista como subordinado.

A socialdemocracia, que abertamente defende a tese de que os trabalhadores devem conquistar o poder pela via democrática, além de ter renunciado claramente a qualquer perspectiva revolucionária, fazia parte do acordo no qual o Estado Integracionista foi implementado.

Desta forma, as principais lideranças da esquerda institucionalizada estavam comprometidos com objetivos particulares e no momento em que o movimento eclodiu tentaram num primeiro momento ignorar o movimento, e depois tentavam separar os trabalhadores dos estudantes (SOLIDITARY, 2008) tentando evitar que as ideias libertárias que traziam consigo a autogestão, o anarquismo e temas que confrontavam com a perspectiva leninista. Para o partido, o importante era canalizar o movimento para conseguir seus objetivos eleitorais, mesmo que ao custo do refluxo do movimento e sua consequente dissolução. Segundo Groppo:

Na França, os aguerridos estudantes da rebelião de maio de 1968 foram obrigados a assistir ao conluio entre a amolecida CGT e o PC, que passaram a agir como órgãos de confiança do presidente de Gaulle na manutenção de um governo responsável e ordeiro. Se os estudantes rebeldes marcham aos milhares para as barricadas, seus pais cautelosos marcham às dezenas de milhares em defesa do *status quo* e votam aos milhões pela manutenção da elite gerencial... Até mesmo os operários, que engrossam aos milhões as fileiras dos estudantes durante as primeiras fases da Greve Geral de maio de 1968, parecem haver chegado à conclusão de que a essência da revolução consiste num envelope de pagamento mais polpudo (2001, p. 527).

Diante desta junção entre setores conservadores e da esquerda institucionalizada iniciou-se uma massiva propaganda contra os estudantes. Pois era amplamente divulgado

que os estudantes eram anarquistas, baderneiros. Contudo, o que incomodava os sindicalistas eram as ideias libertárias, bem como práticas que defendiam a auto-organização dos trabalhadores e a espontaneidade de suas ações, sem a mediação do sindicato. O exemplo que citamos é o do caso da marcha até a fábrica da Renault quando os estudantes encontraram os portões da fábrica fechados por determinação do sindicato (SOLIDARITY, 2008).

O movimento na França coloca duas questões a serem debatidas, a oposição entre o anarquismo e o marxismo e o conflito de gerações onde os adultos preferiram um aumento de salário a uma transformação social.

Hobsbawm (1998b), Groppo (2005) colocam que o maio de 68 teve características de um movimento anarquista e que este se opõe ao marxismo. Tanto o marxismo quanto o anarquismo vêm da tradição libertária. Para Luiz Pilla Vares (1986) ambos partilham do desejo de libertar o homem da exploração, destruir os mecanismos que alicerçam a dominação. No entanto, existem diferenças e estas colocam o anarquismo como uma corrente mais ativista que o marxismo devido à reflexão teórica do último. Marx no Manifesto Comunista colocava que o proletariado deveria conquistar o poder, tomar da burguesia e instituir a ditadura dos trabalhadores. Depois da Comuna de Paris, em 1871, Marx (2011) reviu suas teses e chegou à conclusão de que o objetivo da classe trabalhadora era destruir o Estado e fundar um autogoverno dos produtores. Contudo existia corrente dentro do marxismo que defendiam a tomada do poder pela via eleitoral, a socialdemocracia começava a surgir no período e o debate com os anarquistas se acirrou.

Os anarquistas por seu lado, eram antiestatistas, e sua ação não era precedida de uma reflexão teórica, Vares (1986) coloca que Phoudhon defendia o ativismo, embora tivesse proximidade com Marx, tinha dificuldade em compreender o materialismo histórico o que gerou críticas por isso. Outro grande autor influente dentro do anarquismo, Bakunin, concordava com as teses do materialismo histórico porém divergia de Marx, pois acreditava que a organização dos trabalhadores deveriam ser em sociedades secretas (VARES, 1986). Além disso, Bakunin não se dedicava a produção teórica, seus textos publicados são fragmentos que foram reunidos, cartas, pequenos panfletos, que depois foram publicados como livros e, dessa polêmica nasceu o antagonismo entre o marxismo e o anarquismo. Segundo Bakunin:

Detesto o comunismo porque trata-se da negação da liberdade e eu não posso conceber nada humano sem a liberdade. Não sou comunista ainda porque o comunismo concentra e absorve todas as forças da sociedade nas mãos do Estado, enquanto eu quero a abolição do Estado. (BAKUNIN, apud VERAS, 1986, p.39)

Assim se estabeleceu uma polêmica entre o anarquismo, supostamente mais radical, e o marxismo. Contudo, essa polêmica não dizia respeito ao marxismo autêntico e sim suas deformações mais conhecida como o bolchevismo e a socialdemocracia. Quando no maio de 1968, Hobsbawm fala que esse movimento teve uma característica anarquista, o filiado do Partido Comunista Inglês estava querendo dizer que o marxismo era o que ele defendia, ou seja, o marxismo leninismo uma deformação no final das contas. Nem mesmo se deu ao trabalho de investigar onde os movimentos de 1968 tinham buscado inspiração, não só no anarquismo, no marxismo, em autores que defendiam autogestão e criticavam o burocratismo do bolchevismo e da socialdemocracia, como Pannekoek e Korsch.

Outra questão que se coloca foi que o maio de 1968 foi um confronto de gerações. Isso impõe a discutir o que vem a ser uma geração e o que as define e que finalmente as coloca em oposição. Segundo Mannheim, uma geração é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais da transição de uma geração para outra (MANNHEIM, apud VIANA, 2012, p.58). Uma geração compartilhando das mesmas experiências tende a criar o que Viana denomina de gerações uniformizadas. Porém, o que determina uma geração segundo Viana é o processo histórico do capitalismo.

A cada regime de acumulação há a tendência a existir uma geração uniformizada hegemônica nas quatro gerações etárias coexistentes (crianças, jovens, adultos, idosos). Obviamente que a existência de uma geração uniformizada hegemônica implica na existência de outras, não hegemônicas, com maior ou menor importância dependendo do regime de acumulação, das lutas sociais, etc. (VIANA, 2012, p. 61)

Considerações Finais

O conflito de 1968 é um sintoma da crise do regime de acumulação, os jovens se rebelavam contra a sociedade capitalista que, em crise, já não lhes garantia uma inserção no mercado de trabalho e um nível de renda. Ao contrário dos pais desses jovens, uma

geração que viveu num regime de acumulação que estava em crise e que até então tinha proporcionado um aumento de renda para a classe trabalhador em geral.

O movimento no início, era ação de estudantes, e estava focado em questões estudantis como a reforma da Universidade e suas estrutura conservadora. Com o desenrolar do movimento ele foi se generalizando, atingindo trabalhadores e só no final é que houve recuo e novo isolamento, fruto da ação do PCF e CGT no sentido de separar os estudantes dos trabalhadores com o intuito de isolar os primeiros e conter os ímpetus revolucionários dos segundos (SOLIDARDY, 2008). Por fim o próprio movimento de estudantes estava em refluxo. Some-se o fato do PCF ter conseguido derrotar De Gaulle no referendo de 1969 (GROPPO, 2001), os aumentos salariais que foram concedidos aos operários, estes que participaram nas manifestações, contudo devido à influência de partidos e sindicatos, demonstrar claramente que existia uma cisão entre a base e as organizações oficiais, e a perspectiva de vantagens oferecidos pelo governo, optaram por aceitar um acordo, embora experiências autogestionárias tenham sido postas em prática.

Referências

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EAGLETON, T. *A Ideia de Cultura*. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. *As Ilusões do Pós-Modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. *Depois da Teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GROPPO, L.A. *Juventude*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____. *Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil*. São Paulo: Autores Associados: 2006.

_____. *Uma Onda Mundial de Revoltas*. Tese de Doutorado: Unicamp, 2001.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra: 1998a.

_____, E. J. *Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998b.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista*. São Paulo: Conrad, 2002.

LAPASSADE, J. *A Entrada na Vida*. Porto: Edições 70, 1974.

- LUDD, N. *Apocalipse Motorizado*. São Paulo: Conrad, 2003.
- _____. *A Urgência das Ruas*. São Paulo: Conrad, 2002.
- MARCUSE, H. *Contrarrevolução e Revolta*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MATTICK, P. Karl Kautsky: de Marx a Hitler. In: *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- PANNEKOEK, A. *A Revolução dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Barba Ruiva, 2007.
- ROSZACK, T. *A Contracultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- ROUSSELET, J. *A Alergia ao Trabalho*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- SOLIDARITY. *Paris: Maio de 1968*. São Paulo: Conrad, 2008.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- _____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Unesp, 2007.
- VARES, L. P. *O Anarquismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986.
- VIANA, N. *A Consciência da História*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- _____. *Breve História do Neoliberalismo*. In Revista *Enfrentamento*, Número 5, jul./dez. 2008a. Disponível em <http://enfrentamento.net/enfo5.pdf>.
- _____. *Breve Reflexão Sobre o Movimento Antiglobalização*. In *Pensamento Heterodoxo. Caderno de Provocações*. Pp. 45-47, 2008b.
- _____. *Cérebro e Ideologia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.
- _____. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. *Juventude, Contestação, Autogestão*. Goiânia: II Simpósio de Ciências Sociais, 2012.
- _____. *Juventude, Trabalho e Autogestão Social*, In *Ciências Humanas Revista da Estácio de Sá*. Goiânia, 2012.
- _____. *N. O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

_____. *Regime de Acumulação, Gerações e Juventude*. In Revista Espaço Acadêmico, Número 129, Fevereiro de 2012. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/584>.

A EXPERIÊNCIA DA LUTA REVOLUCIONÁRIA NO CHILE

Edmilson Marques*

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários.

Karl Marx.

Introdução

O surgimento do capitalismo gerou simultaneamente uma classe revolucionária capaz de abolir a sociedade de classes e instituir a autogestão social. Esta classe revolucionária manifestou-se concretamente na classe operária. A classe operária foi a única que conseguiu até o presente momento demonstrar na prática um projeto de sociedade sem classes sociais. Apesar do modo de produção capitalista ser marcado historicamente pelo avanço e recuo desta classe, a dúvida sobre a possibilidade de sua abolição ainda continua dominando as cabeças de grande parte da população mundial, consequência da predominância da consciência burguesa. Neste contexto, é preciso avançar e superá-la.

Nesse sentido, a análise da história do capitalismo se torna fundamental. Ao observar suas especificidades, percebe-se que em todas as épocas que percorreu até o presente momento tem sido assombrado, ora ou outra, pelo levante brutal e revolucionário da classe operária. É justamente nas experiências que esta classe ascendeu como revolucionária que ofereceu à humanidade o exemplo de luta e o projeto que poderá no futuro instituir uma sociedade destituída de classes sociais.

Portanto, é com o objetivo de trazer à tona uma das experiências da luta revolucionária do proletariado que este texto propõe abordar especificamente a luta revolucionária da classe operária no Chile no início da década de 1970. Não é uma tarefa fácil considerando os diversos escritos existentes atualmente sobre esta experiência que oculta e deforma o seu aspecto revolucionário. Isso é realizado quando delegam o avanço

* Professor da Universidade Estadual de Goiás, doutor em história.

da luta operária naquele país à ação de partidos e do estado. Mas é preciso evidenciar como ocorreu o processo que eclodiu a luta revolucionária da classe operária no Chile na década de 1970, e ainda, o papel do partido e do estado naquele contexto. É esta a proposta que será apresentada aqui neste texto.

A ideologia da representação e a luta revolucionária da classe operária

Antes de tratar especificamente da experiência da luta revolucionária da classe operária no Chile na década de 1970, é preciso algumas considerações a respeito da ideologia da representação e o que representa para o movimento operário. Isso é indispensável para a compreensão dos interesses que estão por trás das diversas interpretações que identificam o movimento operário no Chile como consequência da atuação da burocracia estatal e partidária.

O século XIX representa um período essencial para a luta operária. Foi no decorrer daquele século que o proletariado conseguiu iniciar o processo de organização da própria classe para lutar contra seus exploradores, a burguesia. A organização operária trouxe para si mesma uma clareza em sua luta e representou ao mesmo tempo um avanço em sua consciência. Ao organizar-se, a classe operária percebeu que cabe a ela própria a supressão das relações de exploração. A cada passo dado rumo à auto-organização vai conseguindo entender com mais clareza de que não deve delegar a outros esta tarefa, senão, tomar em suas próprias mãos o destino de sua luta e combater as classes que a mantêm como classe explorada.

Uma das primeiras formas de organização criada pela classe operária e que perdura em sua forma deformada até a atualidade se manifestou nos sindicatos. Segundo Anton Pannekoek (2011, p. 67),

Os operários constituíram os sindicatos na época em que o capitalismo começava sua expansão. O operário isolado se via então reduzido à impotência; por isso devia unir-se aos seus camaradas a fim de lutar e poder discutir com o capitalista a duração de sua jornada e o preço de sua força de trabalho.

Durante o século XIX, a classe operária dá um passo significativo em sua luta. Criam várias organizações que passam a representar um avanço na resistência contra o capital. “Os sindicatos, as ligas políticas, entre outras formas de organização, foram as primeiras

instituições de resistência proletária e que contavam com diversas pessoas oriundas de outras classes sociais” (VIANA, 2003, p. 43-44).

Concomitantemente ao avanço da consciência do proletariado, vão surgindo várias organizações burocráticas, a exemplo da social-democracia, que aglutina um conjunto de militantes políticos que declaravam o objetivo de contribuir com a luta da classe operária. “A social-democracia abandona a ideia de revolução e de substituição da sociedade capitalista por uma sociedade autogerida, pois a sua proposta seria a de reformar o capitalismo e, através disto, produzir o bem estar social” (VIANA, 2003, p. 44).

A questão, no entanto, é que ainda no século XIX várias organizações começam a virar-se contra os operários. Integrantes de sindicatos e partidos que diziam representa-la convertem-se em seus controladores e tomam para si a responsabilidade de negociação com a burguesia sobre o valor da força de trabalho e também sobre as condições de trabalho. Ou seja, o objetivo central da classe operária de abolir as relações de exploração, a sociedade de classes, é suprimido e em seu lugar é colocada ideia de reforma, o objetivo de atuar em busca de melhorias nas condições de trabalho e por melhores salários, deixando intactas as bases da luta de classes, as relações de exploração.

A burocracia partidária amplia os mecanismos de controle e desenvolve uma forma de organização pautada em relações de dominação que suprime definitivamente os princípios da auto-organização social. Paulatinamente vão criando um conjunto de regulamentações para mantê-los como organização oficial no processo de gestão da sociedade. É neste processo que emerge a ideologia da representação. Segundo Viana (2015, p. 79) “a ideologia da representação nasce junto com a democracia burguesa. Ela não é uma democracia direta na qual pessoas ou grupos se representam, mas uma democracia representativa na qual existem os representantes e os representados”.

A ideologia da representação é criada para atender aos interesses da classe burguesa e simultaneamente dos próprios integrantes dos partidos. Como observou Rosenberg (1986, p. 173), os integrantes de partidos convidam a população empobrecida “a votar neles prometendo-lhes todas as conquistas possíveis, que serão conseguidas no parlamento. Contudo, os líderes partidários, na realidade, somente utilizam o parlamento para seu benefício pessoal”.

É nesse sentido que a ideologia da representação tornou-se um parâmetro regulador para combater qualquer outra forma de organização que não pautasse pelos princípios da democracia burguesa. Desenvolve-se a partir daí uma concepção que se opõe aos princípios da auto-organização social, ou seja, a de delegar a outro o poder da representação social, processo efetivado com o sufrágio universal. A ideologia da representação oculta os princípios da autogestão social e em seu lugar emerge a necessidade das organizações serem pautadas por uma relação entre dirigentes e dirigidos.

Com a ampliação dos sindicatos e dos partidos políticos cresce ao mesmo tempo os adeptos à ideologia da representação. Esta concepção torna-se predominante e provoca a marginalização dos interesses da classe proletária. Generaliza-se a ideia de que qualquer forma de organização necessita de um dirigente e cabe aos representantes de partidos políticos o papel fundamental de atuar na organização social.

Esta concepção exerce uma influência no interior da luta operária e leva muitos de seus integrantes a converterem-se em adversários da emancipação humana. Isso ocorre quando militantes revolucionários começam a tomar para si o papel de guiar a classe operária e tornar-se o principal agente da transformação social, e buscam fazer isso através de sindicatos e partidos. Convertem-se, assim, de revolucionários em burocratas.

Esse processo começou a tomar uma proporção sistematizada no início do século XX, com o avanço de organizações partidárias e sindicais. A partir daí o que se viu foi um conjunto de interpretações que consideram organizações burocráticas como se fossem equivalentes a organizações genuinamente proletárias, conseqüentemente, revolucionárias. Essa inversão tomou proporções sem precedentes e passou a representar um limite para a luta revolucionária.

O partido bolchevique russo, por exemplo, teve um papel proeminente nesta inversão e deformação dos interesses da classe operária. Entre 1905 e 1917 inicia um processo de organização partidária com objetivo de tomar o poder do estado declarando estar representando os interesses do proletariado. Para atingir o seu objetivo se aproxima da classe operária e manifesta como objetivo central, guia-la até atingir o comunismo.

Em 1917 o partido bolchevique consegue tomar o poder do estado em suas mãos e o que era de se esperar, ao invés de contribuir com a luta da classe operária, o partido bolchevique demonstra ser defensor do próprio modo de produção capitalista, convertendo-se em uma nova expressão da classe dominante. Como observou Tragtenberg (1988, p. 115)

Esse partido tende a frear o curso dos acontecimentos, pois está estruturado hierarquicamente, refletindo assim a própria sociedade a que pretende se opor. Apesar de suas pretensões teóricas revolucionárias, é um órgão burguês, na medida em que é um Estado em miniatura, cuja finalidade é tomar o poder, não destruí-lo.

E foi assim que ao assumir o poder do estado na Rússia o partido bolchevique instituiu uma ditadura sobre o proletariado (MARQUES, 2014).

Contudo, independente de sindicatos e da tomada do estado pelo partido bolchevique a classe operária avançava através de novas formas de organização, a exemplo dos conselhos operários. Os conselhos operários foi outro meio criado pela classe operária para demonstrar que “uma sociedade nova só pode funcionar numa base de participação direta dos trabalhadores em todas as decisões; a concepção que tem de socialismo é irrealizável numa base inversa, a da separação entre operários e organizadores” (MATTICK, 1977, p. 87).

Ocorre, no entanto, que novamente vemos repetir na Rússia um processo semelhante ao ocorrido anteriormente em Paris de 1871, em que a forma organizacional genuinamente operária é suprimida pela burocracia estatal. Aqui, no entanto, ocorre um fenômeno novo, o de organizações que se diziam defensoras da classe operária serem utilizadas para abolir as novas organizações criadas pela classe operária, ou seja, partidos e sindicatos foram os mecanismos utilizados pelo partido bolchevique para controlar e abolir os conselhos operários que emergiram em várias regiões da Rússia (TRAGTENBERG, 1988).

Portanto, apesar do avanço do marxismo que buscou separar a ideologia da representação dos princípios organizacionais da classe operária, ainda assim aquela primeira prevaleceu e continua até a atualidade como uma barreira a ser superada. Como já dizia Marx no século XIX:

Os operários sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por

seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos histórico que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade, que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio (MARX, 1986, p. 77).

A ideologia da representação coloca como princípio a necessidade de uma organização pautada entre dirigentes e dirigidos. Os militantes que declaram lutar pela classe operária mas que tomam esta ideologia para si, tendem a um único caminho, o de lutar pelo poder do estado e se colocar como dirigentes, em oposição à emancipação humana.

Militantes que defendem esta concepção não fizeram outra coisa em toda a história do movimento operário, senão, buscar controlá-lo em favor da burguesia. Não houve uma única experiência em que ao assumir o poder do estado tenham contribuído para a luta revolucionária. E isso ocorreu por um motivo óbvio, o estado é pautado por relações de dominação e todo aquele assume o seu controle deve atuar a partir destes princípios mantendo-as intactas. A razão de ser do estado é a sociedade de classes e enquanto esta existir aquele deve se colocar em sua defesa.

A luta revolucionária no Chile e a intelectualidade

É a partir desta concepção que podemos então tratar da influência da ideologia da representação nas diversas interpretações sobre o movimento operário no Chile na década de 1970. No início daquela década, semelhante ao que ocorreu na Rússia no início do século XX, um conjunto de organizações burocráticas surgem no Chile, as quais se declaravam revolucionárias e defensoras dos interesses das classes oprimidas e exploradas. Este é o exemplo da Unidade Popular do Chile, o Partido Democrata-Cristão, o Partido Obrero Socialista, Federación Obrera de Chile (FOCH) etc.

Naquele contexto, destaca-se as manobras e atuações de diversas organizações burocráticas, algumas que se diziam organizações proletárias e outras representantes dos interesses gerais. Com isso, a luta revolucionária do proletariado novamente fica submersa aos interesses da burguesia e das ações da burocracia estatal e partidária. Nesse sentido, os intelectuais prestam também um importante serviço à burguesia, pois, continuam enfatizando e colocando em destaque a atuação de partidos, sindicatos e outras

organizações burocráticas e ocultam as experiências da luta revolucionária do proletariado.

Só para citar um exemplo, vejamos a tonalidade que Peter Winn se refere ao Partido Comunista chileno:

Em 1930, muitas das feições características do Partido Comunista chileno foram estabelecidas. Seria um partido proletário, com uma base operária forte, liderada por trabalhadores intelectuais orgânicos, como Recabarren, e sustentada por uma memória histórica que remontava às lutas titânicas dos mineiros de nitrato do norte do país (WINN, 2010, p. 45).

Está claro aí como os intelectuais tem um papel fundamental em distorcer o princípio da auto-organização proletária, convertendo-a em uma organização burocrática no campo das ideias. Ao dizer que o partido comunista era um partido proletário, Winn inverte o que ele era na realidade, ou seja, uma organização burocrática que independente do nome que receba (proletário, socialista ou comunista etc.) mantém os mesmos princípios de ser uma organização estabelecida por relações entre dirigentes e dirigidos e estão a serviço do capital. Ou seja, não compactuam com a concepção do proletariado. A respeito do Partido Comunista e do Partido Socialista, só para citar dois exemplos, segundo Labrousse (1978, p. 241) “estão igualmente enraizados no interior da pequena burguesia: o Partido Socialista mais que o Partido Comunista”.

Aquela interpretação de Winn pode ser encontrada em uma bibliografia extensa que trata da revolução chilena na década de 1970. Nesse sentido, a verdadeira experiência revolucionária não é evidenciada e em seu lugar aparece a atuação de sindicatos e partidos políticos e de um partido em especial que assume o poder do estado, tendo como figura proeminente o burocrata estatal Salvador Allende.

É preciso, portanto, inverter o que é dito pela intelectualidade a respeito do governo chileno naquele período, a ideia de que era um governo que atuava em favor da classe proletária. Allende é para o Chile o que Lenin foi para a Rússia em 1917, ou seja, um burocrata estatal que se colocava acima da classe operária e tomava para si a tarefa de controlá-la. Allende, assim como Lênin defendia a necessidade do socialismo como meio de resolução dos problemas sociais que assolavam a maior parte da população chilena. Ele próprio disse: “meus estudos me ensinaram que o socialismo era a única solução para esses problemas” (Apud WINN, 2010, p. 48).

Em um contexto em que a ideologia da representação se tornou o principal elemento característico dos limites da consciência burguesa, grande parte dos intelectuais que interpretam a atuação de Allende como revolucionária, demonstram apenas que a sua própria consciência compactua com a consciência burguesa. Não conseguem ver para além dos partidos e do estado e delegam a determinados indivíduos a tarefa da revolução social.

A atuação de Allende se dava por intermédio de determinado partido político que, assim como qualquer outro partido, objetivava o poder do estado. Ele foi, inclusive, um dos fundadores do Partido Socialista, através do qual se elegeu como deputado em 1937. Além de deputado atuou como ministro da saúde, da habitação e da segurança no ano seguinte (WINN, 2010).

Allende não previa a abolição do aparato estatal assim como não vislumbrava a transformação social realizada pelos próprios operários. Em sua concepção a transformação social no Chile era tarefa de seu partido e deveria ser realizada de acordo com os princípios estabelecidos pelo aparato institucional burguês. Em um discurso que proferiu em 21 de maio de 1971 revela a sua posição. Vejamos:

...o nosso Programa de Governo se comprometeu a realizar a sua obra revolucionária, respeitando o estado de direito. Não é um simples compromisso formal, mas o reconhecimento explícito de que o princípio de legalidade e a ordem constitucional são consubstanciais a um regime socialista, apesar das dificuldades que encerram para o período de transição. O papel social ordenador e revolucionário que corresponde ao Regime de Direito está integrado no nosso sistema institucional (Allende, apud PAIVA, 1984, p. 43).

Como está claro em seu discurso, enquanto representante do estado se coloca contrário ao projeto revolucionário da classe operária, que mantém como princípio a abolição do estado como sua primeira tarefa a ser realizada no processo revolucionário.

No entanto, um dos principais méritos de Allende foi abrir as portas do estado chileno para os oportunistas militantes de partidos, e fez isso através de uma organização burocrática denominada de Frente Popular. A Frente Popular deu à esquerda uma experiência de governo e trouxe a seus partidos e sindicatos um número enorme de novos membros (WINN, 2010, p. 49).

Com a atuação de Allende através da Frente Popular, consegue aglutinar um grande número de militantes à sua volta. Fortalece, assim, a ideologia da representação com a defesa de que a sua principal fraqueza enquanto integrante de um partido dito de

esquerda, era que o Chile estava “dominado pelos partidos burgueses, como os Radicais, e não pelos “partidos proletários”, como o seu Partido Socialista e o Partido Comunista do Chile” (WINN, p. 50).

E para deixar ainda mais clara a sua distância do movimento revolucionário, Allende defendia que era possível instituir o socialismo de dentro das instituições já existentes no Chile, aqui evidencia o próprio estado e o partido que dirigia. Nesse sentido, Allende não demonstrava ser contrário à concepção de Lênin, o de se tornar o capitalista coletivo ideal no Chile, daí a sua política de estatização dos meios de produção.

Allende fortalece a concepção burguesa através de sua atuação no interior do estado chileno. O discurso que proferia a respeito de seu objetivo de instituir o socialismo naquele país convenceu muitos militantes que se tornaram adeptos de sua política. A intelectualidade, por sua vez, não conseguiu ir além das aparências e ver que naquele contexto brotava ali um movimento revolucionário que apontava para uma realidade distinta daquela almejada por Allende. Vejamos, então, com mais detalhes sobre o movimento revolucionário que se desenvolveu no Chile na década de 1970.

A luta revolucionária do proletariado no Chile na década de 1970

Enquanto os partidos políticos se digladiavam pelo poder do estado e a burguesia nacional e internacional reclamavam por um dirigente que atendesse aos seus interesses de forma competente, em substituição a Allende¹, a classe operária começa a assumir para si a responsabilidade de resolver os seus próprios problemas.

A autonomização da luta operária que avança na década de 1970 inicia-se na década anterior através do conjunto de greves que emergiram naquele período. Só para se ter uma ideia, segundo dados publicados na época, entre 1963 e 1967 explodiram aproximadamente 4.309 greves, que envolveu em torno de 803 mil operários. Somente em 1967 foram 2.177 greves (LABROUSSE, 1978).

¹ Sobre a pressão do capital transnacional para substituir o governo Allende, ver Verdugo (2003).

Deste conjunto de greves, emergiram alguns casos de avanço do movimento operário, que passaram para o estágio da greve de ocupação ativa². Este foi o caso da greve dos 160 operários da empresa SABA, da firma Wagner Stein & CIA, “que montavam no Chile os televisores e os aparelhos de rádio da marca alemã SABA” (LABROUSSE, 1978, p. 209). Esta greve teve início em julho de 1968 e se estendeu até julho do ano seguinte e tinha como principal objetivo pressionar o patronato para conceder aumento salarial à categoria. A burguesia, por sua vez, pressionava os operários para retornarem ao trabalho ameaçando-os de demissão. Não obtendo resposta da burguesia, os operários resolvem ocupar o local de trabalho, momento em que radicalizam sua luta e apontaram para a abolição do capital e instituição da autogestão social.

Esse processo que levou à autonomização do movimento operário entre 1968 e 1969, no entanto, foi massacrado pelo estado a pedido dos próprios proprietários da empresa. “A pedido dos patrões, o Grupo Móvel entrou em ação. Uma centena de homens deram o assalto, depois de terem lançado granadas lacrimogêneas e vomitivas, arrombaram as portas e prenderam os operários” (LABROUSSE, 1978, p. 209). Além de presos, os operários foram acusados de serem os culpados de um incêndio no interior da fábrica, consequência do contato de granadas lacrimogêneas com outras substâncias inflamáveis que encontraram no local e que foram lançadas pela própria guarda contratada.

Este exemplo é revelador sobre uma questão que apareceu em todas as experiências revolucionárias da classe operária, a de que o estado tem conseguido atuar no sentido de evitar a sua proliferação e retomar a ordem capitalista. O mesmo aconteceu nesta fábrica da SABA. O estado invadiu o local, prendeu os operários incriminando-os e devolveu a fábrica aos antigos donos. Analisando experiências anteriores da luta revolucionária, vemos aqui acontecer o mesmo, o estado atuando como o guardião do capital.

Outra questão reveladora que surge nesta ocupação da fábrica de SABA foi a atuação de organizações que se diziam representantes da classe operária. Este é o caso específico da CUT. A Central Única dos Trabalhadores se colocou contra a radicalização da

² A respeito da greve de ocupação ativa, ver Viana (2008).

luta operária. Seus dirigentes reprovaram a atuação dos trabalhadores dizendo que ultrapassaram as barreiras legais ao ocuparem a fábrica. Em decorrência disso, abstiveram de prestar qualquer solidariedade aos operários detidos durante a operação (LABROUSSE, 1978).

Como observou Paiva (1984, p. 31) “a Central Única dos Trabalhadores, apesar de dispor de uma formidável força de mobilização de massas, era, enfim, um organismo burocratizado e limitado pelo controle partidário e governamental”. Neste acontecimento citado anteriormente, a CUT não conseguiu ocultar o seu caráter, a de ser uma organização burocrática a serviço do capital. Mas isso só foi possível devido a radicalização da luta operária, momento em que as máscaras dos oportunistas caíram e foi inevitável que finalmente assumissem declaradamente a posição da classe que representam.

Contudo, independente destas organizações burocráticas, aos trabalhadores cabe a tarefa árdua de criarem formas organizacionais que superem as organizações burocráticas. No processo de radicalização de sua luta terão que enfrentar e combater estas organizações que se colocam ao seu lado e dizem representá-los. Assim como a CUT, outras organizações burocráticas buscam tomar as rédeas do movimento em suas mãos e controlá-lo. O seu objetivo não é superar a relação dirigentes e dirigidos, pelo contrário, é perpetuá-la, ampliá-la e mantê-la como questão determinante no interior do movimento operário.

O rompimento da classe operária com as organizações burocráticas não tardou em ocorrer no Chile. Em 1971, inicia o processo de autonomização de sua luta, passando rapidamente para a fase das greves de ocupação ativa.

Segundo as estatísticas da Direção Geral dos Carabineiros, durante o ano de 1971 ocorreram, em todo o país, 560 ocupações de terrenos urbanos e 378 ocupações de fábricas, e, nos cinco primeiros meses de 1972, até 31 de maio, foram ocupados 148 terrenos urbanos e 299 fábricas (PAIVA, 1984, p. 48).

As ocupações provocaram a instituição de um processo revolucionário no Chile. Como meios de gerir sua própria luta, criam neste contexto os *Comandos Comunais* ou *Cordões*.

Inicialmente chamados *Conselhos Comunais* ou *Comitês Coordenadores*, adquiriram a seguir o nome de *Comandos Comunais* mais tarde foram identificados como *Cordões*. Este nome estava vinculado às suas origens, os *Cordões Industriais*, que constituíram a coluna vertebral dos mais importantes *Cordões* (PAIVA, 1984, p. 31-32 *Grifos do autor*).

O início do processo de auto-organização da classe operária no Chile ocorre nas fábricas, lugar onde se produz os meios essenciais para a manutenção da vida. Daí surgem os Cordões Industriais, uma nova forma assumida pela luta operária contra a burguesia. Em Paris, em 1871, a forma de organização revolucionária da classe operária foi batizada de Comuna, na Rússia, por Sovietes e Conselhos Operários, na França, no final da década de 1960, de Autogestão Social, e no Chile a auto-organização operária é denominada de Condões Industriais.

Os Cordões Industriais era uma nova forma de auto-organização e localizava-se dentro das fábricas. O primeiro e mais importante Cordão Industrial nasceu no Chile na Comuna de Maipú, a partir da articulação das lutas de trabalhadores e moradores em torno de reivindicações concretas. A comuna de Maipú reunia a maior concentração industrial do país, com cerca de 250 fábricas (PAIVA, 1984, p. 51). Com esta organização os operários suprimiram os patrões, a burocracia, concomitantemente a relação dirigente e dirigido. Em seu interior não havia um dirigente determinando o que fazer. As decisões e discussões sobre o que fazer eram tomadas em reuniões e assembleias estabelecidas pelos próprios operários. Para gerir as diversas questões relacionadas ao local de produção, os operários criaram comissões setoriais.

Essas comissões tinham funções específicas. Havia as comissões voltadas para a defesa e proteção do local, outras que atuavam na manutenção do transporte, outras na propaganda³ de sua própria forma organizacional etc. Como meio de unir as diversas comissões, os operários criam uma comissão única integrada por representantes de cada comissão específica. Esta comissão única era formada em assembleia e integrada por operários que eram revogáveis a qualquer momento. Esta estrutura formou-se em um conjunto de fábricas que estavam sob o controle dos trabalhadores, estendendo-se a outras fábricas ainda não ocupadas (PAIVA, 1984, p. 32).

A articulação e união entre as várias fábricas de uma mesma região, divididas e separadas anteriormente pela burguesia, foi o próximo passo a ser estabelecido pela classe

³ Uma rádio local também foi ocupada pelos trabalhadores e convertida em um meio de comunicação entre os próprios trabalhadores gerida e mantida pelo coletivo dos operários.

operária chilena. Desta união é que surgem os Cordões Industriais. Além das fábricas os Cordões aglutinavam outras organizações que foram sendo criadas em outros setores.

Estas novas formas de organização geradas pelos operários no Chile vão se desenvolvendo autonomamente, independentemente de partidos, sindicatos ou qualquer forma de organização burocrática. Eram os próprios produtores que estavam assumindo a direção de sua luta e para tal começavam a se organizar e concomitantemente organizar a própria vida da coletividade chilena. É importante ressaltar que os Cordões Industriais não foram obras de dirigentes sindicais e de partidos políticos. Mas obviamente que atraíram a sua atenção, por verem nestas novas formas de organização um meio de ascensão. No entanto, buscavam a todo momento tomar a frente da luta operária e querer controlá-la. Um exemplo, entre outros, de tentativas de controlarem as iniciativas do proletariado foi demonstrada pelo Partido Comunista chileno.

O Partido Comunista representou um outro papel. Na emergência da “resistência civil” e do *lock-out* patronal, em outubro de 1972, os comunistas, que até aquele momento haviam se oposto à organização dos Cordões, jogaram neles toda a força. Tratava-se, para o PC, de usar todos os meios possíveis para cumprir as tarefas que a situação requeria e salvar o governo (PAIVA, 1984, p. 32).

O Partido Comunista se opôs inicialmente aos Cordões porque ambos representavam interesses distintos. O Partido Comunista é uma organização burocrática e enquanto tal atuava para manter a ordem estabelecida pelo capitalismo, por isso tinha como objetivo salvar o governo. Não era e nunca foi o seu objetivo fortalecer a luta da classe operária, mas pelo contrário, o seu objetivo era controlá-la em prol do capital e de si mesmo. Por isso se opôs inicialmente aos Cordões, já que estes apontavam para uma nova forma de organização destituída de relações burocráticas, pois eram os operários que determinavam o caminho a seguir.

Como tentativa de salvar o governo é que o Partido Comunista assume posteriormente uma posição de concordância com os Cordões, foi a saída que os burocratas encontraram para salvar a ordem ali estabelecida. “Porém, passado o vendaval de outubro, o PC retomou a sua campanha contra o que considerava um “paralelismo” em relação à CUT, identificando a organização dos Cordões como uma “divisão da classe operária”” (PAIVA, 1984, p. 33).

Mais uma vez o Partido Comunista presta um desserviço para o movimento operário e busca atuar em seu interior com o objetivo de institucionalizá-lo e tomar o controle da luta para si. É típico dos dirigentes se colocarem em oposição à autonomia operária. Fazem de tudo para tomarem a direção e não deixarem que as coisas fujam de seu controle. E foi isso que o Partido Comunista no Chile fez várias tentativas de desmobilizar a classe operária e impedir a radicalização de sua luta, que representava um perigo para o próprio partido, já que os Cordões apontavam para uma organização destituída destes dirigentes.

Contudo, apesar dos partidos e sindicatos que se colocavam à sua frente, a classe operária chilena avançou em seu projeto de instituir novas relações sociais pautadas essencialmente nos princípios da autogestão social. Os Cordões foram a forma que encontraram para unir os vários setores de uma determinada região com o objetivo único de atender aos interesses de todos. Este órgão teve como papel principal o de servir de mecanismo para produzir e distribuir os meios essenciais e indispensáveis para vida da coletividade chilena. Fábricas e propriedades rurais foram convertidas de propriedade privada em bens coletivos de acesso a todos.

Importa registrar que, se os primeiros embriões dos Cordões começaram a germinar em junho de 1972, eles só floresceriam efetivamente cerca de quatro meses mais tarde, durante a “resistência civil” e o *lock-out* (PAIVA, 1984, p. 33). Em poucos dias formaram-se cordões em várias regiões do Chile, o que demonstra que a transformação social e a emancipação humana pode ser um processo rápido, considerando esta experiência revolucionária levada a cabo pela classe operária. Foram formados:

Aproximadamente cem cordões, nas Províncias de Santiago, Concepción, Valparaíso, Nuble, Cautín e Linares. Só em Santiago eles eram mais de vinte, sendo os mais importantes, pela grande concentração industrial no setor, o *Cordão Cerrillos* e o *Cordão Vicuña Mackenna* (PAIVA, 1984, p. 33)

Como dito anteriormente, os Cordões não se limitaram às fábricas. Os operários perceberam que as fábricas são fundamentais na produção dos meios essenciais para a vida, mas que a transformação social é fundamental para atender às necessidades de todos. Para os operários chilenos estava claro que não bastava apenas atuar na produção dos meios indispensáveis para a vida, era preciso criar uma nova organização social que tornasse o acesso a esta produção possível. Por isso os cordões foram estendidos aos

locais de moradia colocando como foco a questão da alimentação, da habitação e do transporte.

Para garantir a alimentação dos indivíduos que residiam em setores distintos, os operários criaram o que chamaram de *armazém do povo*, através do qual faziam a distribuição de *cesta populares*, que “consistia em alguns bens de primeira necessidade, distribuídos às famílias de acordo com o seu número de membros” (PAIVA, 1984, p. 34). Para garantir a distribuição destas cestas foi criada uma comissão específica, denominada de *Comandos Comunais de Abastecimento*. “Quando já existiam em Santiago doze comandos, iniciou-se a articulação destes num *Comando Provincial de Abastecimento Direto*” (PAIVA, 1984, p. 35).

O problema maior em relação aos Comandos Comunais de Abastecimento foi que os operários acabaram submetendo-os às determinações do estado e ao invés de avançar para a distribuição direta e suprimir o dinheiro converteram os Comandos Comunais de Abastecimento em *Juntas de Abastecimento e Preços (JAP)*. Esta conversão significou a abolição da autogestão operária e sua substituição por uma organização burguesa, cujo principal responsável por sua idealização e implantação foi o Partido Comunista.

Com as JAP o Partido Comunista mantém intacto os meios burgueses de distribuição dos meios essenciais para a vida e o modo de produção capitalista. Ou seja, ao invés da produção ser coletivizada e pautada pela autogestão social, mantém-se o princípio da produção estabelecida sobre relações de dominação e exploração. Sob o controle do Partido Comunista a produção era levada para um comércio onde eram trocadas por dinheiro. As JAP foram, portanto, aceitas e legalizadas pelo estado, e representou um mecanismo em oposição às organizações operárias. “Em abril de 1972 o governo legalizou as JAP, regulamentando-as e subordinando-as à *Direção da Indústria e do Comércio (DIRINCO)*, um organismo estatal” (PAIVA, 1984, p. 35).

A experiência da luta revolucionária do proletariado perdurou até o final de 1973. E mais uma vez o capitalismo, com o auxílio do estado, se colocou à frente da classe operária e conseguiu derrotá-la, ou pelo menos, atrasar a realização de seu projeto de sociedade, a autogestão social. Foi um fim trágico, como o foi em outras experiências anteriores. Financiado pelo capital norte-americano as forças armadas do Chile realizam um golpe de

estado e empreendem uma caçada aos operários das fábricas e de terras rurais ocupadas (TIMERMAN, 1987).

O papel dos partidos e do estado no Chile na década de 1970

A experiência da luta revolucionária da classe operária no Chile possibilitou também que se evidenciasse com clareza o papel dos partidos, dos sindicatos e do estado, principalmente no contexto de radicalização da luta. A intensa participação de representantes de partidos e sindicatos no interior do movimento operário criou uma dificuldade de compreensão da relação que manteve com os trabalhadores. Em decorrência disso que está a necessidade de se partir do ponto de vista do proletariado, questão que possibilita observar com clareza o que a burocracia representa para a luta revolucionária.

Allende, por exemplo, foi um burocrata estatal que fazia o discurso de instituir o socialismo. Ao assumir o poder de estado no Chile inicia o processo de estatização de fábricas, terras urbanas e rurais etc. Ao seu lado estavam as organizações partidárias e sindicais, promovendo a sua política de divulgação e propaganda de ser um governo revolucionário. Isso fortaleceu a ideia de que o estado chileno nas mãos de Allende era realmente um instrumento que poderia favorecer a transformação social, logo um estado operário. No entanto, é preciso considerar a luta revolucionária naquele contexto, observar a relação que o governo, o estado, os partidos e os sindicatos estabeleceram com a classe operária e demais classes exploradas, e daí esclarecer o papel que desempenharam.

Allende não era um revolucionário como pensam muitos daqueles que interpretaram os acontecimentos que se desenvolveram no Chile nas décadas de 1960 e 1970. Foi um governo que conseguiu chegar ao poder do estado em decorrência da crise que assolava o capitalismo chileno naquele período. Suas medidas deixam claro que era um empecilho e ao mesmo tempo um problema para a classe operária e demais classes exploradas. O seu governo pautou por uma tentativa de recuperar as bases da produção capitalista, cujo objetivo apontava para um capitalismo de estado, a exemplo da sua política de estatização dos meios de produção e de seu controle exclusivo pelo estado.

Em decorrência disso que para Allende a classe operária e o campesinato, especificamente, deveriam dedicar-se fervorosamente ao trabalho, à produção dos meios essenciais para suprir as necessidades da população chilena e não se meter em questões políticas. A questão política, em sua concepção, era questão a ser resolvida pelo estado e por seu partido. E foi daí que iniciou o conflito entre Allende e os interesses da classe operária e do campesinato. Estes últimos logo perceberam que ao invés de ser um revolucionário, como se pressupunha até então, Allende desempenharia o mesmo que outros governos anteriores, ou seja, de se colocar à frente do movimento revolucionário para impedi-lo de avançar e ainda para desmobilizá-lo. Foi este o debate que Allende travou em um encontro com um grupo de camponeses, os quais questionavam as medidas de Allende frente à apropriação de terras. Allende responde ao questionamento de um camponês, Anselmo Cancino, que manifestou no debate que os camponeses estavam tendo a impressão que o governo duvidava de sua consciência e potencialidade para gerir sua própria luta. Allende, então, responde:

Ocupar terras é violar um direito. E os trabalhadores devem compreender que fazem parte de um processo revolucionário com o mínimo de mortes, com mínimo de fome. Se agíssemos da mesma maneira com as empresas importantes que queremos nacionalizar – há 35 000 empresas -, o que é que se passaria se tivéssemos a intensão de as controlar todas? (Apud LABROUSSE, 1978, p. 364).

O camponês replica a Allende: “a transformação, compañero presidente”. E Allende interpõe: “Não, o caos. Tenho o dever de lhes mostrar que estão enganados” (Ibidem). Esta mesma concepção é o que medeia a relação que estabelece com outros grupos que se aproximavam do movimento revolucionário, a exemplo de estudantes universitário. Vendo a aproximação que estudantes universitários estabeleciam do movimento operário, Allende tenta controlar o seu avanço apontando que o papel dos estudantes na perspectiva revolucionária era estudar e não dedicar-se à política.

Relação semelhante estabeleceu com a classe operária. Contudo, diante desta foi mais incisivo, uma vez que criou vários mecanismos de interferência em sua luta estabelecendo um controle constante do movimento que se radicalizava. Para isso, Allende utilizou principalmente das forças sindicais e contou com o apoio de militantes de partidos que atuavam no controle dos operários das fábricas e de outros setores de produção no Chile.

Os membros que integravam a classe operária eram duramente repreendidos quando avançavam para além da legalidade, para além das normas e regras estabelecidas pelo governo. Estava claro que o papel destes representantes sindicais e partidários era o de estabelecer o controle sobre a classe operária para que exercesse unicamente o papel de dedicar-se ao trabalho. Foi esta a declaração de Allende em uma reunião com um grupo de burocratas. Segundo um dos burocratas, Olgúin,

O Presidente tinha afirmado que o seu desejo era que não houvesse sectarismo nem politicização. Acrescentara que não era partidário de que nos locais de trabalho se fizesse política, mas, pelo contrário, durante essas horas era partidário de que os operários se consagrassem unicamente ao trabalho (Apud LABROUSSE, 1978, p. 365).

Em síntese, na concepção Allende “o espírito de todas estas declarações pode resumir-se assim: os estudantes devem estudar, os camponeses, produzir, os operários, trabalhar, e deixar a política ao Governo, visto que são eles próprios o governo” (LABROUSSE, 1978, p. 365). A questão, portanto, é que o governo, seja ele de qual partido for, ao assumir o poder do estado deve realizar aquilo que o capital espera de si, ou seja, administrar bem a sociedade para que os seus negócios proliferem. Allende não seguiu um caminho distinto e a partir de um discurso que se dizia de esquerda buscou instituir um capitalismo de estado, que acabou se esbarrando nos interesses do capitalismo transnacional e do capitalismo privado do Chile.

Só para se ter uma ideia do que o estado é capaz de fazer para restituir o modo de produção capitalista, basta observar a forma como abordou a classe operária revolucionária e outras classes exploradas. “Alguns exemplos ilustram bem a situação que se viveu. Na fábrica de massas “Luchetti”, situada no Cordão Industrial Vicuña Mackenna, depois de uma prolongada resistência, os trabalhadores saíram com bandeiras brancas e foram todos fuzilados” (PAIVA, 1984, p. 73). Os camponeses mapuche de Nicolás Ailfo e comunidades vizinhas sofreram

Um assalto ostensivo, combinado e de surpresa da Aeronáutica e do Exército, por helicóptero e caminhões, ao Centro de Produção Jorge Fernandez, em busca de armas. Quebraram portas, dominaram, espancaram e torturaram ativistas, pendurando alguns pelos testículos e submergindo a cabeça de outros em água contaminada (WINN, 169-170).

Segundo Timerman (1987, p. 113), “a fúria genocida dos militares não tem precedentes na história chilena, e não foi explicada em nenhum dos estudos das forças armadas realizados na última década”. Obviamente que esta posição do estado diante da

classe operária não é uma novidade, basta observar o que fez em outras experiências em épocas anteriores, a exemplo da Comuna de Paris de 1871. O estado capitalista é um guardião do capitalismo e deve agir como tal, independentemente se para isso for preciso executar pessoas.

Considerações finais

A experiência da luta revolucionária levada a cabo pelo proletariado chileno foi mais um capítulo de sua história com o modo de produção capitalista. A essência de sua luta permaneceu a mesma, a de ser revolucionária e a única capaz de abolir o modo de produção capitalista e instituir a autogestão social.

Como foi possível perceber, a motivação para a luta revolucionária da classe operária no Chile na década de 1970 já estava dado desde o surgimento do capitalismo, cujo modo de produção é estabelecido sob relações de exploração. A partir da década de 1960 a classe operária começa a se manifestar mais claramente com as greves, que em vários lugares passou para a fase da greve de ocupação ativa, momento em que esboça e inicia o processo de transformação social. A partir daí as ocupações foram se alastrando por diversas regiões do país.

Desde o início, a classe operária estava sendo acompanhada pelos burocratas partidários, sindicais e ainda pelo burocrata estatal Salvador Allende. Estes se colocaram como uma barreira para a transformação social e desempenharam o papel de defensores do modo de produção capitalista. Demonstraram claramente que independente do nome que batize uma determinada organização burocrática, mesmo que receba a insígnia de comunista, socialista, operário etc., na realidade não é mais do que a inversão do nome. Diante da classe operária são defensores do capital, de seus próprios interesses e da sociedade de classes, e enquanto tal deve ser combatido.

Em síntese, no início da década de 1970, o Chile foi palco de mais uma experiência revolucionária concretizada pelo proletariado. Esta experiência demonstrou que outras classes podem se juntar a sua luta e fortalecê-la, enquanto outras se colocarão contrárias ao seu projeto. Ali demonstrou aquilo que Marx já havia apontado teoricamente, ou seja, que “a burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; a burguesia

produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários”.

Referências

LABROUSSE, Alain. *A Experiência Chilena: reformismo ou revolução?*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

MARQUES, Edmilson. *O Que é Bolchevismo?*. Goiânia: Revista Enfrentamento, ano 9, nº 16, 2014.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

MATTICK, Paul. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Porto: A Regra do Jogo, 1977.

PAIVA, Maurício. *Transição ao Socialismo: as lições do Chile*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

TIMERMAN, Jacobo. *Chile: o retrato de uma agonia*. São Paulo: Best Seller, 1987.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

VERDUGO, Patricia. *Como os EUA Derrubaram Allende. Chile, 1973*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

_____. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. *O Que São Partidos Políticos?*. Goiânia: Germinal, 2003.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: UNESP, 2010.

A REVOLUÇÃO POLONESA DE 1980

Nildo Viana

A chamada “revolução polonesa”, de 1980, é palco de diversas interpretações e análises, como geralmente ocorre com as experiências históricas de radicalização das lutas de classes. O entusiasmo de diversos setores da sociedade e intelectuais de diversas posições políticas é algo que foi comum no início da década de 1980. Além de vários partidos, grupos e intelectuais progressistas (social-democratas, bolchevistas, trotskistas, acadêmicos, liberais-democratas, etc.) e também conservadores (especialmente os liberais e “anticomunistas”). A motivação para tal, obviamente, era diferente nos dois casos, além de diferenças internas nas duas posições. Alguns revolucionários também saudaram a experiência polaca por ser um processo que poderia culminar com a transformação radical e total da sociedade polonesa, bem como colocar em evidência a autogestão como projeto alternativo de sociedade.

Contudo, as coisas são mais complicadas do que parece. E posições políticas diferentes e até opostas, ou, ainda, antagônicas, apoiarem uma determinada experiência histórica, mesmo que sob formas distintas e outros processos (ressalvas, etc.), já demonstra a complexidade da situação. O nosso objetivo é apresentar alguns elementos básicos da experiência polonesa para analisar se ela possuiu um caráter revolucionário e autogestionário.

Capitalismo Estatal e Luta de Classes na Polônia

O primeiro elemento a ser abordado é entender que a experiência polonesa de 1980 surgiu no interior de um capitalismo de Estado e não num capitalismo privado, o que já traz diferenças importantes, e num processo de lutas de classes radicalizadas que periodicamente ocorriam neste país. Não poderemos aqui discutir os elementos fundamentais do capitalismo de Estado e nem sua história na Polônia, mas tão somente mostrar alguns aspectos que são importantes para a análise da luta de classes desencadeada em 1980 e seu caráter.

O capitalismo estatal polonês emerge após a Segunda Guerra Mundial e sob a tutela da União Soviética. O capitalismo de Estado que emergiu na Rússia a partir do golpe de

Estado de outubro de 1917 acabou gerando um bloco de países vivendo sob o mesmo regime e através de uma hierarquia que a colocava como a grande potência no seu interior. O que foi denominado por alguns como o “imperialismo soviético” era uma realidade, apesar das diferenças entre as relações do bloco imperialista do capitalismo privado e as relações imperialistas no bloco capitalista estatal.

A hierarquia no bloco capitalista estatal convivia com diversos países (e algumas contradições internas, sendo que a antiga Iugoslávia e a China foram as principais forças internas dissidentes) e cada um possuía sua especificidade. O capitalismo estatal se organiza diferente do capitalismo privado. A produção e apropriação de mais-valor se faz pela mediação burocrática e controle por parte da burocracia superior. O partido (chamado de “comunista” na maioria dos países, mas possuindo outros nomes dependendo do caso) usava a nomenclatura como forma de controlar o aparato estatal e adquirir privilégios para a classe dominante¹. A classe dominante, no capitalismo de Estado, não é a burguesia privada e sim a burguesia burocrática, também chamada de burguesia estatal. Ambas são a mesma classe, mas se diferenciam por uma se fundar na propriedade privada do capital e a outra na propriedade coletiva burocrática (estatal) do mesmo. É através do aparato estatal que se drena mais-valor e se apropria de parte dele como renda e parte para a reprodução ampliada do capital.

Essa burguesia burocrática realiza a fusão das funções da classe capitalista e da classe burocrática numa só classe social. Assim, a apropriação do mais-valor e acumulação de capital é realizada pela mesma classe social que deve controlar o conjunto da população através do aparato estatal. Além da burguesia burocrática, que é a classe dominante, há também o proletariado, classe explorada e produtora de mais-valor, existiam duas classes sociais importantes na Polônia: a intelectualidade e o campesinato. O campesinato está submetido à troca inequivalente por que seu mercado consumidor é quase que totalmente o aparato estatal, que é também seu “banco”, seu fornecedor, etc. A intelectualidade, por sua vez, é subordinada à burguesia burocrática, seja a universitária, a dos ministérios, etc.

¹ A nomenclatura possui o mesmo papel nos demais países capitalistas estatais (PANKÓW, 1983) e é a forma pela qual o partido realiza o controle do aparato estatal e mais intensamente que a burguesia privada realiza no capitalismo privado. Ela define cargos, salários, etc. decidindo quem serão os burocratas centrais e os principais burocratas em outras instâncias da sociedade. Geralmente um mesmo burocrata ocupa vários cargos burocráticos em distintas instituições estatais (burocracia governamental, partidária, etc.).

A burguesia burocrática possui várias divisões: partidária, sindical, etc. A acumulação de capital é realizada sob seu controle, mas, ao contrário do que no capitalismo privado, sua dinâmica é irregular. Essa irregularidade da acumulação se deve ao fato de que, no capitalismo estatal, a burguesia burocrática tem um controle muito maior sobre as relações de produção e relações de distribuição, além de coordenar burocraticamente todo processo de reprodução ampliada do capital. Assim, a incompetência ou outros processos (pressão externa, pressão interna, escassez, empréstimos externos, etc.) tem um peso muito maior na dinâmica da acumulação capitalista no capitalismo estatal. Não poderemos desenvolver aqui uma análise mais profunda do regime de acumulação estatal, mas estes elementos básicos já permitem compreender a diferença entre a acumulação de capital do capitalismo privado e do capitalismo de estado.

Uma outra distinção em relação ao capitalismo privado que é importante ressaltar é que, tal como na União Soviética, um regime ditatorial existia e se autodeclarava “democracia popular”, usando alguns mecanismos discursivos e burocráticos, como a existência de mais de um partido político (subordinado e sem a menor condição de competir com o partido comunista), de sindicatos e até de “conselhos operários”.

Ao lado, o que é outro elemento diferenciador importante, havia a debilidade da sociedade civil organizada, quase inexistente, tendo a Igreja como única instituição não-estatal com força política e social. Isso, sem dúvida, sufocava a produção intelectual. A classe intelectual estava subordinada ao aparato estatal e por isso não tinha autonomia intelectual suficiente, sendo que o Estado era o único empregador e ao mesmo tempo controla as universidades, escolas, centros de pesquisa, publicações, imprensa em geral, etc. A ideologia oficial era o leninismo (chamado ideologicamente de “marxismo”-leninismo) e esta era reproduzida pelo aparato educacional.

Esse processo cria uma especificidade na luta de classes na Polônia (e, com as devidas diferenças, em todos os países de capitalismo estatal, em relação ao que ocorre no capitalismo privado). A ideologia oficial se autointitulando de “marxismo” e afirmando que o regime existente é “socialismo”, cria um sério obstáculo para o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado. Esse obstáculo ocorre com a resistência criada ao marxismo ao ser substituído substancialmente pelo leninismo, mas não formalmente. O pseudomarxismo leninista se torna ideologia oficial e legitimadora de um regime ditatorial

e assim perde o atrativo e gera resistência nos meios proletários e outros setores contestadores. Inclusive em alguns cria, também, uma certa atração pelo “oposto”, isto é, o capitalismo privado.

O leninismo, que quando lança mão de algo do marxismo o faz deformando e empobrecendo, também anula sua capacidade explicativa da realidade do capitalismo estatal. Assim, as teses do “período de transição”, “partido de vanguarda”, “manutenção da lei do valor no socialismo”, entre diversas outras, que são elementos da ideologia leninista, acabam impedindo a percepção do caráter capitalista destes países.

Segundo a doutrina oficial, vivemos em um país socialista. Esta tese se baseia na identificação da propriedade estatal dos meios de produção com a propriedade social. O ato de nacionalização transferiu a indústria, os transportes e os Bancos à plena propriedade da sociedade e as relações de produção baseando-se na propriedade social seriam por definição socialistas (MODZELEWSKY e KURON, 1971, p. 27).

Essa ideologia é dominante e amplamente hegemônica, tendo poucas vozes discordantes:

Este raciocínio parece ser marxista. Na realidade, introduziu-se na teoria marxista um elemento que lhe é profundamente estranho, ou seja, a concepção formalista e jurídica de propriedade. A noção de propriedade estatal pode dissimular conteúdos diferentes de acordo com o caráter de classe do Estado. O setor estatal da economia nacional nos países capitalistas não possuem nada em comum com a propriedade social. Isto é assim não somente porque existem, além desse setor, sociedades capitalistas privadas, mas, sobretudo, porque o operário da fábrica pertencente ao Estado está privado de toda a propriedade real, pois não tem a menor influência sobre o Estado e não possui, por conseguinte, nenhum controle sobre seu trabalho e sobre o produto deste. A história conhece exemplos de sociedades de classes, com seus antagonismos, nos quais a propriedade estatal dos meios de produção era predominante (o modo de produção “asiático”) (MODZELEWSKY e KURON, 1971, p. 27).

A citação dos dois sociólogos poloneses acima é apenas para demonstrar que existiam dissidentes e intelectuais que caracterizavam o regime polonês sob forma diferenciada. No entanto, com alguns equívocos, mas isso será retomado adiante. O que interessa é que a crítica acima só foi estabelecida graças a uma superação da hegemonia leninista, mesmo que de forma limitada e parcial. Outros, no entanto, recusaram completamente o marxismo por acreditar em sua correspondência com o capitalismo estatal.

Assim, a luta cultural na Polônia era, desde 1945 até 1980, extremamente desfavorável ao proletariado, que, inclusive, praticamente não tinha expressão teórica e

política. Isso, no entanto, não abolia as contradições e luta de classes, bem como os esboços de luta cultural e avanço na luta operária. Antes de 1980, várias lutas radicalizadas foram realizadas na Polônia.

Em 1956 houve uma revolta operária em Poznan. Nessa cidade, um ano antes, um grupo de operários (na fábrica de automóveis Zeran) cria um coletivo cujo objetivo é compreender a sociedade (“Ver a vida como ela é”) e um grupo de intelectuais mais jovens criam o seminário *Po Prostu* (“Simplesmente isso”), bem como “Clube Tordu” e em 1956 surgiu o Centro Nacional de Cooperação Interclubes (NASCIMENTO, 1988). A revolta de 1956 foi provocada pelo aumento das cotas de produção e redução salarial e foi marcada por greves, reivindicações, reflexões, formação de conselhos operários².

Em 1968 ocorre uma revolta estudantil. Desde 1963, diversos setores da intelectualidade (desde conservadores e católicos até reformistas diversos) entraram em conflito e foram reprimidos e presos pelo aparato estatal (CLAUDÍN, 1983). Em 09 de março de 1968 iniciaram as “greves” estudantis e houve a ocupação da faculdade, tendo apoio de diversos operários, inclusive com greves de solidariedade (NASCIMENTO, 1988).

Em 1970, com o anúncio do aumento de preços em até 30% dos produtos de primeira necessidade, há o desencadeamento de um amplo movimento de resistência. Ocorre a formação de comissões operárias, realização de greves, incêndios, saques, etc. O aparato estatal usa a força para derrotar o movimento.

A partir de 1976, apesar do avanço no processo de acumulação de capital, há um processo de mobilização da intelectualidade e do movimento operário. A classe intelectual e os estudantes sempre foram setores da sociedade que apresentavam reivindicações e desencadeavam protestos, bem como sofriam repressão. Um movimento grevista e algumas lutas operárias também ocorreram nesse período, o que faz alguns autores tratar da aliança entre intelectuais e proletários (CLAUDÍN, 1983; NASCIMENTO, 1988). O conjunto de ações desse período acabou gerando o KOR (Comitê de Defesa Operária), que muitos atribuem importância na constituição do Sindicato Solidariedade, posteriormente. O KOR oferecia apoio jurídico, financeiro e médico aos operários vítimas de repressão e

² “Em Lódz, os conselhos operários, no final de 1957, existiam em 80% das fábricas têxteis. Pouco a pouco, a noção de conselho operário toma corpo e chega à elaboração de um projeto de estatuto, logo divulgado pelo *Po Prostu*” (NASCIMENTO, 1988, p. 23).

posteriormente começa a lançar um jornal, divulgar a necessidade de sindicatos livres, entre outras atividades.

Esse breve panorama da Polônia, do capitalismo estatal e da luta de classes é importante para compreendermos a fase seguinte da luta operária, em 1980. A sociedade civil organizada era extremamente frágil, contando com a Igreja como instituição mais independente e influente e, derivado das lutas sociais, algumas poucas vozes dissidentes e organizações, sendo que o KOR, em 1976³, se torna mais eficaz do que as iniciativas anteriores.

A Revolução Polonesa de 1980

Em 1980 inicia uma nova onda de greves na Polônia. O estopim foi um novo anúncio de aumento de preço dos alimentos. O regime de acumulação estatal que teve um período de ascensão nos anos 1970, se desestabiliza em 1980. Houve queda na produção industrial e nacional, bem como endividamento externo e diminuição dos investimentos. Juntamente com isso, a produção agrícola teve queda, sendo de - 1,4 em 1979.

A produção agrícola do país era realizada por camponeses (pequenos proprietários privados), cooperativas e empresas estatais. Os camponeses cultivavam, em 1983, cerca de 70% das terras aráveis, sendo, portanto, o setor de maior produção agrícola (RYDENFELT, 1987). O controle estatal sobre o conjunto da sociedade e da produção criava uma determinação sobre o preço das mercadorias em geral. É a determinação da política estatal. O modo de produção camponês estava subordinado ao capitalismo estatal. E, ao contrário do capitalismo privado, não é o capital bancário e comercial que lhe explora e sim o aparato estatal, o seu único comprador, financiador, etc. Quanto mais baixo os preços dos produtos agrícolas, menor é o valor da força de trabalho, o que significa que é interesse do Estado, para diminuir os gastos com salários dos operários e outros trabalhadores, reduzir os preços dos produtos agrícolas.

³ Surgiram também organizações que expressam o catolicismo e o nacionalismo, tal como nesse exemplo: “em março de 1977 se cria o Movimento pela Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (ROPCIO), com a publicação mensal *Opinia* como porta-voz. Situa-se à direita do KOR e é uma das expressões políticas da oposição católica, combinando-se, na sua ideologia, elementos progressistas e conservadores” (CLAUDÍN, 1983, p. 243).

Os governos poloneses não têm sido capazes de impedir a inflação, incluindo aumentos de salários e rendimentos. Os preços dos alimentos, porém, têm sido mantidos estáveis por meio dos controles de preços. Como a inflação forçou as autoridades a aumentar os preços de entrega pelos camponeses, elas só são capazes de manter preços estáveis para o consumidor com o auxílio de subsídios estatais. A cada ano, a diferença entre os preços do produtor e os do consumidor tem aumentado, um desenvolvimento que exigiu subsídios cada vez maiores. Isto tem significado que o governo, confrontado com demandas cada vez maiores de recursos – fundos extremamente necessários para outros fins – como subsídios para alimento (RYDENFELT, 1987, p. 68).

Rydenfelt (1987) denominou isso de “preços políticos” ao invés de “preços de mercado livre”, o que é equivocado por realizar uma oposição de essência quando é apenas de grau. Em 1980, a crise da acumulação forçava a busca de resolução através do aumento da exploração da força de trabalho e diminuição do consumo (interno, o que em alguns setores poderia ajudar na exportação, o consumo externo, que atrairia recursos para o país). O aparato estatal é o principal produtor e vendedor de mercadorias⁴ e o aumento de preços sem aumento de salários significa aumento de extração de mais-valor absoluto. O aumento da exploração, por sua vez, incrementa a acumulação de capital. A grande questão é que no capitalismo estatal o nível de consumo já é baixo e mesmo tendo dinheiro é possível não consumir, por causa das longas filas.

O anúncio em junho de 1980 do aumento de preços gera um novo movimento grevista⁵. As greves se fortalecem em julho e o governo concede aumentos salariais de 20 a 30%, o que ao invés de conter acaba expandindo o movimento grevista. O temor da burguesia burocrática polonesa é derivado do processo de luta de classes anteriores e das lutas operárias. No fundo, foi uma tentativa desesperada de conter o movimento. O movimento se amplia e são criados diversos comitês de greves. O processo inflacionário corroía os aumentos salariais e se espalha pela sociedade polonesa um processo de autonomização do proletariado. Em 14 de agosto, 17 mil operários, como protesto contra

⁴ Mesmo o preço de produtos agrícolas, pois é o aparato estatal que vende e determina o preço ao consumidor e é ele o vendedor das mercadorias para os trabalhadores e ao mesmo tempo o seu empregador, ou seja, o responsável pelos seus salários. Se ele aumenta o preço ao consumidor, então gasta menos com “subsídios”, principalmente se não aumento o preço pago ao produtor. Esse aumento do mais-valor absoluto significa, entendendo que se trata de toda sociedade polonesa e não apenas uma empresa, um *quantum* elevado no conjunto do mais-valor global. No capitalismo privado, um capitalista aumentar os preços dos seus produtos pode atingir apenas trabalhadores de outras empresas, mas no capitalismo estatal, que possui um “patrão único”, para recordar Pannekoek (1977), então ele atinge seus próprios trabalhadores.

⁵ “Quando se soube, no dia 1º de junho, que o governo decidiu aumentar drasticamente os preços dos artigos alimentícios, especialmente a carne, começaram imediatamente as greves, tal como em 1970 e 1976” (CLAUDÍN, p. 255).

a demissão de Ana Walentyowicz, entram em greve no estaleiro naval “Lenine” Em 17 de agosto há a formação do Comitê Interempresarial de Greve (MKS), embrião do futuro Sindicato Solidariedade, que, no início, aglutinava 17 comitês de greve. Em 19 de agosto, o MKS coordena 88 empresas (região de Gdansk, Gdynia e Sopot) e no final do mês já coordenava mais de 300 empresas em diversas regiões do país.

Um conjunto de acontecimentos, desenvolvimento de novas organizações, ações, lutas, sendo que o governo se mostrava recuado e na defensiva. Nesse processo, muitos defenderam a tese de que haveria uma dualidade política expressa pelo poder operário e pelo poder governamental. A força do MKS e a proliferação de greves, organizações, etc., são a justificativa para essa tese, incluindo a “lei seca” instituída pelo MKS, que foi atendida pelos trabalhadores. No entanto, a existência de um duplo governo só pode ser admitida no sentido de que o autogoverno operário era bastante frágil e parcial. As ocupações de fábricas, a partir da ideia de “greve ativa” (NASCIMENTO, 1988), não se compara ao processo no caso russo de 1917 e outros. As 21 reivindicações apresentadas em agosto mostram os limites do movimento operário polonês:

- 1 - Reconhecimento de sindicatos livres e independentes do Partido e dos empresários na base da Convenção num. 9/87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada pela Polônia.
- 2 - Garantia do respeito do direito de greve, da segurança dos grevistas e das pessoas que os ajudam.
- 3 - Respeito pelas liberdades de expressão e de impressão garantidas na Constituição, fim da repressão contra as publicações independentes, e acesso dos representantes de todas as Igrejas aos órgãos de comunicação social.
- 4 - A) Restabelecimento dos direitos das pessoas despedidas após as greves de 1970 e 1976 e dos estudantes excluídos do ensino superior por causa das suas opiniões políticas. B) Libertação de todos os prisioneiros políticos nomeadamente: E. Zadrozynski, J. M. Kazlowski a cessação das represálias por razões de opinião.
- 5 - Difusão pelos órgãos de comunicação social de informação sobre a criação da comissão de greve interfábricas e publicação das suas reivindicações.
- 6 - Lançamento de ações reais tendo por fim a saída do país da situação de crise, como por exemplo, difusão pública de todas as informações sobre a situação socioeconômica da Polônia. Concessão a todos os meios e camadas sociais da possibilidade de participar nas discussões sobre um programa de reformas.
- 7 - Pagar a todos os grevistas como durante os períodos de licenças.
- 8 - Aumento do salário de base de cada trabalhador em 2.000 Zlotys por mês, em compensação do aumento do preço da carne.
- 9 - Escala móvel de salários.

- 10 - Realização de um provisionamento pleno do mercado interno em artigos alimentares e limitação das exportações do excedente.
- 11 - Introdução de cartas de racionamento para a carne até a estabilização do mercado.
- 12 - Supressão dos preços comerciais e das vendas em divisas estrangeiras no mercado interno.
- 13 - Designação dos diretores de empresa unicamente sobre a sua qualificação e não sobre a filiação no Partido.
- 14 - Supressão dos privilégios da polícia de segurança e do aparelho do Partido para a aposentadoria após trinta e cinco anos de trabalho. Aos cinquenta anos para as mulheres e aos cinquenta e cinco para os homens.
- 15 - Supressão das diferenças entre os dois sistemas de pensões e de reformas por alinhamento pelo mais favorável.
- 16 - Melhoria das condições de trabalho, dos serviços médicos, a fim de assegurar aos trabalhadores os serviços de que têm necessidade.
- 17 - Criação de creches e escolas maternas em número suficiente para os filhos cujas mães trabalham.
- 18 - Extensão da licença maternal paga para três anos.
- 19 - Limitação do tempo de espera para atribuição de apartamentos.
- 20 - Aumento de 40 a 100 “zlotys” das despesas de transferência e aumento do prêmio de transferência.
- 21 - Compensação, nas fábricas que trabalham a tempo integral, da inexistência de sábado livre pelo alongamento do período de licença ou pela introdução de dias feriados particulares.

As lutas operárias na Polônia, no período anterior, surgiram espontaneamente e conseguiram forjar formas de auto-organização, como o próprio MKS. No entanto, existia um setor autônomo do movimento operário convivendo com um setor influenciado pelas forças progressistas (KOR e outros), e um setor menor influenciado pelas forças conservadoras (nacionalismo, catolicismo)⁶. No bojo da luta, havia uma mistura de todos estes setores, e uma ampla parcela sem posicionamento mais sólido. Nesse contexto, o desenvolvimento da luta deveria avançar no sentido de aprofundar o desenvolvimento de uma consciência revolucionária, por um lado, e formas organizativas, por outro.

A situação era difícil, pois no capitalismo estatal existiam diversas organizações dizendo “representar” os trabalhadores, como o Estado, a igreja, os partidos, os sindicatos

⁶ Estes setores foram reforçados pela visita de João Paulo II em 2 de junho de 1979 e pelas campanhas e ações da igreja polonesa e grupos nacionalistas, conservadores. A respeito de três grandes organizações burocráticas atuando na Revolução Polonesa, o POUP, a Igreja e o Sindicato Solidariedade, há um conjunto de documentos e textos, embora insuficientes e sem maior análise crítica, em obra organizada por Drabik e Fernandes (1984).

e até os conselhos operários oficiais⁷. A forma organizativa inicial foi o comitê de greve, uma organização autárquica voltada para a organização da greve e realização de reivindicações. O comitê de greve poderia e deveria ter se transformado em conselhos de fábrica e se articulado em conselhos operários, formando, através da articulação destes, uma associação ou união operária nacional. Esse processo avançou em alguns aspectos. Algumas comissões foram criadas e o MKS, enquanto Comitê de greve interempresarial, permitia uma articulação mais ampla dos trabalhadores.

No entanto, esse processo de auto-organização precisa ser acompanhado de um processo equivalente de autoformação. Se houver uma defasagem cultural em relação ao avanço organizacional, a possibilidade de retrocesso é muito maior. Nesse caso, tanto a classe dominante e seus aparatos, quanto outros setores da sociedade, especialmente a burocracia civil e intelectualidade, podem influenciar ou hegemonizar amplos setores do proletariado e das classes desprivilegiadas em geral. O processo de auto-organização é mais espontâneo, pois surge pelas próprias necessidades da luta, enquanto que o processo de autoformação tende a acompanhá-lo, mas sob forma mais lenta, ocorrendo, geralmente, depois de decisões tomadas e ações efetivadas, e nem sempre ocorre de forma homogênea em todos os participantes. No conjunto dos trabalhadores, há uma defasagem tanto no avanço organizacional quanto no desenvolvimento da autoformação.

Um outro elemento que pode beneficiar tanto o desenvolvimento de organizações autárquicas quanto desenvolvimento da consciência revolucionária é a ação externa, tanto pelo exemplo de outras lutas (que tem a tendência de gerar uma reação em cadeia, ou seja, a propagação das lutas), quanto pela sedimentação cultural oriunda de lutas anteriores e produção intelectual, geralmente realizada pelo bloco revolucionário. A propagação das lutas pode gerar um avanço organizacional, mas nem sempre a autoformação intelectual necessária, pois a consciência pode ficar no nível da organização existente, ou até aquém dela. As lutas cotidianas e espontâneas também podem avançar sem que o

⁷ Os conselhos operários oficiais surgiram das lutas proletárias do passado, mas foram institucionalizados. As empresas possuíam conselhos operários (na verdade, conselhos de fábrica). A empresa “Comuna de Paris”, em Varsóvia, tinha um quadro composto por 34 membros representantes do “conselho de fábrica”, 11 representantes do Comitê de Empresa (na verdade, do POUP, o partido comunista polonês) e 20 representantes do sindicato. Assim, a impressão é de que o conselho de fábrica detinha a maioria, mas, no entanto, o partido possuía muitos membros tanto no “conselho de fábrica” quanto no Comitê de Empresa do Sindicato e este, no fundo, era aparelhado pelo partido.

desenvolvimento da consciência se desenvolva no mesmo ritmo. O processo contrário também é possível, ou seja, em alguns casos há um desenvolvimento da consciência que não é acompanhado por um avanço organizacional.

No caso polonês, o contexto era totalmente desfavorável para o surgimento de um bloco revolucionário, bem como do desenvolvimento da consciência revolucionária. A hegemonia leninista, a confusão de marxismo e socialismo com o regime ditatorial, a ditadura e monopólio estatal dos meios de comunicação e meios de produção intelectual, entre outros aspectos já aludidos, dificultavam esse processo. Os elementos que contribuíam com esse processo era a memória das lutas passadas (especialmente as mais recentes, como as de 1970 e 1976) e a insatisfação com o regime ditatorial e as condições de vida. É por isso que as lutas espontâneas ocorriam com determinada facilidade. As greves antes de agosto são expressões desse processo de insatisfação e recusa e o que geralmente desencadeia um movimento: um agravamento da situação desfavorável de vida das classes trabalhadoras.

Isso gerou lutas espontâneas e autônomas que culminaram na constituição de várias organizações autárquicas que desaguaram no MKS e formas organizacionais similares. O MKS, como Comitê Interempresarial de Greve, era uma forma organizativa que reunia diversos comitês de greve, significando um avanço organizativo, não só por ser uma organização autárquica (auto-organização), mas também por articular diversas organizações autárquicas. O passo seguinte deveria ser a transformação dos comitês de greve em conselhos de fábrica e conselhos operários e o MKS em associação ou união operária aglutinando todos os conselhos autênticos em contraposição aos oficiais.

Esse passo, no entanto, não foi dado. A hegemonia no movimento oposicionista do KOR e outras organizações similares, intelectuais reformistas (progressistas e conservadores), a igreja, etc., acabou gerando a palavra de ordem equivocada de formação de “sindicatos livres”. Essa e outras reivindicações mostram a defasagem cultural diante do avanço organizacional.

O primeiro item das 21 reivindicações é justamente o “reconhecimento de sindicatos livres e independentes do Partido e dos empresários”. A ideia de sindicato é sempre de uma determinada organização similar ao existente no capitalismo privado, embora, na

Polônia, por suas condições peculiares, se organizou de forma diferenciada, apesar do debate interno entre duas possibilidades (organização por profissão, no capitalismo privado, ou por região).

A segunda reivindicação aponta para o que Henri Simon (1985) denominou “humor involuntário”: o direito de greve. Terminar uma greve por ter o direito de greve assegurado é algo cômico. É o mesmo que trocar a realidade pela ilusão. Simon (1985), ao tratar do humor involuntário, chama a atenção para que o movimento operário já estava organizado e realizando greves e abre mão de suas exigências para realizar reivindicações sindicais. A greve é algo que já vinha sendo praticado na Polônia há muitas décadas e a exigência do “direito de greve” é uma necessidade de sanção estatal e, o que, simultaneamente, significa seu reconhecimento e legitimação. Nesse sentido, é um recuo do movimento. As demais reivindicações são no sentido de diminuir o poder e a arbitrariedade do mesmo ou então algumas demandas financeiras ou políticas mais gerais. As 21 reivindicações deveriam ter sido acompanhadas de exigências mais amplas e profundas, bem como integrar diversas outras (e retirar algumas, que acabam legitimando o capitalismo estatal e o aparato estatal). No entanto, o maior problema são a própria existência das 21 reivindicações. Sem dúvida alguma, as reivindicações são reformistas, endereçadas para o Estado e sem nenhum caráter revolucionário. Se as considerarmos como um momento da luta, no qual o proletariado ainda não desenvolveu em amplos setores uma consciência revolucionária, continuam problemáticas por causa do conteúdo das reivindicações.

Burocratização e Luta Cultural

O recuo do governo e o discurso sobre o atendimento das reivindicações (algumas reivindicações foram concedidas – e depois retiradas – e outras foram apenas prometidas) não fez as greves e ações deixarem de existir. Embora com menor força e contando com os apelos da igreja, KOR, MKS, para retomar o trabalho (SIMON, 1985), as greves continuavam. Em 22 de setembro é fundado o Solidariedade (Sindicato Autônomo Solidariedade). A formação do Sindicato Solidariedade significou um recuo organizacional, gerando mais uma burocracia civil. Tratava-se de uma burocracia informal, ainda não completa, pois lhes faltavam alguns elementos para completar sua burocratização. A ação

da direção do Solidariedade foi voltada, desde então, para amortecer os conflitos de classes, conseguir espaços institucionais em confronto com a burocracia estatal, exigir algumas reivindicações dos trabalhadores e interesses próprios. Nesse momento, Lech Walesa começa a emergir como o “líder” do Sindicato Solidariedade e seus discursos não dão margem para duvidar de suas posições:

Não podemos imaginar na Polônia outro sistema social diferente do que existe atualmente. Queremos apenas que ele funcione sob a direção dos operários, a serviço dos operários, mas não queremos mudá-lo (WALESA apud. BRESSER-PEREIRA, P. 106-107).

Sempre fui o líder, como o bode que conduz o rebanho, como o boi que conduz o rebanho. As pessoas precisam desse boi, desse bode, caso contrário o rebanho vai por conta própria, aqui e ali, onde quer que haja um pouco de grama para comer, e ninguém segue o caminho certo. Um rebanho sem um animal para o conduzir é uma coisa sem sentido e sem futuro (WALESA apud SIMON, 1985, p. 31).

Nesse contexto, não surpreende que Jadwiga Staniszkis, membro do Sindicato Solidariedade, tenha afirmado que Walesa “tem um talento incrível para manipular as massas” (SIMON, 1985, p. 31)⁸. A figura de Walesa, no entanto, não deve ser superestimada. A sua ação foi importante, mas isso ocorreu por que tinha o apoio de setores da igreja, do KOR, e outros burocratas informais como ele no Sindicato Solidariedade, etc. Essa nova burocracia civil informal queria espaços institucionais e até substituir setores da burocracia estatal.

Esse processo provocou incertezas no POUP (Partido Operário Unificado Polonês) e gerou um setor reformista no mesmo, que usava a pressão social existente para realizar uma luta interburocrática. Esse setor, por sua vez, reforçava a ilusão para alguns da possibilidade de reforma do capitalismo estatal no sentido de sua democratização.

O Sindicato Solidariedade não era homogêneo. Por um lado, havia os novos burocratas que assumiam o controle do mesmo. Mas existiam outros grupos internos, como a Rede Autogestionária de Grandes Empresas e o setor mais radical composto pelos

⁸ A respeito do General Jaruzelski, que era ministro da defesa e se tornou chefe de governo em fevereiro de 1981, Lech Walesa disse o seguinte: “A Polônia precisa de um governo forte, um governo capaz de governar e Jaruzelski pode fazê-lo. Porque ele é um soldado, um general, portanto, acostumado a dar ordens e impor disciplina sobre os outros e sobre si mesmo. Como um soldado, ele também deve ter as mãos limpas que são necessárias para limpar o país de bastardos com as mãos sujas. Devemos deixá-lo trabalhar” (SIMON, 1985, p. 44).

chamados “Grupo de Lublin” e “Grupo de Lódz” (NASCIMENTO, 1988). A Rede tinha propostas mais radicais que a direção do Sindicato Solidariedade, sendo que defendia a criação de um Partido Polonês do Trabalho e elaborou propostas de leis sobre autogestão. Houve um conflito inicial entre a direção sindical e a Rede, mas esta acabou sendo aceita oficialmente no interior do mesmo. O Grupo de Lublin lançou discussões sobre autogestão e conselhos operários, e apoiou os materiais produzidos pela Rede. Realizou conferências e manteve um maior contato e afinidade com as “bases” do Sindicato Solidariedade. O Grupo de Lódz defendeu a greve de ocupação ativa, a autogestão e os conselhos operários, bem como defendeu a tese da representação da autogestão no parlamento através da criação de uma “câmara autogestionária” (NASCIMENTO, 1988).

Para entender esse processo é fundamental compreender a luta cultural que se desenvolvia na Polônia nesse momento. A hegemonia leninista e o contexto cultural já aludido dificultava a criação de um bloco revolucionário, o que geraria um setor da intelectualidade e da juventude, por mínimo que fosse, que apontasse para uma real concepção autogestionária. Por isso, o bloco progressista que comandava o Sindicato Solidariedade, seus grupos internos e adjacências, gerava novas formas de deformação do pensamento marxista e das necessidades e interesses do movimento operário⁹. Isso pode

⁹ Isso é visível, por exemplo, em Kuron e Modzelewski (1971), e as citações das declarações do primeiro apontam para suas posições políticas e em tal obra, apesar de ver, confusamente, um capitalismo de Estado na Polônia (numa oposição entre “burocracia” e “classe operária”, demonstrando não compreender que as relações de produção capitalistas são entre a burguesia e o proletariado e se for outra classe dominante, então não seria mais um modo de produção capitalista, entre diversos outros equívocos), mostra com suas propostas que nunca apontam para uma real revolução, nem quando trata de “sistema de conselhos operários”, no qual apresentar apenas propostas de reformas (além da existência de supostos “conselhos operários”, pluralismo partidário, etc.). É revelador o seu caráter de expressão ideológica da intelectualidade, como classe social, ao dizer que no regime burocrático essa classe é privada de liberdade, o que mudaria com a “democracia operária” (o regime reformulado): “Todo sistema fundado na escravidão do operário priva, de uma maneira ou de outra, a *intelligentsia* de sua liberdade. Só a emancipação da classe operária poderá mudar essa situação. Por sua própria natureza, a democracia operária pode garantir à *intelligentsia* uma liberdade muito mais ampla do que é possível na mais parlamentar das repúblicas burguesas – ou no mais ‘moderno’ dos reinos dos gerentes” (KURON e MODZELEWSKI, 1971, p. 153). Aqui se fala de “democracia operária”, e não passa disso o programa dos reformistas, pois significa apenas democratizar o capitalismo estatal, aumentar espaços para a classe operária, para que isso aumente espaços para a intelectualidade. Não se trata de propor autogestão social, uma nova sociedade, e sim reformar a velha ganhando espaços no seu interior. Assim como a burguesia precisou e lançou mão do proletariado nas revoluções burguesas, a burocracia se colocou como sua vanguarda para realizar as contrarrevoluções burocráticas que instauraram o capitalismo de Estado e depois age em seu nome como burguesia burocrática, a intelectualidade, nesse regime, também busca usá-lo em sua luta com a burocracia (burguesia burocrática) para defender seus interesses. O problema é que a intelectualidade, por sua posição na divisão social do trabalho, é muito frágil

ser visto nos termos utilizados, que parecem extremamente avançados e de acordo com os interesses de classe do proletariado, mas que ganham um significado distinto naqueles que os utilizam.

Isso é visível com o termo “autogestão”. Esse termo assume um significado que não é o mesmo que emergiu no Maio de 1968 na França e desenvolvido pelo marxismo autogestionário posteriormente¹⁰. O MKS e depois o Sindicato Solidariedade entendiam “autogestão” como algo no interior de outras propostas, como “democracia” e “pluralismo”. Autogestão significava, geralmente, “auto-organização” ou “controle operário” nas fábricas. Assim, um “sindicato autogerido” seria auto-organizado e isso significaria sem a ingerência do Estado, partidos e sindicatos oficiais. Assim, a concepção totalizante de autogestão, apontando para uma forma de sociedade, é substituída por uma simples organização autárquica ou então o mero controle dos trabalhadores sobre a fábrica, como se observa nas constantes reivindicações de poder de demitir os diretores das mesmas (o que significa a permanência da existência de diretores). A “democracia” seria o complemento necessário e que, mesmo quando afirmava se distinguir da democracia burguesa ou ocidental, não mostrava nada de diferente concretamente. A democracia é um regime político no qual a burocracia não é autocrática, como no capitalismo estatal, e sim democrática, como no capitalismo privado, sendo que o processo eleitoral é uma de suas principais características. A defesa do “pluralismo” revela não somente a vontade de manter as concepções hegemônicas e católicas, ao lado das progressistas e supostamente das demais, como também revela o que os seus partidários não dizem: a existência da divisão de classes e de interesses que geram a diversidade de posições políticas.

Aqueles que mais avançaram e foram além da exigência do controle operário nas fábricas e/ou da auto-organização, chegaram, no máximo, a defender uma “câmara autogestionária”, convivendo com a burocracia estatal e seus organismos burocráticos. Essa câmara autogestionária significaria, no máximo, um novo espaço para uma nova burocracia. Nesse sentido, a oposição entre os situacionistas e os opositoristas no

para querer se opor, seja à burguesia ou à burocracia, e só lhe resta buscar o apoio do proletariado e, ainda, reforçar outras organizações burocráticas, tal como a burocracia civil informal do Sindicato Solidariedade.

¹⁰ Esse é o caso, especialmente, de Guillerme e Bourdet (1976), na França.

Sindicato Solidarietà era mais uma disputa de duas tendências reformistas, sendo uma mais dirigista e outra mais basista, mas nenhuma revolucionária e/ou autogestionária.

A suposta aliança entre operários e intelectuais não existiu efetivamente. O que ocorreu foi que a intelectualidade dissidente espalhou, da forma como pôde, críticas e propostas (como os sindicatos independentes) e isso teve certa ressonância em setores do proletariado que se tornou uma defensora de algumas dessas teses no interior do movimento operário. A formação de novas organizações, autárquicas, geravam novas formas de divulgação de ideias, mas a formação da burocracia informal dos sindicatos, acabou gerando um processo de aproximação entre esta e setores da intelectualidade.

No fundo, a direção do Sindicato Solidarietà acabou utilizando os intelectuais do KOR como conselheiros e consultores, o que gerou resistência de alguns setores no interior do Sindicato. Assim, se houve alguma aliança, não foi entre intelectuais engajados (revolucionários) e operários, e sim entre intelectuais reformistas e burocratas informais saídos da classe operária. As condições concretas da sociedade polonesa impediram o surgimento de um bloco revolucionário e, por isso, pouquíssimos intelectuais e juventude não proletária poderia aderir a um verdadeiro projeto autogestionário antes de um processo de autonomização do proletariado. O problema é que nem depois surgiu, pelo menos que tenha se tornado conhecido, nenhuma organização ou grupo que fosse expressão política ou teórica do proletariado polonês.

A Luta Continua

Em 1981, as lutas espontâneas e autônomas, dependendo do lugar, são retomadas, bem como greves e ações diversas dos trabalhadores. “A partir de março, ações autônomas começaram a se espalhar nos mais diversos domínios” (SIMON, 1985, p. 47). Os camponeses avançam em suas lutas por suas próprias reivindicações (SIMON, 1985). Em certos lugares, algumas greves foram evitadas, através das ações de Walesa, Kuron, representantes da igreja, entre outros. Em julho, inicia uma série de manifestações de rua. Esse processo durou todo o ano de 1981 e foi marcado por um distanciamento crescente entre o Sindicato Solidarietà e o movimento operário, bem como marcado pela

dissidência interna no mesmo¹¹ e diversas lutas interburocráticas também no aparato estatal. No fundo, a maioria dos jornais e das notícias e análises focalizavam o Sindicato Solidariedade e o aparato estatal¹². A repressão seletiva em relação aos trabalhadores convivia com a tolerância em relação ao Sindicato Solidariedade. Um amplo movimento grevista sacudiu a Polônia no segundo semestre de 1981 e diversas outras ações, incluindo fuga de prisões. Segundo Simon (1985, p. 51), “A onda de greves deixou impotentes não só a classe capitalista, mas também o Solidariedade (no qual alguns líderes do Partido tinham depositado suas esperanças)”.

O golpe de estado de dezembro de 1981 ocorreu devido à incapacidade da burocracia estatal, especialmente o governo e o partido, e também do Sindicato Solidariedade, em conter as lutas operárias e de outros setores, especialmente os camponeses (cerca de 30% da população polonesa). No entanto, se tal golpe de Estado, no qual a burocracia militar assumiu a burocracia governamental, ocorreu e eliminou os “intermediários” (Sindicato Solidariedade), não eliminou a luta operária que manteve-se

¹¹ “Durante os últimos seis meses de 1981, a crescente ruptura entre a liderança e a base polarizou o Solidariedade. Um dos lados procurava cada vez mais o apoio do governo capitalista, desde que a posição do sindicato fosse assegurada; O outro lado tentou expressar as aspirações do movimento de base. Alguns, como Gwiazda, favorecendo o controle estrito do trabalhador sobre as decisões; outros, como os líderes regionais de Łódz e Lublín, indo mais longe com suas propostas para greves ativas e pelo controle da economia por meio de ligações horizontais” (SIMON, 1985, p. 64).

¹² Bresser Pereira (1987), economista e ex-ministro brasileiro por duas vezes, viajou para a Polônia acompanhado de, entre outros, Eduardo e Marta Suplicy, e saudou a revolução polonesa como a “primeira revolução dos trabalhadores da história da humanidade” e destacou seu caráter autogestionário e de negação da “tecnoburocracia”. Ele que, anteriormente, desenvolveu a tese do “modo de produção tecnoburocrático” realizou uma interpretação da revolução polonesa como antitecnoburocrática – assim como outros colocaram antiburocrática – apesar de citar trechos de Walesa, Kuron e outros, que afirmavam não ser contra o regime e querer sua democratização. O que não é explicado no texto é como uma revolução comandada pelo Sindicato Solidariedade e que queria apenas democratização poderia ser autogestionária e antitecnoburocrática. Não deixa de ser curioso ver como os intelectuais (e temporariamente burocratas) não conseguem, nem usando termos autogestionários, ir além da burocracia. A afirmação de que foi a “primeira revolução dos trabalhadores na história da humanidade” carece de fundamentação e sentido. A razão da afirmação é que tal revolução teria sido feita por trabalhadores. Nesse caso, a primeira revolução proletária foi a Comuna de Paris, em 1871. Além disso, Bresser Pereira parece não compreender que a burocratização pode começar a partir do interior da classe ou do exterior, embora esse último caso seja o mais comum. Na Revolução de Fevereiro na Rússia, também foram os trabalhadores que espontaneamente formaram os conselhos operários e implantaram o duplo governo e a derrota só ocorreu com a chamada “Revolução de Outubro”, com a burocracia partidária bolchevique realiza sua fusão com a burocracia estatal. No caso polonês, a revolução se inicia espontaneamente com a luta proletária, mas logo a burocracia informal representada pelos “sindicalistas independentes” que emergem do próprio proletariado e intelectuais buscam hegemonizar o movimento revolucionário. Bresser Pereira entrevista alguns intelectuais e burocratas informais saídos da classe operária (como Lech Walesa) e pensa estar entrevistando trabalhadores. Certamente ele não teve acesso a nenhum operário no sentido autêntico do termo.

durante o ano de 1982 e ainda com resquícios em 1983, apesar da repressão estatal. As lutas assumiram forma diferente a partir de 1982:

Em 1982 e 1983, a atividade da classe trabalhadora ocorreu em grande parte nas ruas e nas empresas. Às vezes é difícil distinguir as lutas sociais das especificamente políticas [institucionais – NV]. Vimos que meses antes do golpe de dezembro de 1981, as ações de base se dissociavam da atividade cada vez mais política do Solidariedade – resultado da dialética capital-trabalho. A repressão, que parecia dirigir-se igualmente contra a organização do Solidariedade e as ações dos trabalhadores em dezembro (embora as punições diferissem muito em grau), fazia parecer que o aparato sindical e os militantes estavam mais uma vez unidos em uma luta comum, no qual os interesses específicos dos trabalhadores coincidiam com os do aparato sindical desmantelado. Por algum tempo, a organização clandestina tentou se reconstituir e afirmar seu poder e credibilidade. Só poderia fazê-lo recorrendo ao movimento de base e tentando envolvê-lo em lutas fabris ou manifestações de rua que tivessem objetivos úteis para a sobrevivência do Solidariedade como organização, mas que também pudessem parecer defender os ganhos dos trabalhadores desde julho de 1980. A partir daí, o programa daqueles que se constituíram como administradores provisórios clandestinos estava claramente orientado para a aquisição de autoridade (libertação de prisioneiros e anistia, reintegração do Solidariedade e diálogo com o governo), enquanto que as ações de base continuaram a ser motivadas pelas condições de exploração. No início de 1982, era óbvio que a massa de trabalhadores estava revivendo uma organização de base, o que existia antes do golpe de dezembro, e que os comitês clandestinos, tentando coordenar a luta, achavam que haviam recuperado seus fiéis seguidores. Assim, compreensivelmente, esperava-se que esses comitês fossem seguidos quando deram um caráter político óbvio às manifestações, ações de fábricas e greves que organizavam a intervalos regulares e que tinham como objetivo principal o reconhecimento do Solidariedade como porta-voz da reforma da economia capitalista. Mas a situação era radicalmente diferente da do verão de 1980. Então, um movimento de massas trouxe o Solidariedade à vida; agora o Solidariedade queria criar um movimento de massa para ressuscitar (SIMON, 1985, p. 76-77).

Assim, segundo Simon, as lutas políticas institucionais dos adeptos do Sindicato Solidariedade apareciam mais que as lutas operárias. Sem dúvida, as lutas operárias, pela própria condição de classe do proletariado, continuavam, sob várias formas (absenteísmo, operação tartaruga, etc.), bem como lutas espontâneas mais amplas. No entanto, o aparato repressivo impedia a manifestação da luta das classes fundamentais na precária sociedade civil polonesa, na qual as tendências reformistas (KOR e Sindicato Solidariedade, agora na clandestinidade) e conservadores (Igrejas e adjacências) apareciam debilmente, realizando uma luta no interior das classes privilegiadas, mas sem grande ressonância e com predomínio quase que absoluto da burguesia burocrática.

Revolução e Autogestão na Polônia?

Houve uma experiência autogestionária na Polônia? Essa ideia é defendida por muitos e até os títulos das obras sobre o ocorrido na Polônia entre 1980 e 1981 é acompanhado pelos termos “autogestão” e “autogestionário”. Essa experiência histórica também é chamada de “revolução”. Houve uma revolução? Houve uma experiência autogestionária? Vamos fazer algumas breves considerações sobre isso.

O que caracteriza uma revolução e uma experiência autogestionária? Já discutimos isso antes (VIANA, 2017) e por isso nos contentaremos com uma breve definição. Uma revolução é um processo no qual há uma transformação radical e total de uma sociedade, alterando o modo de produção e as formas sociais que lhes são correspondentes. No entanto, o momento fundamental da revolução é quando ocorre a ruptura, ou seja, quando há uma mudança drástica na sociedade que marca tal transformação e não ela em sua totalidade, que é composta por vários momentos. Assim, uma revolução possui vários momentos antes e depois da ruptura.

No caso das revoluções no interior da sociedade capitalista, o que historicamente ocorreu foram revoluções proletárias inacabadas. É preciso compreender que uma revolução proletária se inicia com a autodeterminação de classe, ou seja, quando o proletariado passa de classe determinada para autodeterminada. Nesse momento, o proletariado coloca o objetivo da transformação social radical, ou seja, a abolição do capital (e, por conseguinte, dos seus aparatos burocráticos), materialização da autogestão ou, esboçando essa autogestão concretamente. O que ocorreu, no caso polonês, foi apenas esse primeiro momento. O momento seguinte, da ruptura, bem como o momento final, da destruição completa do capital e aparato estatal, não se concretizou. Por isso foi mais uma revolução proletária inacabada. Apenas o primeiro momento da revolução proletária ocorreu, e ainda de forma rudimentar e precária, que pôde ser vista nas organizações autárquicas do proletariado, bem como setores mais avançados que apontaram para o projeto autogestionário.

Nesse sentido, a revolução polonesa, uma revolução proletária inacabada, foi uma experiência autogestionária, incipiente e precária, na qual se desenvolveu diversas formas de organizações autárquicas (auto-organização), incluindo sua articulação regional (MKS)

e possibilidade de articulação nacional. Sem dúvida, para os entusiasmados defensores da experiência polonesa que a qualificam como “autogestão” ou “autogestionária”, os discursos do Sindicato Solidariedade, de suas adjacências e dissidências, garantem que foi uma grande experiência de autogestão. No entanto, isso apenas se esboçou e os discursos dos reformistas não apontavam para uma autêntica autogestão (e até os dissidentes apontavam para isso no caso de suas críticas à direção do Sindicato Solidariedade, mas avançando pouco e mostrando que, no fundo, também não ultrapassavam o reformismo e não chegavam a um projeto autogestionário autêntico). Indo além dos discursos dos reformistas e sua deformação da ideia de autogestão, o projeto autogestionário se manifestou em alguns meios operários e de forma mais radical e ampla do que no interior da intelectualidade e burocracia sindical informal.

Em síntese, o que ocorreu na Polônia foi uma revolução proletária inacabada que foi mais uma experiência autogestionária, muito embrionária, que foi derrotada, mais uma vez, pela contrarrevolução comandada pela burguesia burocrática e que, no bojo da luta de classes, teve o obstáculo representando pela intelectualidade reformista e pela burocracia sindical informal. Esse foi mais um capítulo da história do proletariado em sua luta pela autoemancipação e emancipação humana, que mostra a tendência e gera o aprendizado com suas lutas do passado não para gloriá-las e endeusá-las, mas para aprender com o seu inacabamento e reforçar a sua tendência de acabamento.

Considerações Finais

As lutas de classes na Polônia no início dos anos 1980 ocorreram num contexto específico e só no interior do mesmo pode ser explicado. A burguesia burocrática buscava manter o seu poder e domínio e o bloco progressista, composto por intelectuais reformistas (e não todos os intelectuais), aspirantes a burocratas (e, posteriormente, burocratas informais) e setores do proletariado que se tornaram sua zona de influência, buscava a “democratização”, ou melhor, usar o proletariado para gerar uma nova repartição o poder. Ao mesmo tempo, tinha que combater a ala oposicionista do bloco dominante, os setores conservadores da Igreja e outros pró-privatistas (a favor do capitalismo privado) e os setores das classes desprivilegiadas sob sua zona de influência

(incluindo camponeses). Além disso, ainda havia o proletariado, que efetiva suas lutas espontâneas e autônomas, dependendo do momento, e sem o apoio de um bloco revolucionário, praticamente inexistente nesse país, pelas condições aludidas anteriormente.

Nesse contexto, extremamente desfavorável para brotar uma revolução proletária, as lutas autônomas se desenvolvem e esboçam lutas autogestionárias. Uma das determinações desse processo reside na própria luta e desenvolvimento do proletariado, que tende para a autogestão por sua condição de classe. Outra foi a crítica do regime capitalista estatal, que aparecia como “regime burocrático”, ou “sistema de poder”¹³, para o bloco progressista, que era a sua forma de crítica e possibilidade de propor reformas em seu benefício. Daí sua necessidade de se opor à “burocracia” (seja entendida como classe ou camada, dependendo de quem fazia a crítica) e para atrair o proletariado levantar as palavras de ordem da “organização livre e independente” (geralmente sindicatos, mas ocasionalmente conselhos operários e outras organizações, sendo que os setores mais radicais apelavam mais constantemente para “autogestão”, “conselhos operários”, etc.). Certos setores do proletariado em luta reinterpretaram adequadamente a ideia de autogestão, mas não foram acompanhados pelo conjunto do proletariado.

Nesse contexto, reaparece a importância da luta cultural e de um bloco revolucionário para contribuir com a luta proletária e reforçar a força do seu setor mais avançado. Em todas as revoluções proletárias inacabadas existem diferenças no desenvolvimento da consciência do proletariado, com setores que radicalizam mais, avançam mais no sentido autogestionário, e outros que ficam no plano de lutas autônomas e alguns no das lutas espontâneas, além daqueles que se limitam a lutas institucionalizadas, caindo sob zona de influência do bloco progressista. Em certos países e condições históricas isso é mais grave, devido às divisões regionais, tamanho da nação, divisões sociais produzidas ou intensificadas pela hegemonia burguesa, etc. O caso alemão (1918-

¹³ Basta consultar Panków, Modzelewsky e Kuron, para ver o foco na questão política e reforma do Estado (não se fala em sua abolição e sim em sua “democratização”) e nunca se toca nas relações de produção, mesmo quando elas são abordadas (como no caso de Modzelewsky e Kuron). Assim, como em toda luta interburocrática, e basta ver a ampla produção trotskista a respeito da “revolução política”, apenas superestrutural, ou as lutas interburocráticas na China de Mao Tse-Tung, para entender que o seu foco sempre será o domínio do aparato estatal e nunca as relações de produção e sempre será para trocar os burocratas burgueses do capitalismo estatal e nunca abolir a burocracia e o Estado.

1923) foi exemplar nesse sentido, o que foi derivado de sua unificação tardia. A unificação do proletariado é elemento fundamental para a revolução autogestionária e deve ser compreendida não apenas no plano organizacional, mas também no plano cultural.

No caso polonês, o proletariado se dividiu em diversos setores e os mais avançados conviveram com os demais e a força do bloco progressista no seu interior. O setor mais avançado, que chegou espontaneamente ao projeto autogestionário, não conseguiu e nem buscou instaurar uma hegemonia proletária no interior das classes desprivilegiadas, e não contou com apoio externo, pela quase inexistência de um bloco revolucionário.

Assim, a contrarrevolução foi facilitada pela incapacidade e falta de força do bloco progressista de reagir e pela dificuldade de uma reação proletária em amplas proporções. Alguns momentos da luta foram favoráveis, como em junho de 1980 e certos momentos de 1981, mas o bloco progressista, a repressão estatal e a hegemonia burguesa (no caso, da burguesia burocrática), pesaram na balança contra a efetivação dessa possibilidade. De qualquer forma, foi mais uma luta proletária que apontou, mesmo que modestamente, para a autogestão social, o que é mais significativa se levarmos em conta o contexto desfavorável. A Polônia continua existindo, agora sob um capitalismo diferente, e novas lutas emergem constantemente e por isso a tendência de desencadeamento de uma nova tentativa de revolução proletária existe e é a luta de classes nesse país e no mundo que poderá concretizá-la.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 1980/81: A Revolução Autogestionária na Polônia. In: VENOSA, Roberto (org.). *Participação e Participações*. Ensaios sobre Autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

CLAUDÍN, Fernando. *A Oposição no "Socialismo Real"*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

DRABIK, Grazyna e FERNANDES, Rubem César. *Polônia: O Partido, A Igreja, O Solidariedade*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

MODZELEWSKY, Karol e KURON, Jacek. *Revolucion Política o Poder Burocratico I. Polônia*. Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1971.

NASCIMENTO, Cláudio. *Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. Autonomia Operária e Autogestão Socialista*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

PANKÓW, Włodzimierz. *Verão Polonês 19+80: A Crise do Sistema de Poder*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

RYDENFELT, Sven. *Crise nas Economias Socialistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

SIMON, Henri. *Poland: 1980-1982. Class Struggle and the Crisis of Capital*. Detroit: Black & Red, 1985.

VIANA, Nildo. *As Experiências Autogestionárias*. In: CUNHA, Elcemir (org.). *Crítica Marxista da Administração*. No prelo, 1917.

A COMUNA DE OAXACA

Diego Marques Pereira dos Anjos¹

Em 2016 completaram-se 10 anos dos eventos históricos em torno da chamada A Comuna de Oaxaca, confluência da mobilização de diversos setores da sociedade oaxaqueña², estado do sudeste mexicano. Professores, estudantes, mulheres, diversas categorias de trabalhadores, jovens, organizações políticas atuaram incansavelmente entre os meses de maio e setembro de 2006 criando assembleias populares, coletivos de propaganda, grupos de apoio-mútuo e autodefesa construindo manifestações de rua, comitês de negociação com as instituições do estado mexicano e, em determinados momentos, a gestão da quase totalidade do espaço urbano da capital do estado, processo este que culminou com Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca³, APPO. Se a vida da Comuna foi breve, igualmente às outras centenas de experiências revolucionárias dos trabalhadores, suas experiências deixaram aprendizados e a consciência de que as atuais condições sociais, sob o neoliberalismo ou regime de acumulação integral⁴, produzem tendências à radicalização das lutas sociais, daí a importância da correta compreensão dos movimentos revolucionários.

Somente um trabalho mais extenso foi publicado no Brasil sobre a comuna, uma coletânea de textos organizadas por Gilson Dantas (2009) contudo, a tonalidade trotskista com a qual se observou os acontecimentos não possibilitou a ele expressar por completo os elementos revolucionários da comuna, e onde expressou elementos revolucionários, como ao demonstrar a radicalidade assumida no processo de auto-organização, sua única proposta para a Comuna é a de eu quadros verdadeiramente revolucionários tomem a direção da Comuna (2009). Apesar disso, o livro reúne diversas informações (sobretudo a cronologia dos acontecimentos) e facilita o acesso do leitor brasileiro ao conhecimento do que ocorreu em Oaxaca ao longo do ano de 2006. Alguns artigos e trabalhos dissertativos

¹ Professor do Instituto Federal Goiano – Campus morrinhos. Doutorando em ciências sociais pela Universidade de Brasília. Militante do Movimento Autogestionário.

² Na forma aportuguesada escreve-se Oaxaqueña.

³ Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca, APPO.

⁴ Para a compreensão do fenômeno das mutações na acumulação capitalista, ou seja, a história do capital, a leitura fundamental e que baseia este estudo é da obra de Nildo Viana, O capitalismo na era da acumulação integral. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

também fazem parte da escassa bibliografia sobre o tema no Brasil, apesar do fenômeno ter acontecido a um espaço de tempo relativamente grande, o que possibilita reflexões mais aprofundadas, atividade infelizmente ainda não realizada.

Relembrar os 10 anos da Comuna de Oaxaca exige que nos apropriemos do materialismo histórico na tentativa de reconstituição do processo social que produziu o levante da classe trabalhadora oaxaqueña. O estado, e sua capital homônima, Oaxaca, fazem parte de uma totalidade mais ampla, que é a sociedade mexicana, com suas características fundamentais e gerais, tal como ser uma sociedade capitalista e regulada por instituições capitalistas, e que se reproduzem no estado de Oaxaca, bem como este possui suas características específicas e particulares, que se referem às tradições históricas e culturais compartilhadas pela população local. Assim, a relação social fundamental que impera no México, a produção capitalista de mais-valor, auxiliada pelo estado nacional, se reproduz em Oaxaca, estado de com grande número de comunidades de camponeses e descendentes dos povos indígenas de tradição Asteca (como os Mixtecos e os Zapotecos), região onde se iniciou a colonização espanhola na América Central e que em período posterior foi o berço de personalidades da história mexicana que sintetizam tendências políticas com grande influência no país: Benito Juárez no período das guerras de resistência à ocupação Francesa, Porfírio Díaz, presidente militar à época da primeira etapa de modernização capitalista do México, e os grandes revolucionários Ricardo, Enrique e Jesus, conhecidos como os Irmãos Magón.

São múltiplas as determinações que produzem a rebelião popular em Oaxaca, logo, os objetivos deste trabalho têm de ser o de trazer à reflexão a existência de cada uma das determinações conhecidas ao longo de leituras, conversas com companheiros sensíveis ao tema, pesquisas em sites e em material de propaganda de movimentos sociais e mídias alternativas e toda a sorte de eventos que podem ocorrer a aqueles que se interessam pelo que é potencialmente destruidor da sociedade atual.

Neoliberalismo e disputa intraburguesia. A devassa neoliberal

Qualquer compreensão aprofundada da sociedade Mexicana requer o conhecimento das mudanças nas relações produtivas e na reorganização do estado

nacional ocorridas nas últimas décadas. Não temos espaço para apresentar em detalhes o movimento de reestruturação nas relações de trabalho, a liberalização ampliada da legislação sobre o movimento do capital (chamada abertura econômica ao mercado mundial), a precarização e desaparecimento de políticas sociais e projetos de desenvolvimento nacional formulados pelo estado, o crescimento do desemprego e do subemprego, a generalização do trabalho precário nas indústrias maquiladoras⁵, o crescimento ampliado do tráfico de drogas e do crime empresarial, a explosão de violência urbana envolvendo os membros da classe trabalhadora em todo tipo de criminalidade e de violência banal, contrastando com o crescimento do turismo como grande atividade geradora de renda⁶ ao lado do dinheiro enviado pelos que migram para os EUA para os familiares em milhares de cidades do México⁷.

No início da década de 1980, a crise dos juros da dívida pública, que atingiu diversos países subordinados, serviu como mecanismo para intensificar a transferência de mais-valor para os países de capitalismo central; neste mesmo contexto, iniciou-se a absorção das ideias de reforma do estado e da economia, soando a partir de então os mantras da privatização, redução dos gastos e da participação do estado na economia, liberalização da regulação do capital, ênfase no pagamento da dívida pública, ampliar as concessões, assistencialismo substituindo políticas sociais, dentre outras medidas que conformam o chamado “receituário neoliberal”. Portanto, a introdução do neoliberalismo no México, iniciada no governo do presidente De la Madrid (1982-1988), reproduz o modelo geral de políticas de restrição dos gastos do Estado em termos de política social e financiamento da produção local, incluindo a privatização, terceirização, desmonte dos direitos sociais e da legislação trabalhista, etc. Um especialista mexicano nos afirma o seguinte a respeito das novas políticas do Estado Mexicano:

En términos generales, incluyen políticas de ajuste macroeconómico y reformas de tipo estructural: entre las primeras se contemplan la apertura comercial, la austeridad en

⁵ Maquiladoras são literalmente empresas montadoras de mercadorias cujas peças foram produzidas em outros lugares e cujo destino final é, geralmente, um país mais desenvolvido onde essas mercadorias são vendidas a um preço muito maior devido à alta taxa de exploração do trabalho; seus trabalhadores atuam por demanda de produção, com direitos trabalhistas reduzidos e sob intensa jornada de trabalho.

⁶ Apesar da violência generalizada, o México é um país que atrai um grande contingente de turistas que dividem espaço com a pobreza local, assim como o Brasil.

⁷ No topo da lista das principais atividades econômicas no PIB Mexicano, encontra-se a extração de petróleo, o turismo e o dinheiro dos migrantes.

el gasto público, una prudente gestión monetaria y, como objetivos prioritarios, la estabilidad financiera, el control de la inflación y el pago de la deuda; las segundas se articulan alrededor de tres ejes: el sistema fiscal para incrementar ingresos, la desreglamentación interna (que prevé la eliminación del control de precios, de las subvenciones y de cierta rigidez en el mercado del trabajo) y externa (apertura hacia el exterior mediante la reducción de derechos aduanales y el abandono del régimen de licencias de exportación así como el libre arribo de inversiones extranjeras), y las privatizaciones (que contribuirían a reequilibrar temporalmente las finanzas públicas) (REVUELTAS, 1993, p. 222).

Para regulamentar o processo de reestruturação das relações de produção, o Estado nacional viabiliza um amplo movimento de reforma na legislação, legalizando as novas relações exigidas pelo capital na sua fase de acumulação integral:

- Reforma fiscal garante a drástica redução do gasto público, manter e fundamentar diminuição do déficit nas contas do estado; em 2000 nova lei mantém os princípios da reforma fiscal, *Ley de presupuesto y responsabilidad haciendaria*;
- Reforma do artigo 27 da Constituição Federal pondo fim à proibição da venda das terras comunais, os *ejidos*, que foram conquistados com a reforma agrária pós-revolucionário, agora os *ejidos* podem ser alienados, objetivo é reforçar o mercado de terras e facilitar investimento privado, além de marcar o abandono das políticas da produção agropecuária;
- Reforma energética possibilita a participação privada na geração, transmissão e distribuição de energia, o que antes era monopólio estatal;
- Reforma no artigo 123 da constituição flexibiliza as relações de trabalho, objetivo: eliminar pagamento por dispensa, negociação coletiva e contratos obrigatórios para a indústria, ingresso obrigatório nos sindicatos, fim dos requisitos de promoção com base na antiguidade no trabalho;
- Reformas dos artigos 25, 26 e 28 da Constituição Federal colocam pela primeira vez nos últimos 50 anos limites à intervenção do estado na economia; estabelece as áreas reservadas exclusivamente à atuação do estado e os fundamentos da participação privada nos setores prioritários (MARQUES, 2014, pg. 141/2).

O estado neoliberal mexicano é a expressão da submissão total da classe capitalista mexicana frente às investidas do capital estadunidense, o segundo transformou o primeiro em uma fonte de mão-de-obra barata e fonte de consumo de produtos e serviços de lazer, turísticos e consumo de drogas. A natureza subordinada da burguesia mexicana em relação aos EUA é expressão de um estado criminoso e aliado ao crime empresarial (de drogas, de armas, de pessoas), que tem entre seus membros pessoas vinculadas à violência extremista, como no caso dos assassinos dos 43 estudantes de *Iguala*, no estado de *Guerrero*, no ano de 2014.

O retorno da violência extremada se repete num contexto de radicalização das lutas políticas, tal como no início do século XX, em fins da década de 1960, fim dos anos de 1980, até chegarmos às lutas políticas da atualidade, envolvendo estudantes, luta em torno da

negação do sistema eleitoral (como o movimento *Yo soy 132*), camponeses, professores, trabalhadores urbanos, movimentos guerrilheiros, coletivos de autodefesa. O acirramento da luta de classes no México produziu o mais famoso dos movimentos guerrilheiros na atualidade, o EZLN, apesar de que nosso momento histórico tenha demonstrado o erro político das concepções guerrilheiras, como o foquismo e o maoísmo, e que tiveram uma relativa aceitação nas décadas de 1960 e 1970.

À maior exploração interna que as burguesias nacionais impõem aos seus trabalhadores corresponde uma intensificação da luta política, pressão de grupos de interesses, manifestações de rua, encontros políticos, conflitos violentos que se desenrolam no turbilhão de tentativas de se direcionar, conter ou retardar a aplicação das políticas neoliberais. A violência com fins políticos é um dos principais recursos de um estado que apoia grupos para-militares, é omissos nos processos de julgamento de agentes da repressão militar ou civil-empresarial, e ainda conta com um dos contingentes militares mais bem armados de toda a América Latina e, mesmo assim, ou talvez por isso, cresce a violência política e de crimes do cotidiano.

As mobilizações de trabalhadores e estudantes mexicanos no final dos anos de 1960 (MARQUES, 2014), acrescido da crise universal de acumulação do capital desse período (VIANA, 2009) precipitaram o modelo de acumulação atual, sendo que a reestruturação produtiva (tendo como objetivo aumentar a taxa de exploração do trabalho) e o estado neoliberal são gestados no processo de saída da crise.

Reprodução ampliada do capital, mercantilização universal da vida, universalização do modo de produção capitalista têm como custo um sistema universalmente instável, que drena mais-valor das regiões subordinadas para os centros do imperialismo ao mesmo tempo que também transfere mais-valor acumulada para novas frentes de expansão ou consolidação do capital. Este processo provoca uma hiper-concentração da mais-valor acumulada produzindo, desta forma, sociedades cada vez mais desiguais e conflituosas. Está ficando cada vez mais claro que a saída para a crise capitalista, formulada ao longo dos anos de 1970 e 1980, acabam por produzir mais insatisfação social, rejeição às propostas políticas e instabilidade na vida cotidiana nas cidades. O atual ciclo de lutas deve ser rastreado no interior da acumulação integral.

Todo esse movimento que se desenvolve nas relações sociais de produção (com a introdução de novas forças produtivas, nova divisão do trabalho ainda mais precária e exploratória, etc.) produz consequências nas relações políticas, nos projetos políticos que materializam interesses dos diversos grupos e classes sociais existentes na sociedade Mexicana. Na primeira metade dos anos de 1970, seguiu-se uma intensa repressão estatal e um refluxo das lutas sociais, embora diversas guerrilhas tenham surgido em zonas de mata e rural, contudo, já a partir de meados da década novas lutas sociais vão surgindo, inicialmente, entre os trabalhadores que primeiro foram atingidos pela reestruturação produtiva, os trabalhadores dos setores mais modernos da produção, tais como “*los metalúrgicos (con los siderúrgicos y obreros de la industria automotriz), los petroquímicos y trabajadores de la aviación*” (RAMOS, s/d), seguidos pelos eletricitas, ferroviários, bancários, que se opõem frontalmente às medidas adotadas desde fins dos anos de 1970 e ao longo de toda a década de 1980. Greves, manifestações de rua, acampamentos e toda forma de pressão tinham como objetivo alcançar reivindicações sobre aumento salarial, de pensões e aposentadorias, redução da jornada de trabalho e melhores condições de higiene, segurança e estabilidade no trabalho, pontos estes atacados pela nova acumulação capitalista.

Trabalhadores de diversas categorias, bem como funcionários do Estado, estão constantemente em mobilização no México, esse processo se reforça a longo da década de 1980 em grandes ondas de reorganização, com manifestações de rua, plantões⁸, grupos de ajuda, comitês cívicos, organizações de bairro, oposições e movimentação da base dos sindicatos. Nas últimas décadas, diversos foram os focos de mobilização e resistência operária e dos trabalhadores em geral, desde metalúrgicos e mineiros, a professores, ferroviários e demais trabalhadores do setor de transportes, eletricitas, operários da indústria de alimentos e de bebidas, da construção civil, e diversas categorias de trabalhadores da administração do estado (saúde, educação, técnicos, etc.). Entre as

⁸ Nas notícias e material informativo encontramos a palavra “plantón”, que refere-se a um acampamento permanente realizado em praça pública como instrumento de pressão à obtenção de uma medida. Muito semelhante ao acampamento na Praça Tahrir, no Cairo, à Praça Taksim, em Istambul, ao acampamento da Praça Porta do Sol em Madrid, o Zugotti Park no bairro de Wall Street em Nova York, dentre centenas de outros exemplos. Ao que parece, a ocupação territorial de espaços urbanos está se consolidando como um importante instrumento de organização da classe trabalhadora e demais grupos subordinados (mulheres, jovens, estudantes, movimentos étnicos, de orientação sexual, etc.) em suas lutas na atualidade.

grandes mobilizações são lembradas as dos funcionários da Unam e a dos mineiros da siderurgia Sicartsa, pois a radicalidade e extensão dos métodos de luta destes resumem as ações adotadas pelos trabalhadores mexicanos e outros grupos oprimidos que estão se organizando. Ocupações de edifícios públicos, caravanas, mitíns (comícios), bloqueio de pistas e outros instrumentos de ação direta são colocados na prática pela base dos trabalhadores, rompendo com décadas de contenção das mobilizações dos trabalhadores realizada pela burocracia sindical, que no México é parte integrante da engrenagem de extração de mais-valor reconhecida pelo estado, verdadeiro mecanismo de correia de transmissão de ideias e de freio da organização dos trabalhadores.

Até o início do século XXI, são diversas as explosões de movimentos reivindicativos dos trabalhadores. Dentre as várias categorias, são os professores um dos grupos com maior coesão, organização e unidade mantidos ao longo do tempo. De fins dos anos de 1970 à primeira década do século XXI, a categoria esteve regularmente organizada e combativa frente às reformas laborais do estado neoliberal, que picotou ao longo dos anos boa parte dos benefícios e das políticas sociais conquistadas ao longo dos anos. Um quadro descritivo deste tempo nos é dado por Gerardo Ramos:

En 1979 dio comienzo la insurgencia magisterial, que aún no termina. Iniciada en Chiapas, debido a la elevada carestía como consecuencia de las nuevas explotaciones petroleras e hidroeléctricas, la agitación del magisterio se extendió a Tabasco, la Laguna, el Politécnico, Guerrero, Michoacán, Oaxaca, Estado de México y otras entidades. Los ejes sobre los que ha descansado, descansa y seguramente seguirá descansando el movimiento de los trabajadores de la educación, son claros: aumento de salarios y sobresueldos, mejores prestaciones sociales y democracia sindical (RAMOS, s/d).

Tal movimentação, resultado da disputa entre as classes sociais, produziu algumas consequências no jogo político institucional, embora, não conteve o freio de institucionalização das políticas neoliberais. Após setenta anos de controle direto do poder estatal, o PRI (Partido Revolucionário Institucional) foi substituído no poder pelo PAN (Partido da Ação Nacional), e o PRD (Partido da Revolução Democrática) fica sempre nos limites políticos da ordem estabelecida, agente político importante para a governabilidade na atual conjuntura da sociedade mexicana, pois como partido socialdemocrata atua contendo e freando as manifestações dos trabalhadores e grupos oprimidos. É pelas mãos dos políticos destes três partidos, a nível federal PRI e PAN, e a nível estadual o PRD, que as políticas neoliberais vêm sendo elaboradas, implantadas e geridas, sendo aqui, a

expressão mexicana da falsa polarização política existente no Brasil contemporâneo entre PT, PSDB e PMDB.

Trabalhadores, mulheres, indígenas e estudantes. Os sujeitos da Comuna de Oaxaca

O estado e, principalmente, a capital, também chamada Oaxaca, é um dos principais pontos de turismo (histórico, geográfico, cultural) do México. E por isso, não deixaria de ser engraçado que, dentre as reportagens levantadas na bibliografia do livro do professor Dantas, *Oaxaca: uma Comuna do século XXI*, a reportagem mais antiga extraída do acervo do jornal Folha de São Paulo chama-se “*Oaxaca resume cara interiorana do México*” (FSP *apud* DANTAS, 2008), uma matéria-propaganda para atrair turistas. Mas, a partir de maio e nos meses seguintes ocorrem mudanças substanciais no cotidiano da cidade, obrigando ao jornal Folha de São Paulo a desta vez ter um enviado especial na capital do estado, já que este estava sem instituições e com a população controlando a quase totalidade da cidade.

Patrimônio Cultural da Humanidade, Oaxaca vivenciou diversos processos importantes no período colonial, sendo um dos centros da colonização espanhola na região da América Central, daí que a herança indígena e espanhola esteja presente em sua arquitetura, alimentação, histórias populares, festas religiosas.

Modelos analíticos podem encaixar o processo de mobilização da população de Oaxaca de diferentes formas: revolta indígena camponesa, aliança classista dirigida pelos professores, revolta cidadã, levante do México profundo e indígena, etc.; mas é certo que, ao ser lembrada historicamente sob o nome de Comuna de Oaxaca, os eventos que lhe cercam se envolvem em um alto nível de ruptura com o cotidiano e a normalidade da sociedade moderna, com o poder das instituições dominantes, com os cálculos de reprodução ampliada do capital, enfim, com a própria lógica da vida social contemporânea, capitalista. Eis o desafio de apontar a linha constitutiva, o significado social, a importância histórica da Comuna. A tarefa é compreender o turbilhão de movimentos, processos, fatos, situações e eventos em torno da Comuna, e neste caminho encontramos a seguinte

síntese, presente numa obra que tem como objetivo preservar a memória daqueles dias⁹, e que sinaliza com este quadro geral dos acontecimentos em torno da Comuna de Oaxaca:

Petardos cayendo del cielo. Sublevación popular. Gobierno en clandestinidad. Autos incendiándose. Radios piratas. Guerra sucia. Manifestaciones masivas. Servidores públicos despachando en residencias particulares y hoteles de lujo. Rostros ensangrentados, contusiones. Líderes sociales cuestionables. Kaibiles como policía. Delincuencia. Desapariciones selectivas. Muertos. Grupos de autodefensa. Personas al margen del conflicto. Fuego cruzado de declaraciones. Foros de consulta ciudadana. Toque de queda. Zozobra. Las Iglesias politizadas. Campanadas, cohetes, silbatazos. Congreso y Senado maniatados. Temor e incertidumbre. Exilio de familias adineradas. Carros de supermercado retacados de piedras. Población civil indignada. Negligencia informativa. Bombas molotov. Fallecimientos y desfallecimientos. Policía secreta. Cateos. Despotismo. Colapso económico. Mano dura. Opositores presos o en clandestinidad... (LEYVA, 2008, p. 22).

A nossa perspectiva para compreender este turbilhão de fatos é que, em Oaxaca, a expansão do capitalismo avança sobre os últimos resquícios de um modo de vida (pressupondo atividades econômicas, políticas, culturais, sociabilidade, etc.) pré-capitalista (de tradição indígena) ou não-capitalista (camponeses), além de acarretar maior exploração sobre os setores produzidos pelo capitalismo (tais como trabalhadores assalariados, estudantes), e esta amálgama de modos de vida resiste em ações explosivas que ocorrem regularmente na região, demonstrando assim as contradições existentes entre a expansão da produção capitalista, que atualmente ocorre sob o modelo neoliberal, e o modo de vida de uma grande parcela da população do estado bem como dos setores já explorados pela acumulação capitalista.

Una de las zonas de Oaxaca y de todo México en la que, por su importancia geoestratégica, más daño han hecho los planes de desarrollo como el PPP ha sido el Istmo de Tehuantepec. Ya en los años 90 el gobernador Diodoro Carrasco proponía la realización de un megaproyecto que incluía ámbitos como el forestal, agropecuario o hidroeléctrico entre otros. José Murat, ya con el PPP en marcha, utilizaba el soborno y la represión para avanzar en la construcción de, por ejemplo, la «megacarretera» del Istmo. El despojo de las tierras se realizaba con la ayuda del PROCEDE, plan gubernamental que otorgó títulos individuales en tierras con regímenes de propiedad colectiva, permitiendo su posterior venta. Tras él, la intención de finiquitar las tierras que, en régimen de bienes comunales, no sólo impiden el avance de los proyectos neoliberales, sino que suponen el fundamento de todo un modo de vida que incluye formas de organización socio-política reales y alternativas a las que giran en torno de la sacrosanta propiedad privada y el individualismo (SANCHEZ, 2009, p. 132).

⁹ O livro Memorial de Agravios, sob organização de Levyva, é composto de vários relatos e de um acervo de imagens que registraram diversos acontecimentos ao longo dos dias do levante Oaxaqueño.

É no interior deste processo que é compreensível a afirmação de João Branco como sendo a Comuna de Oaxaca a explosão de um modo de vida:

Os acontecimentos de Oaxaca em 2006 estão de fato além de uma simples revolta, sendo mais a erupção generalizada de um **modo de vida** que remete à diversidade que caracteriza o estado, aos costumes dos chamados *pueblos originários*, às populações indígenas e, por isso mesmo, este modo de vida reúne toda a criatividade e o espírito de resistência que emanam desses povos. Oaxaca foi um momento de desafio ao poder e de inspiração de um “outro” exercício da política. Ao mesmo tempo, foi um momento dramático e agudo da História, um momento que condensa os 520 anos de tragédia no México e na América Latina (BRANCO, 2015, pgs. 16/17).

Mercantilizar a terra, este é o principal recurso da atual fase do capitalismo avançando para a região de Oaxaca, a conquista de novas terras e de suas riquezas naturais. Daí o papel dos representantes políticos, agentes do estado nacional mexicano, como ponto de lança do processo de avanço do modo de produção capitalista na atualidade na região de Oaxaca. Os conflitos explodem regularmente devido a este desenvolvimento contraditório impulsionado pelas próprias forças parasitas.

Em outro ponto da sociedade oaxaqueña descobrimos que há uma sensível piora na qualidade de vida dos trabalhadores assalariados, sobretudo nas cidades, reforçando um trajeto histórico de superexploração dos trabalhadores nos países de capitalismo subordinado. É de setores específicos da população que estamos em contato, falamos dos trabalhadores do comércio, dos serviços, das poucas indústrias existentes, dos artesãos, vendedores de lojas turísticas, funcionários de empresas especializadas no turismo, mas também de professores de zonas rurais, comunidades de camponeses, funcionários públicos do baixo escalão ou subordinados (como trabalhadores da limpeza, segurança, auxiliares-gerais, etc.), desempregados, sub-empregados (trabalhadores ambulantes, sem carteira assinada, alguns vendedores), e diversas categorias de trabalhadores dos ramos dos comércios, industrial, setor de serviços que são afetados pela inflação, desemprego, acesso restrito aos serviços públicos, moradias precárias, alimentação insuficiente, doenças originadas pela urbanização desorganizada e péssima estrutura sanitária das cidades e favelas.

Em um contexto de ilegalidades e fraudes históricas emerge a figura de Ulises Ruiz Ortiz como vencedor das eleições para governador de Oaxaca em 2004. Faltando-lhe reconhecimento popular, Ruiz mantém a política de serviços públicos limitados e de

estrutura precária e desfavorável ao desenvolvimento e, assim, em Oaxaca é sentido de maneira mais forte a precarização e minimização das políticas sociais e desenvolvimentistas do estado mexicano, tendo como consequência o abandono à sorte do dinheiro vindo dos imigrantes e turistas:

Sin contar con industrias, empresas ni actividades financieras que puedan sostener la existencia de todos sus pobladores, la mayoría de los habitantes de Oaxaca se mantiene con las remesas de dólares enviadas por los aproximadamente 600,000 inmigrantes originarios del Estado. En la ciudad de Oaxaca, donde actividades comerciales en todas las escalas sostienen la vida comunitaria, la circulación de efectivo depende del mayor comprador y empleador en el mercado: el gobierno oaxaqueño. Sólo los empresarios hoteleros, restauranteros y de servicios, con sus tarifas estratosféricas, obtienen recursos del turismo que visita la entidad, sin dejar de contar con el subsidio –encubierto o descarado– del gobierno local. El turismo, por cierto, ha colocado a Oaxaca y sus ciudades entre las de vida más cara del mundo, aunque los salarios en la entidad son de los más reducidos a nivel nacional (LEYVA, 2008, p. 11).

Com este quadro social foi rápida a expansão do movimento por diversas cidades e regiões do estado:

Esta rebelión ciudadana, con sus muy diversas formas de movilización, se concentró al principio en la región de los Valles Centrales de Oaxaca, y poco a poco se fue extendiendo a las diferentes regiones del estado, donde se tomaron palacios municipales y hubo marchas y bloqueos para luego propagarse a otros estados, donde también se crearon asambleas populares. Lo más intenso de la confrontación tuvo como centro álgido la capital del estado, y de inmediato y a gran velocidad se propaló a las diferentes regiones. Por ejemplo, en un pueblo de la Mixe Alta el mismo 14 de Junio fue expulsada la policía estatal y al día siguiente, a más de 300 kilómetros de la capital, cientos de indígenas afiliados a la UCIZONI¹⁰ bloquearon la carretera Transistmica en protesta por la agresión policiaca (BEAS, 2015, s/d).

O início do movimento é com a greve dos professores, mas a intensa repressão desencadeou uma onda de apoio popular aos docentes, inclusive incentivando diversos outros setores dos trabalhadores a se organizarem, bem como atraiu um grande apoio de mulheres, que posteriormente iriam criar suas próprias organizações, e também um número expressivo de jovens e estudantes atraídos pela mobilização popular. A demora em negociar e o desprezo pelas reivindicações dos professores levam ao movimento grevista a radicalizar nos métodos, adotando o acampamento na praça central como espaço de organização. Após dias de greve, iniciada em fins de maio, o governo decide desalojar o acampamento dos professores por meio de uma extensiva operação policial envolvendo cerca de três mil policiais estaduais; iniciada ainda na madrugada, a

¹⁰ Unión de las Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo.

desocupação foi noticiada ao vivo pela *Radio Plantón*, radio dos professores que funcionava no acampamento.

Contrariando as expectativas de Ulises Ruiz (também conhecido como URO) saíram às ruas trabalhadores desempregados, estudantes, militantes políticos, organizações políticas, enfim, diversos setores da população oaxaqueña reagiram à violenta desocupação expulsando os agressores policiais ainda antes de findar a manhã do dia 14 de junho. Com a notícia de que a *Radio Plantón* havia sido destruída pelas forças militares, os estudantes decidiram por ocupar a *Radio Universidad* (da *Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca-UABJO*), dando início então à uma mobilização popular com poucos precedentes na história do México, marcada pela organização, radicalidade e participação popular.

Dois dias depois da grande repressão de 14 de julho, acontece a maior manifestação de rua da história de Oaxaca, sendo esta a primeira de uma série de megamarchas reunindo milhares de pessoas de todo o estado. No dia 20 de junho, menos de uma semana após a tentativa de desocupação do acampamento dos professores, é fundada a APPO.

Nas próximas páginas iremos apresentar uma pequena síntese das influências diretas na Comuna de Oaxaca, elementos que consideramos da dinâmica de radicalização da luta de classes, notadamente, a emergência de aspectos revolucionários; iniciativas, atividades, organizações, pessoas envolvidas, os métodos de luta adotados e que indicam uma tentativa de rompimento com a ordem social estabelecida, criando novas relações sociais baseadas na associação e na auto-organização.

A organização política da Comuna de Oaxaca

O organismo político da Comuna de Oaxaca foi a APPO, espécie de organização não-formal, de caráter assembleísta, auto-organizado, horizontal na forma de participação dos seus membros, isto é, sem hierarquias. As tarefas eram elaboradas, decididas e executadas por todos aqueles que participavam de alguma organização-membro da APPO, assim, esta era um espaço de auto-organização que surgiu como resultado da radicalização da greve dos professores iniciada em maio, da adesão dos estudantes, de organizações de mulheres, trabalhadores desempregados, camponeses, comunidades indígenas. A massa de grupos

subordinados e classes exploradas da sociedade oaxaqueña e levantava em organização coletiva e a APPO foi a sua criação.

Tendo em vista a APPO não ser uma entidade abstrata, acima da sociedade, é na interação dos diferentes grupos da sociedade que está a base da dinâmica de organização da APPO; como organismo político da Comuna a APPO reflete as disputas, interesses, projetos de diferentes grupos, desde aqueles interessados na radicalização e na generalização dos métodos e mecanismos de luta da Comuna chegando até perspectivas reformistas, apaziguadoras, ou oportunistas e interesseiras, seja no interesse eleitoral ou material.

Estudiosos atentam para uma cultura política da região de Oaxaca baseada nos usos e costumes indígenas da região, bem como nas tradições de resistência que se formaram desde a colonização espanhola e a imposição de um novo sistema político, o monárquico europeu. As comunidades de camponeses de origem indígena na região de Oaxaca indicam um outro modo de vida, o que alguns antropólogos mexicanos denominam de *comunalidad*, isto é,

a expressão de um modo de vida, que se estende na ideia do caráter coletivo, da identidade, dos saberes comunitários, articulando suas formas de organização (o trabalho, o território, a festa e o poder comunal) com os valores da vida em comunidade (BRANCO, 2015, 30/31).

Nestes termos, sustentam alguns autores que a *comunalidad* indígena alimentou a Comuna de Oaxaca:

Esa resistencia tuvo que gestar nuevas formas para recrearse en el contexto de una urbanización caótica y salvaje, como la que han vivido la ciudad de Oaxaca y sus poblados conurbados. Una urbanización que devora las tierras comunes, seca los pozos, contamina los mantos acuíferos, llena de basura los campos, al tiempo que provee de empleos precarios, vivienda cara y servicios deficientes a los expulsados de las comunidades. Para subsistir, los nuevos indios urbanos trasladaron a la polis su comunalidad, su voluntad de ser colectivo. Es por ello que la revuelta oaxaqueña tiene en los barrios pobres de la capital del estado, en sus mujeres y jóvenes, un actor central. La Comuna oaxaqueña se alimentó e inspiró de la comunalidad indígena (LEYVA, 2008, p. 23/4).

Baseando-se nos estudos de Gabriela Brayer, Branco afirma que a “cultura política” da região é marcada pelos princípios do auto-governo, decisão através das assembleias comunitárias e na rotatividade dos cargos dentro das comunidades. Contrariando os princípios dominantes da política institucional (autoridade, hierarquias, vínculos empresariais), os padrões organizativos das comunidades indígenas irão encontrar

ressonância nas posições mais radicalizadas da Comuna de Oaxaca, expressa em setores dos estudantes, em parcelas do professorado e nos trabalhadores que foram às ruas sem vinculação partidária ou sindical, revelando, assim, interesses contraditórios com os projetos de desenvolvimento capitalista na região.

Este modo de vida teria sido transposto das comunidades indígenas para a organização magisterial em torno da Seção XXII da SNTE, que é a base estadual do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação, funcionando a Seção XXII como ponte de articulação entre comunidades índias e a organização magisterial (BRANCO, 2015). E nesta transposição do modo de vida das comunidades para a organização dos professores teria atuado o sindicato como o fio condutor da rebelião oaxaqueña, segundo Cássio Brancaleone (2007).

Compreender o movimento de criação da Comuna de Oaxaca tem como etapa fundamental situar a diversidade de “atores sociais” que se fizeram presente, e nesta diversidade saber localizar o elemento comum a todos estes “atores”. Se bem digo que os professores, sobretudo, os que estão presentes nas comunidades indígenas atuaram com firmeza e resistência e o fizeram influenciados pelas tradições comunitárias indígenas, esqueço que também atuaram estudantes e outros trabalhadores socializados no contexto moderno e urbano; por outro lado, se reduzo aos sindicatos a força diretriz do movimento da Comuna eu conscientemente desvio meu olhar da atuação dos desempregados que engrossavam as mega-marchas e as barricadas, as organizações de mulheres, os estudantes sem nenhuma atuação profissional, o movimento camponês, a forte presença de organizações políticas revolucionárias (comunistas, anarquistas revolucionários, organizações estudantis) e pseudo-revolucionárias (bolcheviques, sindicatos, partidos) e reformistas (ong’s).

Assim, a força da APPO, como mecanismo político da Comuna de Oaxaca, estava na sua composição reunindo mais de 365 entidades de trabalhadores, estudantes, indígenas, ambientalistas, organizações de direitos humanos, ong’s, associações de moradores, coletivos feministas e de mulheres. Por outro lado, o ponto fraco da Comuna foi o de ter tolerado em seu interior organizações contra-revolucionárias como sindicatos e partidos políticos, que a todo momento tentavam impor seus interesses particulares para o conjunto das organizações associadas. Se por um lado, o turbilhão de acontecimentos

empurrou os setores sem vínculo institucional para a radicalização, por outro lado, de dentro mesmo do movimento, forças contra-revolucionárias agiam, tentando internalizar os métodos de ação política reconhecidos pelo Estado e seu aparato judicial e político-institucional.

Neste sentido, o mais correto é falarmos que a APPO não foi uma organização no sentido formal do termo, tampouco uma organização burocrática (com corpo burocrático, estrutura organizativa, quadros políticos, hierarquia, disciplina), embora, certas correntes políticas dentro da APPO objetivavam que esta assumisse o caráter de uma organização com quadros, estrutura, dirigentes, etc.; se não foi uma organização formal, o que foi? Segundo Carlos Beas, “la APPO nunca fue una organización, fue la red de coordinación de los rebeldes; fue el espacio de comunicación de los insurrectos” (BEAS, s/d). Agrupando os setores pauperizados, o lumpemproletariado, o magistério descontente, os estudantes organizados, os trabalhadores sem emprego e os trabalhadores precarizados, e as organizações de mulheres; formando um contingente explorado e oprimido, os oaxaqueños se reuniram na Comuna e fizeram dela seu modo de expressão e organização antagonista ao modo de organização dominante que se estrutura nestes cinco séculos de colonização e posterior exploração capitalista, daí que a Comuna de Oaxaca exemplifica, em muitos de seus aspectos, as formas atuais de levante popular num ponto específico de uma sociedade (Oaxaca) marcada pelo capitalismo subordinado (México sob domínio do Império Estadunidense):

Su forma de organización era horizontal y anti jerárquica por lo cual no tenía dirigentes ni comisiones formales, salvo algunos voceros sin poder ni mando. Asumió la forma asamblearia y sus demandas y aspiraciones eran maximalistas e innegociables; al grado que no tenía la aspiración siquiera de negociar la liberación de los presos o la destitución de funcionarios. Era el todo o nada; algunos la bautizaron como la primera revolución del siglo XXI y en cierta forma tenían razón, pues sus maneras y reclamos cuestionaban al sistema mismo (BEAS, s/d).

Assim, a radicalidade da Comuna é fruto da combinação de elementos capitalistas (que se materializam em torno do proletariado) e elementos pré e não-capitalistas (com traços culturais de organização indígena ou modo de vida do campesinato, respectivamente pré-capitalista e não-capitalista). Na outra ponta, os elementos conservadores existentes no seio da Comuna representam parte das forças contra-revolucionárias existentes na modernidade capitalista, tais como a burocracia sindical e

partidária, e que foram toleradas em seu interior. Daí, que nos momentos finais, a cooptação de dirigentes:

Algunos de los dirigentes habían hecho negociaciones con Ulises Ruiz y a pesar de la combativa manifestación de julio siguiente era evidente lo que no queríamos reconocer, que el movimiento había sido derrotado, que estaba muy dividido y en reflujó. Ya a estas alturas a las reuniones de la APPO solo asistía el 20 por ciento de sus delegados, lo cual era aprovechado por organizaciones vanguardistas para manipular y hablar a nombre de la Asamblea (BEAS, s/d).

E a ruptura entre as chamadas “base”, setores presentes na organização concreta, cotidiana das barricadas, e “direção” (no caso, a tentativa de direcionar veio sobretudo dos setores legalistas presentes na direção do Sindicato dos professores) ruíram a APPO desde seu interior:

Las barricadas supusieron para nosotros el acercamiento a la gente ya que en estos seis meses fuimos muchas veces invitados a formar parte de sus barricadas. La relación entre la APPO y las barricadas fue de alguna manera dejada y aislada ya que por la parte de la APPO no hubo una dedicación. Sin embargo, ellos han reconocido el valor que tienen en la resistencia. Los maestros eran la fuerza, pero quienes protegían a los maestros eran las barricadas. Fue así como pararon a los escuadrones de la muerte y se evitaron muchas tragedias a pesar que aun si tenemos con 25 muertos confirmados. Era la manera en que el pueblo podía participar del movimiento. Por la mañana el obrero tenía que ir trabajar y ellos, al igual que las mujeres, después de suas quehaceres diários, se pasaban noches enteras en vela resguardando una barricada, para volver a su trabajo diario a la mañana siguiente. Ellos no podían estar en um plantón o en uma marcha, pero su participación era a través de sua presencia em las barricadas. Así fue como el Pueblo mantuvo el movimiento, y no tanto las organizaciones (SANCHEZ apud BRANCO, 2015, p. 59).

Além da organização da APPO como uma rede de coordenações dos rebeldes, a organização das barricadas atuou como o coordenador oculto do movimento do organismo político, pois ao reunir a massa da população nas barricadas conseguiu contrapor-se ao poder do estado, rechaçando a presença militar, ocupando prédios públicos e canais de comunicação, e o mais importante: auto-organização em todo o processo, o encontro das pessoas interessadas em gerir sua contestação com sua própria força.

Reverberando as considerações de Carlos Beas, afirmamos a existência de três eixos de radicalidade da Comuna de Oaxaca: a base social, composta por mulheres, jovens desempregados, professores e camponeses de origem indígena; a APPO como uma rede de coordenação dos movimentos organizada por meio da horizontalidade, e não uma organização centralizada, hierarquizada; e também o alcance da auto-organização popular, com o questionamento ao poder e às instituições dominantes (governos, partidos, meios

de comunicação, dirigentes, família patriarcal, machismo) (BEAS, s/d). Por outro lado, entre os fatores problemáticos e que emperraram o avanço da luta está a postura vacilante de aceitar a presença de organizações burocráticas, sindicatos e partidos, que buscam impor tanto sua forma de organização burocrática e hierarquizada, incompatível com o assembleísmo comunitário, quanto reivindicações, geralmente mais flexíveis e negociáveis, e projeto políticos que assumem tonalidades reformistas.

Repressão e auto-defesa

As cenas de violência policial generalizada roteirizam qualquer documentário fiel aos eventos em torno da Comuna de Oaxaca, isto porque os níveis de repressão se intensificaram conforme crescia a organização popular e os governos e instituições estatais eram rechaçados. Desde a madrugada do dia 14 de junho quando ocorreu a primeira operação militar de desocupação do *plantón* dos professores ficou evidente o poder de mobilização militar do estado; até chegar o dia da maior operação militar, realizada em 29 de outubro, operação esta comandada pelo governo federal, os *oaxaqueños* enfrentaram uma campanha muito bem articulada entre repressão estatal e paramilitar. Diversas foram as ocasiões em que grupos armados e encapuzados saíram pelas ruas atacando qualquer sinal de mobilização ou espaços identificados com a Comuna.

A repressão generalizada foi um fator de precipitação da organização popular nas barricadas. Desde a tentativa de desocupação do acampamento dos professores no dia 14 de junho as autoridades do estado de Oaxaca tentaram de diversas maneiras se utilizar da violência como mecanismo de persuasão à não-participação das pessoas nas atividades públicas e políticas que se amontavam pela cidade em torno das reivindicações do magistério, reconhecidas por diversos setores da população na capital Oaxaca.

O paramilitarismo foi a atividade de repressão complementar utilizada pelo governo de Ulisses Ortiz e seus apoiadores. De dia, os agentes da polícia estatal reprimiam com uniformes da polícia oficial, e à noite reuniam-se em bandos bem armados e locomovendo-se em caminhonetes atacavam qualquer espaço ou reunião de pessoas identificadas com a Comuna, eram chamados de os “esquadrões da morte” de Ulisses Ortiz. Como parte da reação paramilitar do estado, no dia 09 de agosto três indígenas são assassinados quando

se dirigiam à uma assembleia da APPO; tempos depois, um ataque armado durante a realização de marcha pública assassina a José Jimenez Colmenares, destacado participante dos protestos populares.

Já na madrugada de 21 de agosto ataque armado à ocupação do Canal 09, destrói o transmissor a balas; na mesma manhã, o movimento, sem alternativas, decide por ocupar as rádios comerciais, antes do meio dia o movimento passa a controlar 13 rádios. Como os fatos em Oaxaca demonstram, a dinâmica da violência em momento de radicalização política é que a cada ato repressivo novos elementos entrem em cena, fazendo reagir setores ainda passivos e avançar os setores já organizados, embora, a repressão extrema possui grande eficácia em esvaziar as ruas e atos públicos.

Além da repressão paralela, prisões em massa, torturas, abusos sexuais, sequestros e desaparecimentos, foram recursos das forças militares obedecendo ordens do comando de burocratas do governo estadual que governava escondido e sorrateiramente em um quartel general distante da cidade, isto depois que todas as instalações dos órgãos do governo foram ocupadas pela população oaxaqueña¹¹.

Ao precipitar a organização das barricadas, a repressão abriu um ciclo em que a disputa pelo controle do espaço da cidade foi fomentada pela participação e auto-organização a partir das barricadas e das ocupações de prédios e espaços públicos.

Sobre as barricadas uma constatação impacta: ao longo dos meses de vida da Comuna, mais de mil barricadas se organizaram em vários pontos da cidade. As barricadas atuaram como centro aglutinador dos mais radicalizados do movimento, bem como a formação de figuras públicas e mobilizadoras da Comuna, ou seja, as barricadas desenvolveram relações bem mais amplas que a função de auto-defesa e comunicação de diferentes grupos em distintos pontos da cidade, o que João Branco aponta como sendo as barricadas como “espaço educativo” (BRANCO, 2015, p. 58).

¹¹ “La APPO durante más de 5 meses tuvo el control no solo de la capital del estado, ocupando los edificios de la cámara de diputados, la suprema corte de justicia y los tribunales, la procuraduría de justicia, las secretarías de hacienda y de finanzas del estado, sino de varias regiones de Oaxaca, donde se destituyeron a los presidentes municipales impuestos por el espurio Ulises Ruiz y se crearon Ayuntamientos Populares” In <http://codepappo.org/barricada-de-la-verdad/>

Apesar da grande quantidade de barricadas, somente algumas delas ficaram nos registros dos eventos do Comuna de Oaxaca, entre elas citamos as barricadas *Brenamiel*, *Siete Cruces*, *Cinco Señores* e *Calicanto*, esta última a barricada onde morreu o militante norte-americano Brad Will enquanto documentava a Comuna. As barricadas firmaram o controle da Comuna sobre os espaços urbanos; professores e trabalhadores faziam o *plantón*, as mulheres ocupações e presença ostensiva nas barricadas, ao passo que estas por sua vez aglutinavam toda uma diversidade de setores da população, desde donas de casa, professores, trabalhadores, desempregados, jovens, estudantes. A todos o espaço era aberto, tratava-se de organizar a defesa do movimento contra as “caravanas da morte”, formada por militares e civis; e, também como espaço de organização: limpeza, alimentação, comunicação, encontros, atividades culturais. Os *barricadeiros* eram a ponta de lança na defesa da Comuna, mas também seu coração vivo, realizando a política na prática, a política cotidiana, do bairro. Daí que a diversidade de elementos que atraiu, concentrando e dando visibilidade mesmo aos elementos mais marginalizados da sociedade oaxaqueña:

Convirtiéndose incluso, algunas trincheras, en guarida o centro de control de los desclasados, los parias, los “nadie”, que eran chavos banda, niños de la calle o jóvenes desempleados de los suburbios pobres de la ciudad, quienes arrebataron momentáneamente un poder que siempre les ha sido negado, al mantenerlos excluidos, invisibilizados, encontrando en esta lucha, un lugar protagónico, teniendo la posibilidad de decidir, aunque sea por unos cuantos días, quién podía pasar o no por su territorio, por su autoridad autoproclamada, confinada a unas cuantas cuadras (LEYVA, 2008, p. 22).

Aglutinador dos setores radicalizados, das parcelas mais marginalizadas da população oaxaqueña espaço educativo e de organização, as barricadas foram o motor de movimento da Comuna, na verdade, foi um verdadeiro embrião de relações sociais não autoritárias e de experiência de organização para solucionar problemas concretos e demandar direitos e reivindicações:

Dentro da barricada, havia uma divisão de tarefas por grupos; pessoas responsáveis por fazer o atole (bebida de leite quente), grupos responsáveis pela limpeza, etc. Traçavam estratégias nos momentos de reflexão sobre a forma de defesa, influenciados pelas experiências de outras barricadas; A velocidade de mobilização dentro das barricadas por vez superava e ia além do que determinava a direção constituída do movimento; (...) Outro aspecto interessante na organização das barricadas e na sobrevivência do movimento foi o sistema de informações alimentado desde várias partes, bastava um telefone. Todas as pessoas do povo se converteram num sistema de inteligência da assembleia, se converteram em vigilantes, com isto sabíamos os passos dos inimigos com antecipação. Foi uma participação na qual o povo conseguia a informação, não

sabíamos nem como, e entregavam à APPO, explica Comunalidad (CARRANO apud DANTAS, 2008, p. 35/6).

Temendo a força dos *comuneiros*, a operação final de repressão à Comuna contou com a mobilização de

4.500 homens da PFP (muitos deles “emprestados” entre os efetivos do Exército e da Marinha), de 300 policiais estaduais e 120 homens da Agência Federal de Investigações, 6 helicópteros e 14 tanques atiradores de jatos de água. E se este razoável aparato e contingente de homens não fossem suficientes para desmobilizar a “minoridade de radicais” da cidade de Oaxaca, o governo federal também havia deixado de prontidão e à disposição do governador Ulises Ruiz nada menos que cinco mil militares, das três forças, especializados em operações de contra-insurgência, nas proximidades de Oaxaca (BRANCALEONE, 2007, p. 137).

Um movimento de ocupações, também pode assim ser compreendida a Comuna de Oaxaca, pois a participação massiva se deu através da atividade de se apropriar dos espaços até então controlados pela administração estatal. Como consequência, a série de ocupações de prédios públicos inviabilizou o funcionamento da quase totalidade das instituições do estado, incluindo as sedes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, faltando somente a destruição dos aparelhos militares presentes no estado de Oaxaca.

Os meios de propaganda da Comuna

Uma parte da movimentação da Comuna de Oaxaca girou em torno das ocupações dos meios de comunicação e do uso político da comunicação. Já antes mesmo da insurreição popular, a *Radio Plantón* transmitia em sua programação as atividades grevistas e organizativas do magistério; e foi com a destruição da *Radio Planton*, na desocupação do *Zócalo*, que se deu uma reviravolta na mobilização, inicialmente com a ocupação da *Radio Universidad* pelos estudantes e, posteriormente, com a ocupação de dezenas de outros meios de comunicação, estatais e privados, para uso do movimento.

Na Comuna de Oaxaca, a originalidade do uso político dos meios de comunicação foi o de combinar a produção de informação (como decorrência das ocupações das rádios, canais de tv) com a reprodução e divulgação da mobilização complementada com o uso das redes sociais e sites de mídia alternativa, destacando a atuação do Centro de Mídia

Independente, que à época aglutinava informações e militantes sociais de diversas regiões do mundo, contribuindo assim para uma divulgação massiva dos acontecimentos em Oaxaca. Inclusive, foi em Oaxaca que Brad Will tombou, depois de passar por diversas cidades latinas divulgando e documentando as lutas populares. Oaxaca e Brad Will são dois símbolos para a juventude militante de meados da década de 2000.

No que diz respeito ao combate de informações coube à *Radio Plantón*, à *Radio Universidad*, *Radio Cacerola*, e dezenas de outras rádios comunitárias, enfrentar o duopólio e o cerco informativo praticados pelos grandes conglomerados empresariais da comunicação em torno da TV Azteca e Televisa. Ainda sobre o uso da comunicação, destaca-se o papel das mulheres, que encabeçaram as ocupações dos canais de tv e rádios, popularizando-se com a tomada do Canal 09 e a criação de um programa dirigido por mulheres e informando das tarefas do movimento. Cabe lembrar que membros da Comuna que levantaram o debate interno sobre os limites da tomada dos meios de comunicação, apontando que não basta somente o uso das rádios e das tv's como instrumentos de agitação, é necessário a formulação de novos conteúdos, de desenvolver novas ideias e uma nova consciência, tal como mostra o documentário *Um poquito de tanta verdade*.

As mulheres da Comuna

A presença das mulheres na Comuna de Oaxaca aponta para questões pouco debatidas na atualidade, tal como a distinção entre movimento das mulheres e movimento feminista; no presente momento, em que qualquer crítica que se levanta em relação ao movimento feminista é atacada por uma visão maniqueísta de mundo, querendo fazer parecer que todo movimento das mulheres é feminista, enquanto na verdade não é. A atuação das mulheres organizadas foi no sentido de intervir concretamente nos problemas da população, atuar nos espaços políticos (assembleias), coordenar ocupações, enfim, a presença da mulher na Comuna de Oaxaca é claramente expressa na seguinte fala de uma mulher em entrevista ao documentário *Oaxaca: el poder de la comuna*:

Porque siempre tenemos que esta haciendo la comida, tenemos que esta limpiando, tenemos que esta sirviendo...cuando este es un movimiento en que nosotras tenemos la capacidad de hacer con nuestras propias manos (Oaxaca: el poder de la comuna).

A presença das mulheres foi grande desde o início da greve dos professores, sendo que muitas delas engrossavam as fileiras da categoria. Em apoio ao acampamento dos professores apareceram mulheres que chefiam seus lares, militantes de organizações políticas, trabalhadoras ambulantes, mulheres camponesas e de comunidades indígenas. Assistir qualquer documentário sobre a Comuna de Oaxaca é perceber a grande presença feminina enfrentando fileiras de policiais, denunciando a violência policial e exigindo a liberdade dos presos políticos. A existência da Comuna se confundiu com a existência do Movimento de Mulheres que se estruturou. Tivesse sido vitoriosa, também seria vitoriosa as reivindicações das mulheres, sendo a principal delas a livre participação das mulheres em todos os processos decisórios da comunidade, ponto de partida para destruir as relações sociais opressoras entre os sexos.

No movimento de ocupações de prédios públicos e de meios de comunicação as mulheres foram protagonistas, organizando as ocupações, inclusive gerindo canais de televisão e rádios, criando programas, debates e propaganda das ações da Comuna. Tendo sua presença em diversos pontos da cidade, inclusive sendo um dos alvos preferenciais da violência policial, se faz necessário notar que pelas condições atuais do capitalismo (aumento da exploração, sobretudo das mulheres e crianças) as mulheres trabalhadoras estão acumulando uma quantidade de insatisfação e de potencial de revolta que irá inevitavelmente atropelar o psicodelismo ideológico, ou a total confusão de ideias, que impera no atual movimento feminista.

Jovens, estudantes e a Comuna

A participação da juventude oaxaqueña foi ampla e pode-se dizer que a presença dos jovens, sendo que uma imensa parte não tinha vínculos organizacionais, e outra parte estava vinculada à organizações políticas de tendência revolucionária, tais como anarquistas, autonomistas e marxistas; a participação juvenil contribuiu para tensionar contra os interesses institucionalistas e reformistas presentes em certos grupos da APPO. Assim, a participação juvenil esteve presente tanto envolvendo jovens pobres moradores das periferias de Oaxaca, quanto jovens estudantes (secundaristas e universitários), grande parte deles membros de grupos políticos de esquerda.

A presença da juventude proletarizada ou lumpemproletarizada apresentou-se sobretudo nos conflitos de rua e no apoio às barricadas. Sendo estes jovens os que praticamente não tinham nada a perder, e que eram invisibilizados no cotidiano da cidade (muitos deles trabalhadores da rua, como ambulantes, prestadores de serviços gerais para o comércio local, ou fazendo bicos de qualquer tipo, como engraxar sapatos, vigiar carro, ou mesmo envolvidos com a pequena delinquência) estes encontraram no cotidiano das barricadas (com seus debates, trabalho solidário, alimentação comunitária) um espaço de acolhimento e de recepção, além de suas primeiras experiências políticas realizadas na prática das decisões, elaborações e execução das políticas adotadas pelas barricadas.

A outra parcela da juventude que atuou organizadamente contribuiu para frear as posições partidárias e sindicalistas que se interessavam na instrumentalização da APPO como mecanismo político institucional, geralmente de oposição aos partidos PRI e PAN e de tendência favorável ao PRD. Sendo verdade as tradições assembleístas e comunitárias das comunidades indígenas, também é verdade que a participação de organizações políticas de caráter libertário, autonomistas e marxistas revolucionários reforçou os elementos revolucionários da APPO e deu significado político à experiência da Comuna de Oaxaca. Sobre a presença das organizações políticas construídas por jovens e estudantes afirma Gustavo Esteva que:

Una inmensa variedad de grupos autonomistas y anarquistas emergió continuamente en el seno de la APPO. Fueron muy destacados en la creación y operación de las barricadas y tendieron en general a radicalizar el movimiento, aportándole la experiencia asamblearia e independiente que los caracteriza (ESTEVA, s/d, p. 2)

A APPO também convocou um encontro estudantil que reuniu cerca de mil estudantes de diversas regiões do México, tendo como um dos principais resultados impulsionar uma organização estudantil de caráter nacional (DANTAS, 2008, p. 31). A presença dos estudantes e dos jovens em geral demonstra o tamanho do apelo que a Comuna causou neste grupo da população mexicana. Os jovens foram os propagadores da revolta, agitadores de ideias e de posicionamentos políticos e também uma parte importante da massa que encheu as ruas de Oaxaca. A força dos jovens foi tanta que mesmo após a derrota da Comuna o governo mexicano insistiu em reocupar o último bastião de resistência, a *Radio Universidad*, primeiro local a se somar à resistência contra a desocupação dos professores do *Zócalo* no 14 de junho e que se tornou o local inacessível

às tropas das forças militares federais. A Batalha da *Radio Universidad* (ou Batalha da UABJO, *Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca*) tornou-se símbolo da união entre estudantes, trabalhadores e a população em geral, não sendo derrotados e expulsando as forças militares, cruéis e assassinas, enviadas pelo governo federal.

A disputa pela Guelaguetza

Outro importante momento de impulsão da luta popular foi a tentativa do governo de Ulisses de suspender a festa anual da Guelaguetza¹². Contrariando a expectativa do governador, as organizações e movimentos sociais da APPO promoveram a Guelaguetza alternativa, e buscaram resgatar o caráter tradicional, histórico, de origem indígena que dá o sentido à festa que vinha sendo instrumentalizada como uma data comercial dentro do ciclo do turismo de atrações históricas. Apesar da repressão e do boicote dos comerciantes e empresários, a realização da festa, em cooperação, pelos membros da APPO e pelos *barricadeiros* foi considerado um verdadeiro sucesso, revivendo os festejos populares e se tornando outra manifestação de organização popular.

Considerações finais

A existência histórica da Comuna de Oaxaca estimula aos pensadores na perspectiva do marxismo a refletirem sobre dois campos de problemáticas: a primeira, as condições históricas e sociais em que vivem os países latino-americanos, tendo em vista um conjunto de determinações que existem na sociedade mexicana, mas que também são encontradas em diversos outros países da região; a segunda problemática levantada diz respeito ao aprendizado que a Comuna de Oaxaca proporciona para os elementos revolucionários de nossa época.

¹² As festividades da Guelaguetza ocorrem em Oaxaca desde o período anterior à invasão e colonização espanhola. De tradição das tribos que ocupavam a região de Oaxaca, cultuavam a Deusa Centéotl (deusa do maiz, ou milho em português) e era uma festividade para representar os trabalhos em comum realizados pelas tribos. Com a colonização as comemorações foram transmitidas para a Virgem del Carmem, uma das formas como a mãe de Jesus é concebida na ideologia Católica.

Sobre a primeira problemática suscitamos os seguintes pontos, alguns deles já levantados ao longo desta reflexão e outros pontos a serem refletidos, são eles:

- O México é um *locus* privilegiado de explosão das revoltas sociais na América Latina, tais condições dizem respeito aos elementos abaixo levantados:
- As Características da sociedade mexicana: várias formas de propriedade da terra, não somente a propriedade capitalista, mas também a propriedade *ejidal*, pertencente às comunidades de tradição indígena, propriedade coletiva, propriedade comum, que na prática é gerida pelo estado, assim, estas distintas formas de propriedade colocam em conflitos os respectivos possuidores destas propriedades; Outra característica importante da sociedade mexicana é a da tradição de lutas camponesas, de comunidades indígenas, de estudantes e trabalhadores assalariados;
- Uma economia em falência, parasitada pela produção dos EUA, até mesmo com a utilização extremamente barata da mão-de-obra nativa; Também o papel do crime empresarial e a corrupção sistêmica no Estado que lhe acompanham;
- As lutas populares refletem explosões de revolta na América Latina como um todo, na medida em que indicam a convivência de setores avançados da produção capitalista e pré-capitalista, tais como movimentos étnicos, camponeses, de trabalhadores assalariados e desempregados, somando a força do movimento estudantil radicalizado;
- Também é importante lembrar a existência de resquícios de movimentos guerrilheiros, o que torna a situação política nacional mais complexa, justificando a intensificação da repressão, os gastos militares, etc., bem como a necessidade de reflexão por parte dos movimentos políticos revolucionários;
- E ainda, a ausência de perspectivas burguesas para a saída da crise econômica e política, apontando para a necessidade de reconstrução da alternativa dos trabalhadores e demais grupos oprimidos.

A reflexão sobre estas determinações apontadas podem contribuir para a compreensão mais aprofundada sobre as condições atuais em que explodem as revoltas populares em diversos países da América Latina.

Por outro lado, a segunda problemática diz respeito aos avanços e limites ao longo da construção da Comuna de Oaxaca. Primeiramente, porque esta revolta popular ficou conhecida como Comuna? Ter uma referência direta à Comuna de Paris evoca o caráter radical do movimento, a destituição dos poderes estabelecidos e a criação de novos poderes baseados na organização da população (sobretudo dos trabalhadores, pois apesar de ter tido a participação de diversos setores da população, o seu grosso era composto por trabalhadores da educação, assalariados em geral, desempregados, lumpemproletários e comunidades subordinadas, como camponeses e indígenas), criando assim uma ordem baseada na auto-organização. Dois fatores dificultaram a consolidação da Comuna de Oaxaca e de seus aspectos mais radicais: primeiro, a intensa repressão estatal; segundo, o papel contra-revolucionário das forças partidárias e sindicais.

O primeiro erro da Comuna de Oaxaca foi permitir a presença de partidos políticos e sindicatos. A mobilização inicial dos professores não foi uma ação do sindicato, desde o início era a “base” da categoria que fazia a real pressão, presente no acampamento no *Zócalo* da cidade. E quando o movimento dos professores refluía era motivado pelas negociações que o sindicato realizava com o Estado, inclusive com os dirigentes ordenando diversas vezes a volta às aulas, embora sempre com a oposição do professorado. As forças partidárias orbitavam em torno do PRD e a aceitação de membros deste partido possibilitou a intensa cooptação de membros da APPO e a consequente utilização destes membros no jogo político institucional. Também a aceitação de forças pseudo-revolucionárias (como os bolcheviques), criou a ilusão de que a Comuna necessitava de uma direção, de um comitê central, o que na prática era a proposta equivocada, tendo em vista que todo o poder da Comuna vinha do levante popular, da massificação da participação da população, portanto, não foi a ausência de uma direção revolucionária (DANTAS, 2008) um problema para a Comuna, antes sim, as disputas pela direção e centralização se demonstraram como erros históricos, pois iniciaram os conflitos dentro da APPO e depois destas com a população em levante nas barricadas.

Desta forma, podemos afirmar que num primeiro momento a dualidade de poderes estava entre a APPO e o Estado Mexicano, momento este em que havia uma representatividade fiel dos delegados da APPO e dos participantes das barricadas, das organizações aderentes, etc. Num segundo momento, a dualidade passa a ser entre a

APPO e a população em insurreição e auto-organizada, isto ocorre na medida em que as forças contra-revolucionárias passam a corroer a representatividade da APPO em busca de parcelas de poder.

A experiência histórica da Comuna de Oaxaca representa a intensificação das lutas populares no continente latino-americano, intensificação esta que aponta para a auto-organização da classe trabalhadora como única resposta concreta à crise do regime de acumulação integral que está em crescente consolidação.

Referências

- BEAS, Carlos. *El largo verano de la revuelta oaxaqueña*. Disponível em <http://www.justiciaparaoaxaca.net/2011/06/el-largo-verano-de-la-revuelta-oaxaqueña-un-analisis-5-anos-despues/>. Acessado em 22 de Setembro de 2016.
- BRANCALEONE, Cássio. *Em busca do “governo barato”? A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca como experimento de (re)criação política*. Lutas Sociais. São Paulo: 2º sem. 2007 e 1º sem. 2008, nº19/20.
- BRANCO, João F. Migliari. *Movimento Docente, insurreição popular e propostas coletivas de educação alternativa em Oaxaca*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.
- DANTAS, Gilson. *Oaxaca, uma Comuna do século XXI*. São Paulo, Edições ISKRA/Centelha Cultural, 2009.
- ESTAVA, Gustavo. *La APPO y la construcción democrática*. S/d. Internet.
- MARQUES, Diego. *As origens do estado neoliberal no México*. In CAMARGO, J. Marangoni (et. all) *Brasil e América Latina na crise do capitalismo global*. São Paulo: Canal 6 Editora, 2014.
- MARQUES, Diego. *O significado histórico do 02 de Outubro de 1968 no México*. In *Revista Posição* Ano 1, Vol. 1, num. 1, jan./mar. 2014.
- LEYVA, Rubén. *Memorial de Agravios: Oaxaca, México, 2006*. Oaxaca: Carteles Editores, 2008.
- RAMOS, Gerardo P. *México: un sexenio de lucha sindical (1976-1982)*. Disponível em <http://www.lahaine.org/mundo.php/mexico-un-sexenio-de-lucha-sindical-1976-1982>. Acessado em 17/01/2017.

REVUELTAS, André. *Las reformas del estado en México: del estado benefactor al estado neoliberal*. Política y cultura, nº 3, invierno de 1993, p. 215-229.

SANCHEZ, Sérgio. *Oaxaca: más allá de la insurrección. crónica de un movimiento de movimientos (2006-2007)* Oaxaca: Ediciones Basta! 2009.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

Filmografia

<https://www.youtube.com/watch?v=oeHYAPOaC3c> Atenco romper el cerco (Documentário sobre a repressão policial na cidade de San Salvador Atenco, estes eventos aconteceram na mesma época da Comuna de Oaxaca).

<https://www.youtube.com/watch?v=IL7eA4nTxFU> Brad Will uma noite mais nas barricadas

https://www.youtube.com/watch?v=_kAYVjT5rDc Granito de arena (Documentário sobre os episódios da mobilização dos professores).

<https://www.youtube.com/watch?v=3ezAl5AiWtE> Un poquito de tanta verdade (Documentário sobre a atuação das mulheres na tomada e ocupação dos meios de comunicação em Oaxaca).

Sites

<http://coordinadorademujeres.blogspot.com.br/>

Música

<https://www.youtube.com/watch?v=AoJFNmTFbu4> El son de la barricada, Mare e Raices.

https://www.youtube.com/watch?v=tMpMOO AQ_9o La Cumbia del Mole, Lila Downs.

Imagens

<https://www.traficantes.net/var/trafis/storage/original/application/00d782160d4bb3dffd5aa5abc3f284da.pdf> Memorial de Agavios

Vídeos

https://www.youtube.com/watch?v=HW4PwMH2X_Q Navarro No habrá recreo

https://www.youtube.com/watch?v=8ZMmmwr_njo Cero en conducta Navarro

<https://www.youtube.com/watch?v=rJuX4djzzTI> Décimo aniversário da invasão ao plantón dos professores no Zócalo de Oaxaca

<https://www.youtube.com/watch?v=bBieTt9Meyw> Oaxaca, Octubre Negro. Parte 01.

<https://vimeo.com/19644451> El rol de las mujeres en la comuna

<https://www.youtube.com/watch?v=pVvNz-Vog5E> Oaxaca: el poder de la Comuna

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)